



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

CONSEPE

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016

SESSÃO ÚNICA

Data: 09 de novembro de 2016 (quarta-feira).

Horário: 14h 00min

Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CONVOCAÇÃO

O Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes à **4ª Reunião Extraordinária de 2016**, com data, horário e local abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e deliberação sobre Minuta de Decisão que altera o Calendário Acadêmico 2016.1, encaminhado por meio dos Memorandos Eletrônicos N° 372/2016 e 370/2016 - PROGRAD;
2. Apreciação e deliberação sobre Calendário Acadêmico da Graduação, referente aos semestres 2016.2, 2017.1 e início de 2017.2, encaminhado por meio do Memorando Eletrônico N° 375/2016 - PROGRAD;
3. Apreciação e deliberação sobre o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia, Campus Angicos, encaminhado por meio do Memorando Eletrônico N° 376/2016 - PROGRAD;
4. Apreciação e deliberação sobre programas de disciplinas da Pós-Graduação em Ecologia e Conservação (encaminhado por meio do Memorando N° 201/2016 – PROPPG); e da Pós-Graduação em Manejo de Solo e água (encaminhado por meio do Memorando N° 151/2016 – PROPPG);
5. Apreciação e deliberação sobre alteração do Calendário Acadêmico da Pós-graduação do ano de 2016, prorrogando o final do semestre letivo para o dia 18 de fevereiro de 2017, encaminhado por meio do Memorando Eletrônico N° 187/2016 – PROPPG;

Data: 09 de novembro de 2016 (quarta-feira)

Horário: 14h00min às 17h:30min

Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores

Mossoró-RN, 3 de novembro de 2016.

José de Arimatea de Matos
Presidente



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
4ª Reunião Extraordinária de 2016

1º PONTO

Apreciação e deliberação sobre Minuta de Decisão que altera o Calendário Acadêmico 2016.1, encaminhado por meio dos Memorandos Eletrônicos Nº 372/2016 e 370/2016 - PROGRAD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 372/2016 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201644442)**

Nº do Protocolo: 23091.011627/2016-95

Mossoró-RN, 02 de Novembro de 2016.

GABINETE

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE

Prezado Chefe de Gabinete,
Prezada Secretária,

Venho solicitar a inclusão de ponto de pauta na próxima reunião do CONSEPE relativo à mudança no calendário acadêmico de 2016.1 com relação às datas de Defesas (Monografia, Estágio e TCC).

Sugerimos a alteração do prazo final para o dia 25/11/2016. Tal solicitação partiu de alguns docentes. Vale ressaltar que essa mudança não alterará a data de entrega das Atas na DRE e tampouco da versão corrigida dos trabalhos na DRE.

Atenciosamente,

OBS: O memorando está sendo encaminhado ao gabinete, pois o SIPAC não está permitindo cadastrar a SOC como destinatário.

(Autenticado em 02/11/2016 23:41)
RODRIGO NOGUEIRA DE CODES
PRO-REITOR
Matrícula: 1806868



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 370/2016 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201644440)**

Nº do Protocolo: 23091.011625/2016-04

Mossoró-RN, 02 de Novembro de 2016.

GABINETE

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE

Prezado Chefe de Gabinete,
Prezada Secretária,

Venho solicitar a inclusão de ponto de pauta referente à apreciação de Minuta de Decisão (anexa) que altera a DECISÃO CONSEPE Nº 025/2016, modificando a data de colação de grau do semestre 2016.1 do câmpus Caraúbas. A alteração é uma solicitação do Magnífico Reitor.

Atenciosamente,

OBS: O memorando está sendo encaminhado ao gabinete, pois o SIPAC não está permitindo cadastrar a SOC como destinatário.

(Autenticado em 02/11/2016 23:12)
RODRIGO NOGUEIRA DE CODES
PRO-REITOR
Matrícula: 1806868



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DECISÃO CONSEPE/UFERSA N° ___/2016, de ___ de novembro de 2016.

Altera o Calendário Acadêmico 2016.1

O Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua ___^a **Reunião Extraordinária de 2016**, em sessão realizada no dia ___ de novembro,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico N° ___/2016 - PROGRAD;

CONSIDERANDO o Art. 51, inciso V, do Regimento Geral da UFERSA;

DECIDE:

Art. 1º Alterar a data final de Defesas (Monografia, Estágio e TCC) do Calendário Acadêmico 2016.1 para 25 de novembro de 2016.

Art. 2º Alterar o Art. 1º da Decisão CONSEPE N° 025/2016, modificando a data de Colação e Grau do semestre 2016.1 do Campus Caraúbas para o dia 10 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor a partir desta data.

Mossoró-RN, ___ de novembro de 2016.

José de Arimatea de Matos
Presidente



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
4ª Reunião Extraordinária de 2016

2º PONTO

Apreciação e deliberação sobre Calendário Acadêmico da Graduação, referente aos semestres 2016.2, 2017.1 e início de 2017.2, encaminhado por meio do Memorando Eletrônico Nº 375/2016 - PROGRAD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 375/2016 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201644458)**

Nº do Protocolo: 23091.011661/2016-60

Mossoró-RN, 03 de Novembro de 2016.

GABINETE

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE

Prezado Chefe de Gabinete,
Prezada Secretária,

Venho solicitar inclusão de ponto de pauta na próxima reunião do CONSEPE relativo à apreciação e deliberação do calendário acadêmico da graduação da UFERSA referente aos semestres 2016.2, 2017.1 e início de 2017.2.

Na documentação anexa, encaminhamos as propostas de calendários e o ofício 034/2016 - DCE/UFERSA.

Datas de início e fim sugeridas:

2016.2: início em 23/01/2017 e último dia para lançamento de notas em 07/06/2017;

2017.1: início em 26/06/2017 e último dia para lançamento de notas em 01/11/2017;

2017.2: início em 20/11/2017.

Atenciosamente,

OBS: O memorando está sendo encaminhado ao gabinete, pois o SIPAC não está permitindo cadastrar a SOC como destinatário.

(Autenticado em 03/11/2016 09:39)
RODRIGO NOGUEIRA DE CODES
PRO-REITOR
Matrícula: 1806868

CALENDÁRIO ACADÊMICO 2016.2

janeiro/ 2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

fevereiro/ 2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

março/ 2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

abril/ 2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						01
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

maio/ 2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

junho/ 2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Dias Letivos	Angicos	Caraúbas	Mossoró	Pau dos Ferros
janeiro	8	8	8	8
fevereiro	22	22	22	22
março	26	26	26	26
abril	23	23	23	23
maio	21	21	21	21
junho	0	0	0	0
julho	0	0	0	0
agosto	0	0	0	0
setembro	0	0	0	0
outubro	0	0	0	0
novembro	0	0	0	0
dezembro	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	100

Legenda
Dia não Letivo
Dia Letivo
Feriado Nacional ou Estadual
Feriado Angicos
Feriado Caraúbas
Feriado Mossoro
Feriado Pau dos Ferros
Exames Finais
Matriculas
Processamento de Matrícula
Colação de Grau
Data Final Consolidação Turmas
Recesso

SEMESTRE LETIVO 2016.2

	ATIVIDADE	DATA/PERÍODO
MATRICULA	Matrícula de Ingressantes	03/01/17
	Matrículas (Veteranos)	03/01/17 a 05/01/17
	Processamento de Matrícula	06/01/17
	Ajuste de Matrículas (Veteranos)	09/01/17 a 10/01/17
	Processamento de Ajuste de Matrículas	11/01/17
	Matrícula Institucional dos Ingressantes 2º Ciclo - Engenharias	09/01/2017 a 10/01/2017
	Matrícula Institucional MOBILIDE	12/01/17
PROCESSOS DE MOBILIDADE EXTERNA, REINGRESSO, REOPÇÃO, TRANSFERÊNCIA E PORTADO DE DIPLOMA PARA INGRESSO EM 2017.1 E INGRESSO COMO ALUNO ESPECIAL PARA 2016.2	Entrega de Requerimento solicitando matrícula aluno especial 2016.2 (junto a PROGRAD)	09/01/17 a 10/01/17
	Data limite para publicação do Edital de Reingresso	24/03/17
	Data limite para publicação do Edital de Reopção e do Resultado do Processo de Reingresso	07/04/17
	Data limite para publicação do Edital de Transferência e do Resultado de Reopção	21/04/17
	Data limite para publicação do Edital de Portador de Diploma e do Resultado do Processo de Transferência	05/05/17
	Data Limite para publicação do Resultado do Processo de Portador de Diploma	19/05/17
	Matrícula dos aprovados: Reingresso, Reopção, Transferência, Ingresso Portador de Diploma e Mobilidade Externa	01/06/17 a 02/06/17
	Matrícula dos convocados na segunda chamada	08/06/17 a 09/06/17
	Inscrições para interessados em Mobilidade Externa de outras IES (Data Limite)	04/05/17
	Entrega dos requerimentos de Aproveitamento de Disciplinas (junto à Secretaria do respectivo Departamento) para o semestre atual	27/01/17 a 12/01/18
APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS	Entrega dos requerimentos de Aproveitamento de Disciplinas (junto à Secretaria do respectivo Departamento) para o semestre seguinte	28/01/17 a 25/02/17
	Plano de atividades (Aprovação nos Conselhos de Curso) Solicitação de substituição de Estágio por Artigo Científico (junto a PROGRAD)	21/02/17
MONOGRAFIA, ESTÁGIO E TCC	Prazo final para mudança de orientador	08/03/17 a 07/04/18
	Defesas (Monografia, Estágio e TCC) Consolidação de atividades complementares	02/05/17 a 22/05/17
	Entrega das Atas na DRE	02/05/17 a 01/06/17
	Entrega da Versão Corrigida na DRE	02/05/17 a 01/06/17
	Solicitação de turmas 2017.1 no SIGAA pelas Coordenações de Curso	01/03/17 a 21/03/17
HORÁRIO E ESPAÇO FÍSICO	Aprovação de turmas 2017.1 no SIGAA pelas Chefias de Unidades Acadêmicas	22/03/17 a 30/03/17
	Definição do Espaço Físico (PROGRAD)	09/06/17
	Período Letivo 2016.2	23/01/17 a 25/05/17
	Exames Finais	26/05/17 a 01/06/17
	Lançamentos de notas e faltas no SIGAA	03/06/17
	Colaçon de Grau	09/06/2017 Mossoró 12/06/2017 Angicos 07/06/2017 Caraúbas 06/06/2017 Pau dos Ferros

CALENDÁRIO ACADÊMICO 2017.1

junho/2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

julho/2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						01
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

agosto/2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

setembro/2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

outubro/2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
01	02	03	04	05	06	07
08	09	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

novembro/2017

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

dezembro/2017

janeiro/2018

Dias Letivos	Angicos	Caraúbas	Mossoró	Pau dos Ferros
junho	5	5	5	5
julho	26	26	26	26
agosto	27	27	27	27
setembro	25	25	24	25
outubro	17	17	18	17
novembro	0	0	0	0
dezembro	0	0	0	0
janeiro	0	0	0	0
fevereiro	0	0	0	0
março	0	0	0	0
abril	0	0	0	0
maio	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	100

Legenda
Dia não Letivo
Dia Letivo
Feriado Nacional ou Estadual
Feriado Angicos
Feriado Caraúbas
Feriado Mossoro
Feriado Pau dos Ferros
Exames Finais
Matriculas
Processamento de Matricula
Colação de Grau
Data Final Consolidação Turmas
Recesso

SEMESTRE LETIVO 2017.1

	ATIVIDADE	DATA/PERÍODO
MATRICULA	Matrícula de Ingressantes	12/06/17
	Matrículas (Veteranos)	16/06/17 a 20/06/17
	Processamento de Matrícula	21/06/17
	Ajuste de Matrículas (Veteranos)	22/06/17 a 22/06/17
	Processamento de Ajuste de Matrículas	23/06/17
	Matrícula Institucional dos Ingressantes 2º Ciclo - Engenharias	13/11/2017 a 14/11/2017
	Matrícula Institucional MOBILIDE	22/06/17
PROCESSOS DE MOBILIDADE EXTERNA, REINGRESSO, REOPÇÃO, TRANSFERÊNCIA E PORTADO DE DIPLOMA PARA INGRESSO EM 2017.2 E INGRESSO COMO ALUNO ESPECIAL PARA 2017.1	Entrega de Requerimento solicitando matrícula aluno especial 2017.1 (junto a PROGRAD)	22/06/17 a 22/06/17
	Data limite para publicação do Edital de Reingresso	25/08/17
	Data limite para publicação do Edital de Reopção e do Resultado do Processo de Reingresso	08/09/17
	Data limite para publicação do Edital de Transferência e do Resultado de Reopção	22/09/17
	Data limite para publicação do Edital de Portador de Diploma e do Resultado do Processo de Transferência	06/10/17
	Data Limite para publicação do Resultado do Processo de Portador de Diploma	20/10/17
	Matrícula dos aprovados: Reingresso, Reopção, Transferência, Ingresso Portador de Diploma e Mobilidade Externa	02/11/17 a 03/11/17
	Matrícula dos convocados na segunda chamada	09/11/17 a 10/11/17
	Inscrições para interessados em Mobilidade Externa de outras IES (Data Limite)	03/10/17
	Entrega dos requerimentos de Aproveitamento de Disciplinas (junto à Secretaria do respectivo Departamento) para o semestre atual	30/06/17 a 12/01/18
APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS	Entrega dos requerimentos de Aproveitamento de Disciplinas (junto à Secretaria do respectivo Departamento) para o semestre seguinte	01/07/17 a 29/07/17
	Plano de atividades (Aprovação nos Conselhos de Curso) Solicitação de substituição de Estágio por Artigo Científico (junto a PROGRAD)	25/07/17
MONOGRAFIA, ESTÁGIO E TCC	Prazo final para mudança de orientador	09/08/17 a 07/04/18
	Defesas (Monografia, Estágio e TCC) Consolidação de atividades complementares	27/09/17 a 19/10/17
	Entrega das Atas na DRE	27/09/17 a 31/10/17
	Entrega da Versão Corrigida na DRE	27/09/17 a 31/10/17
	Solicitação de turmas 2017.2 no SIGAA pelas Coordenações de Curso	01/08/17 a 21/08/17
HORÁRIO E ESPAÇO FÍSICO	Aprovação de turmas 2017.2 no SIGAA pelas Chefias de Unidades Acadêmicas	22/08/17 a 30/08/17
	Definição do Espaço Físico (PROGRAD)	10/11/17
	Período Letivo 2017.1	26/06/17 a 23/10/17
	Exames Finais	24/10/17 a 31/10/17
	Lançamentos de notas e faltas no SIGAA	02/11/17
	Colação de Grau	09/11/2017 Mossoró 04/11/2017 Angicos 07/11/2017 Caraúbas 06/11/2017 Pau dos Ferros



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO – UFRSA
DIRETÓRIO CENTRAL DOS/DAS ESTUDANTES – DCE ROMANA BARROS
GESTÃO DE MÃOS DADAS

Of. 034/2016 – DCE/UFRSA

Mossoró-RN, 03 de novembro de 2016.

À Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD

Assunto: Implicações do calendário acadêmico irregular

O Diretório Central das/dos Estudantes, gestão De Mãos Dadas, vem, por meio deste, solicitar desta Pró-Reitoria que aprecie este documento síntese dos principais pontos levantados a cerca da inferência de um calendário acadêmico irregular na manutenção da assistência e permanência estudantil.

Apresentamos a síntese dos principais pontos com a finalidade de reforçar e subsidiar as discussões, tendo em vista a necessidade e urgência de políticas que reafirmem o comprometimento com a classe discente desta universidade.

Segue:

- **Alteração da data de conclusão de curso;**
- **Perda de oportunidades de estágios, mestrados, etc;**
- **Maior dispêndio financeiro d@s estudantes, pais, parentes, etc;**
- **Período de férias irregulares, o que não proporciona a ida d@ estudante a sua cidade natal;**
- **Comprometimento do rendimento acadêmico e saúde mental d@s estudantes;**
- **Demanda mais recursos de permanência e assistência estudantil;**
- **Aumento do índice de desistências e/ou trancamentos de matrículas;**

Atenciosamente,

Angélica Lázaro da Cunha

Angélica Lázaro da Cunha
Coordenadora Executiva DCE Romana Barros – Mossoró
Gestão De Mãos Dadas – 2016/2017



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
4ª Reunião Extraordinária de 2016

3º PONTO

Apreciação e deliberação sobre o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia, Campus Angicos, encaminhado por meio do Memorando Eletrônico Nº 376/2016 – PROGRAD.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 376/2016 - PROGRAD (11.01.02)
(Identificador: 201644460)**

Nº do Protocolo: 23091.011664/2016-01

Mossoró-RN, 03 de Novembro de 2016.

GABINETE

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE

Prezado Chefe de Gabinete,
Prezada Secretária,

Venho solicitar a inclusão de ponto de pauta referente à apreciação do Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia, câmpus Angicos, conforme documentos anexos.

Atenciosamente,

OBS: O memorando está sendo encaminhado ao gabinete, pois o SIPAC não está permitindo cadastrar a SOC como destinatário.

(Autenticado em 03/11/2016 09:42)
RODRIGO NOGUEIRA DE CODES
PRO-REITOR
Matrícula: 1806868

Mossoró, 01 de novembro de 2016

ASSUNTO: Aprovação do PPC do curso de Pedagogia do câmpus Angicos

PARECER

Trata-se do PPC do curso de Pedagogia do câmpus Angicos, aprovado com sugestões de alteração pelo Comitê de Graduação em 28 de setembro de 2016. Em vista do exposto, encaminho o mesmo para apreciação e deliberação pelo CONSEPE.

Rodrigo Nogueira de Codes

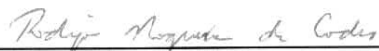
Rodrigo Nogueira de Codes
Pró-Reitor de Graduação

Mossoró, 01 de novembro de 2016

ASSUNTO: Aprovação do PPC do curso de Pedagogia do câmpus Angicos

PARECER

Em reunião no dia 28 de outubro de 2016, o Comitê de Graduação aprovou a presente versão do PPC do Curso de Pedagogia do câmpus Angicos, após este ter sido revisado e alterado através de Parecer do Setor Pedagógico e do próprio Comitê de Graduação, segundo as diretrizes estabelecidas e a legislação vigente.



Rodrigo Nogueira de Codes
Presidente Comitê de Graduação



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA**

**ANGICOS - RN
2016**

Reitor:

Prof. Dr. José de Arimatea de Matos

Vice-Reitor:

Prof. Dr. José Domingues Fontenele Neto

Chefe de Gabinete:

Prof. Dr. Felipe de Azevedo Silva Ribeiro

Pró-Reitor de Planejamento:

Prof. Dr. Álvaro Fabiano Pereira Macedo

Pró-Reitora de Administração:

Ma. Anaklea Melo Silveira da Cruz Costa

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. Dr. Rodrigo Nogueira de Codes

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Dr. Jean Berg Alves da Silva

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Me. Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis:

Prof.^a Dr.^a Vânia Christina Nascimento Porto

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:

Ma. Keliane de Oliveira Cavalcante

Diretor do *Campus* de Angicos:

Prof. Dr. Araken de Medeiros Santos

Diretoria da Divisão de Registro Escolar

Joana D'Arc Veras de Aquino



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Coordenação do Curso

Prof.^a Dr.^a Rita Diana de Freitas Gurgel

(Decisão Consuni/Ufersa 127/2014, de 25 de setembro de 2014)

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA
Portaria UFERSA/GAB Nº 1.629/2013, de 27 de novembro de 2013

Rita Diana de Freitas Gurgel
(Doutora em Educação – Presidente da Comissão)

Éder Jofre Marinho Araújo
(Doutor em Filosofia)

Carmelindo Rodrigues da Silva
(Doutor em História)

Cristiana Moreira Lins de Medeiros
(Mestra em Educação)

Revisão

Celeneh Rocha de Castro
(Especialista em Pesquisa Educacional)

Colaboradores(as)

Alessandra Miranda Mendes Soares
(Mestra em Educação)

Cynara Teixeira Ribeiro
(Doutora em Educação)

Jacimara Villar Forbelloni
(Doutora em Ciências Sociais)

Magnus José Barros Gonzaga
(Doutor em Educação)

Marcela Carvalho Martins Amaral
(Doutora em Sociologia)

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	06
2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	08
2.1 INSTITUIÇÃO PROPONENTE.....	08
2.2 DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO.....	08
2.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	08
2.4 DADOS DA COORDENAÇÃO DO CURSO.....	09
3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	10
3.1 HISTÓRICO DA UFERSA.....	10
3.2 MISSÃO INSTITUCIONAL.....	12
3.3 HISTÓRICO DO CAMPUS DE ANGICOS.....	12
4 JUSTIFICATIVA	18
5 OBJETIVOS	31
5.1 OBJETIVO GERAL.....	31
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
6 CONCEPÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	33
6.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	33
6.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	34
6.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	35
7 PRINCÍPIOS ORIENTADORES	39
7.1 PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS E EDUCATIVOS.....	43
7.2 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	48
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	54
8.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	55
8.2 COMPOSIÇÃO CURRICULAR DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NOTURNO.....	62
8.2.1 Ementas dos Componentes Curriculares Obrigatórios.....	66
8.2.2 Componentes Curriculares Optativos.....	108
8.2.3 Ementas dos Componentes Curriculares Optativos.....	109
8.2.4 Componentes Curriculares Eletivos.....	115
8.2.5 Atividades Complementares na Ufersa.....	116
8.3 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UFERSA.....	117

8.3.1 Ações de Extensão.....	117
8.3.2 Monitoria.....	119
8.3.3 Iniciação Científica.....	120
8.3.4 Programa de Iniciação à Docência – Pibid.....	120
8.3.5 Estágio Supervisionado.....	121
8.3.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	124
9 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO.....	126
9.1 COORDENAÇÃO DO CURSO.....	126
9.2 CONSELHO DE CURSO.....	127
9.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	128
10 RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	130
10.1 CORPO DOCENTE.....	130
10.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	131
10.3 CORPO DISCENTE.....	131
10.4 BIBLIOTECA.....	133
10.5 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS.....	134
11 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.....	135
11.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	135
11.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO NO ÂMBITO DO SINAES.....	137
12 PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS NA Ufersa.....	139
12.1 A COORDENAÇÃO DE AÇÃO AFIRMATIVA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL (CAADIS).....	139
12.2 CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS (CRDH).....	140
REFERÊNCIAS.....	142

1 APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é resultado da sistematização proposta pela comissão constituída pela Portaria nº 1.629/2013, de 27 de novembro de 2013, que determinou a revisão do Projeto do Curso de Licenciatura em Pedagogia. O processo de trabalho da nova comissão reformulou e ampliou a concepção do curso, agregando ao projeto anterior uma proposta que estivesse em conformidade com as diretrizes para a formação do pedagogo e com perspectivas para atuar, também, na Educação de Jovens e Adultos, por meio da concepção freireana de educação.

O projeto de criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia é resultado do esforço coletivo do grupo de professores da área de Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), Campus de Angicos, na medida em que propôs a ampliação da oferta dos cursos já existentes no âmbito do Departamento de Ciências Exatas, Tecnológicas e Humanas (DCETH). O trabalho da nova comissão soma-se aos esforços de contribuição para a transformação da realidade educacional da região semiárida, especificamente, do estado do Rio Grande do Norte.

No processo de reformulação desse PPC foram incorporadas contribuições da minuta do projeto encaminhado ao Ministério da Educação e recomendações da Comissão Nacional “Angicos 50 Anos”, bem como da Comissão Regional que organizou, em 2013, as comemorações alusivas ao Cinquentenário das 40 Horas de Angicos. As recomendações da Comissão Nacional indicaram a necessidade de ampliação do currículo para formação de um pedagogo que, além do que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’s) para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, possa desenvolver habilidades e competências para atuar em espaços escolares e não-escolares no âmbito das especificidades da Educação de Jovens e Adultos.

Inicialmente, tomamos como referência as contribuições das Diretrizes Nacionais para o Curso de Pedagogia, que delineiam as bases da formação e da identidade profissional do pedagogo. Essas bases oferecerão uma formação para a docência com ênfase na Educação Básica, destacadamente, na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e na gestão educacional, na coordenação dos processos educativos, na pesquisa em educação, na produção e difusão de conhecimentos sobre o fenômeno educativo, tanto em espaços escolares (escolas da educação básica, cargos técnicos em universidades, dentre outros),

quanto nos espaços não-escolares (presídios, hospitais, abrigos, assentamentos, empresas, dentre outros).

Assim sendo, o Curso de Pedagogia consiste em um curso presencial, que valoriza processos didáticos que não sejam focados na mera transmissão de conteúdos científicos, mas na valorização dos saberes e das experiências trazidas pelos(as) estudantes, na participação em grupos de pesquisa e de extensão e que incorporem o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem.

Isto posto, este PPC tem por finalidade expor as bases da criação, estruturação e consolidação do primeiro Curso na área de Humanas da Ufersa, especificamente, na subárea Educação, no Campus de Angicos, partindo do estabelecido na Lei nº 9.394/96 que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), do que versam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação/CNE/CP (BRASIL, 2006) e da Resolução CNE nº 02, de 01 de julho de 2015.

Neste PPC encontram-se descritos os aspectos acadêmicos, políticos, sociais e educacionais que justificam a oferta do referido curso, além de estabelecidas as estratégias para a formação de profissionais. O texto se organiza a partir das circunstâncias que levaram a Ufersa Angicos a dar início ao seu trabalho no campo da área de Humanas, visto que o Campus tem seus cursos predominantemente voltados para as áreas de Exatas, Tecnológicas e Engenharias (Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Bacharelado em Sistema de Informação, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Licenciatura em Computação e Informática).

Dessa maneira, considerando a existência do marco regulatório, bem como das demandas locais de formação de pedagogos e as normas estatutárias e regimentais que regem os cursos de graduação no âmbito da Ufersa, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia está organizado de forma a constar: dados cadastrais do proponente e do curso; histórico e caracterização da Instituição; a justificativa e os objetivos; a concepção acadêmica; os princípios epistemológicos e pedagógicos; a organização curricular com as ementas dos componentes curriculares; a administração acadêmica; os recursos humanos; a infraestrutura física e a sistemática de avaliação que constituem as condições para a efetivação desta proposta.

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1 INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome da Instituição Operadora: Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa				
CNPJ: 24529265/0001-40				
Endereço: Av. Francisco Mota, 572 – Bairro Costa e Silva				
Cidade: Mossoró		UF: RN	CEP: 59.625-900	Telefone: (84) 3315-1724
Dirigente da Instituição: José de Arimatea de Matos				
Matrícula: 0336632				
RG: 398.291- SSP/RN		CPF: 188.805.334-87		
Telefone: (84) 3317-0590		E-mail: reitor@Ufersa.edu.br		
Celular Institucional: (84) 9178-2428				
Esfera Administrativa: Reitoria				
Endereço Residencial Rua 6 de janeiro, 01 – Santo Antonio – Mossoró – RN, CEP 59.611-070				
Conta Corrente 20542-9	Banco 104	Agência 1013	Praça do Pagamento Ufersa - Mossoró - RN	

2.2 DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Rodrigo Nogueira de Codes	
RG: 94002549733 SSP/CE	CPF: 625.346.703-44
Telefone: (84) 3317-8234	E-mail: rncodes@ufersa.edu.br prograd@ufersa.edu.br

2.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Identificação: Curso de Licenciatura em Pedagogia
Título Acadêmico conferido: Licenciatura em Pedagogia
Modalidade de ensino: Presencial
Carga horária total do curso: 3.435 horas/aula
Regime acadêmico: Créditos (229 créditos)
Estágio: Estágio Supervisionado Obrigatório
Turnos de oferta: Noturno
Número de vagas por ano: 50
Campus de oferta: Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA)
Tempo de integralização do curso noturno:

<ul style="list-style-type: none">➤ Mínimo: 09(nove) semestres➤ Ideal: 10 (dez) semestres➤ Máximo: 14(quatorze) semestres
Forma de ingresso: Sisu

2.4 DADOS DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Coordenadora: Prof. ^a Dr. ^a Rita Diana de Freitas Gurgel	
RG: 1.104.068 SSP/RN	CPF: 792.307.924-20
Telefone: (84) 99983-4329/99122-3212	E-mail: rdiana@ufersa.edu.br

DOCUMENTAÇÃO DE CRIAÇÃO DO CURSO: Resolução CONSUNI/Ufersa nº 126/2014, de 14 de agosto de 2014, que aprova a criação da Licenciatura em Pedagogia.

3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

3.1 HISTÓRICO DA UFERSA

A Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA é originária da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró em 1967 tendo como mantenedora, na fase de implantação, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Foi incorporada a Rede Federal de Ensino Superior como Autarquia em 1969.

Em 01 de agosto de 2005, por meio da Lei nº 11.155/2005 a ESAM é transformada em Universidade Federal Rural do Semiárido – Ufersa, com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária.

Atualmente, a UFERSA atende aproximadamente 8 mil alunos distribuídos em 40 cursos, sendo 02 na modalidade a distância. Possui um campus central na cidade de Mossoró com estrutura física composta de edificações para fins didáticos e de pesquisa, administrativo e residencial que comportam departamentos didático-pedagógicos, laboratórios, biblioteca especializada, museu de paleontologia e de geologia, vila acadêmica, lanchonetes, ginásio poliesportivo, campo de futebol, agência da Caixa Econômica Federal, usina de beneficiamento de semente, fábrica de doces e polpas de frutas, correios, biofábrica, gráfica, viveiros de produção de mudas, Centro de Treinamento “Lourenço Viera” parque zootônico, hospital veterinário, centro de multiplicação de animais silvestres, duas estações meteorológicas, fábrica de rações, mini-auditório e dois auditórios.

Ampliou a atuação intrarregional em Ensino, Pesquisa e Extensão ao criar em 2008 seu primeiro Campus Avançado, na cidade de Angicos-RN, fruto da adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino (REUNI) lançado pelo Governo Federal para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. O Campus de Angicos oferta cursos de graduação em: Bacharelado em Ciência e Tecnologia (Integral e Noturno), Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Computação e Informática, Engenharia Civil e Engenharia de Produção com um total de 959 matrículas.

Esta ampliação se estendeu para os anos de 2010 e 2011, com a criação de outros modernos e novos campi, na cidade de Caraúbas e Pau dos Ferros, localizados na região do

Alto Oeste do Rio Grande do Norte, cumprindo sua missão de criar oportunidades de acesso à universidade e amenizar a vulnerabilidade social dos jovens do semiárido.

O Campus de Caraúbas oferta os seguintes cursos: Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e de Licenciaturas em Letras (Inglês e Libras). Enquanto o Campus de Pau dos Ferros oferta os cursos de: Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Software e Bacharelado em Tecnologia da Informação.

Em seu processo de modernização, a UFERSA inicia suas atividades na modalidade a distância a partir de 2010 com a criação do Núcleo de Educação à Distância – NEaD. São ofertados atualmente cursos de licenciatura em Matemática e em Computação. O núcleo conta com 6 polos de apoio presencial da UAB – Universidade Aberta do Brasil, atendendo aproximadamente 400 alunos. Os polos estão situados nas cidades de Natal, Caraúbas, Grossos, Guamaré, Marcelino Vieira e São Gonçalo e, com grandes perspectivas de ampliação.

Estrategicamente, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, em observação as recomendações do Governo Federal para a educação superior, desenvolve ações que visam fortalecer política, econômica e socialmente a área de sua abrangência, adotando objetivos e metas que permitam, com base no orçamento disponível, a ampliação do ensino superior com qualidade, e também, o desenvolvimento de pesquisas científicas e de inovação tecnológica com sustentabilidade. Para este fim, seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente contempla estratégias/metastas que visam fortalecer a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, que melhorem a capacitação dos recursos humanos e as condições de infraestrutura predial administrativa, laboratorial e de salas de aulas, além da infraestrutura urbana e de comunicação da Universidade.

No que se refere ao ensino de graduação, tem ampliado, a cada ano, o número de cursos e o de vagas; adequado periodicamente os projetos políticos pedagógicos desses cursos; consolidado a política de estágios curriculares e aprimorado as formas de ingresso e permanência nos cursos de graduação.

Na área de pesquisa e ensino de pós-graduação, como forma de consolidar novos cursos, a Instituição tem aderido a programas de governo como: o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e o Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) buscando estimular a participação discente na pós-graduação; a qualificação docente; definir uma política de estágio pós-doutorado; recuperar e ampliar a infraestrutura de pesquisa e pós-graduação e apoiar os comitês de ética em pesquisa.

Quanto à sua função extensionista, a Ufersa busca: incentivar e apoiar ações que se pautem em elementos como desenvolvimento regional e sustentabilidade, educação ambiental, desenvolvimento de tecnologias sociais, diversidade cultural, inovação tecnológica e economia solidária; implantar o programa institucional de bolsas de extensão, como forma de definir e operacionalizar a política de bolsas de extensão na Ufersa; apoiar atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade; realizar convênios com entidades públicas e privadas para concessão de estágios.

Assim, a Ufersa vem sendo reconhecida como um importante centro de produção e difusão de conhecimento através de suas atividades acadêmicas se confirmando, portanto, como uma universidade pública e de qualidade que cumpre a sua missão de contribuir para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade.

3.2 MISSÃO INSTITUCIONAL

A missão da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa é produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade (UFERSA, 2015).

3.3 HISTÓRICO DO CAMPUS DE ANGICOS

Em consonância com o contexto de expansão das universidades federais, em 2008, a criação da Ufersa Angicos¹ foi aprovada pelo Conselho Universitário (Resolução CONSUNI/Ufersa nº 006/2008) para atender ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Governo Federal.

Ciente do seu papel social, impulsionada por ações governamentais, como o REUNI, que tem como objetivo melhorar a qualidade e ampliação do acesso e permanência do(a) estudantes nos cursos de graduação, elevar a taxa de conclusão de cursos e aumentar a

O Campus da Ufersa Angicos está situado entre a capital Natal (171 km) e o município de Mossoró (100 km), no qual está localizado o Campus Sede (Ufersa Mossoró). Limita-se: ao Norte, com os municípios de Afonso Bezerra e Pedro Avelino; ao Sul, com Santana do Matos e Fernando Pedrosa; a Leste, com Pedro Velho, Pedro Avelino e Lajes; e a Oeste, por Itajá e Ipanguaçu.

inclusão social das classes menos favorecidas da população, programa esse desenvolvido pelo Ministério da Educação, e ainda pelo aporte de recursos oriundos do Ministério de Ciência e Tecnologia e outros Ministérios, a Ufersa Angicos foi implantada em 2009 com apenas um curso, o Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT).

Em 02 de março de 2009, a Ufersa Angicos iniciou suas atividades, representando um reforço no intuito de atender as demandas de Ensino, Pesquisa e Extensão na região semiárida central do Estado do Rio Grande do Norte. Inicialmente, a Ufersa Angicos funcionou sem sede própria, no Educandário Padre Felix. Esse prédio foi cedido pela Arquidiocese de Natal em comum acordo com a Diretora da Escola particular que funcionava no mesmo espaço, enquanto se esperava a edificação da estrutura física própria do Campus.

A escolha do Educandário deu-se pelo espaço que oferecia e pela facilidade da concessão por parte do proprietário e do locatário. Todavia, houve a necessidade de se realizar algumas mudanças estruturais para que o prédio pudesse acolher as atividades da Universidade.

O primeiro grupo de 10(dez) docentes contratados, mais o Diretor *pro tempore*, ocorreu no primeiro semestre de 2009. Em termo de pessoal e material, a estrutura do Campus foi crescendo ao longo dos quatro semestres em que funcionou no Educandário Padre Felix (até 2010), demandando cada vez mais espaço físico. Frente à impossibilidade de o Educandário abrigar o número crescente de docentes, discentes e técnico-administrativos, e dada a proximidade de conclusão das obras do Campus, no início do primeiro semestre de 2011 foi tomada a decisão pela transferência imediata da Ufersa Angicos para as novas instalações no bairro Alto da Alegria.

A interiorização da Ufersa acontece em um contexto em que, o estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado de Educação e da Cultura (SEEC) havia estabelecido em 2008 um conjunto de discussões que visavam à construção do Plano de Ações Articuladas (PAR). Ciente desse cenário, a Ufersa passa a interagir mais diretamente com dados relacionados à Educação Básica e a acolher o desafio de dar início à sua experiência na formação de professores. Uma das ações que consta no programa construído estava a abertura de cursos de Licenciatura em áreas estratégicas para o desenvolvimento da educação no RN e, dentre elas, situamos a área da computação e matemática. Logo, a partir de 2009, foram ofertadas as licenciaturas em Computação e Matemática, no campus de Angicos, através do Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (Parfor), na modalidade semipresencial.

Além do BCT, das Licenciaturas ofertadas pelo Parfor, no Campus de Angicos, em menos de um ano, passou-se a oferecer também mais dois cursos de graduação regulares: o Bacharelado em Sistema de Informação (BSI) e a Licenciatura em Computação e Informática (LCI).

Quanto à Pós-Graduação no Campus de Angicos, em 2010 foi aprovado o primeiro curso de Pós-Graduação *lato sensu* do Campus, o Curso de Especialização em Sustentabilidade para o Semiárido (CESSA), implantado com recursos do Ministério em Ciência e Tecnologia, do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir de convocação do Edital MCT/INSA/CNPq/CT-HIDRO/Ação Transversal nº 35/2010. A formação do CESSA atendeu ao público de professores da educação básica e de representantes de Movimentos Sociais.

Atualmente, temos no Campus de Angicos, somente um departamento: o Departamento de Ciências Exatas, Tecnológicas e Humanas (DCETH), composto por 92 (noventa e dois) docentes, sendo: 76 (setenta e seis) efetivos, em regime de Dedicção Exclusiva. Desses, 59 (cinquenta e nove) estão em atividades; 17 (treze) afastados para qualificação (doutorado), 3 (três) em licença maternidade e 1 (um) em licença para tratamento de saúde. O DECTH, ainda conta com 16 (dezesesseis) professores substitutos.

Quanto ao quadro de técnico-administrativos, existem no Campus de Angicos 38 (trinta e oito) técnicos efetivos, sendo que, 34 (trinta e quatro) estão em atividades, 02(dois) cedidos a outras instituições e 02(dois) em licença para tratamento de saúde.

Desde o início da sua criação até o presente momento, a Ufersa Angicos ofertou 3500 vagas de graduação distribuídas em seus 05 cursos: 2400 vagas para Bacharelado em Ciência e Tecnologia (diurno e noturno); 325 vagas para Bacharelado em Sistemas de Informação; 325 vagas para Licenciatura em Computação e Informática, 270 vagas para Engenharia Civil e 180 Engenharia de Produção. Na ocasião da oferta da modalidade semipresencial do Parfor foram ofertadas 50 vagas no curso de Licenciatura em Matemática e 50 vagas no curso de Licenciatura em Computação.

No que tange às atividades de pesquisa, há atualmente no Campus, 06 grupos de pesquisa, cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq, quais sejam:

- Direitos e Processos Culturais Interamericanos;
- Estudos da Linguagem;
- Grupo de Análise e Processamento de Sinais e Imagens (Gapsi);
- Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Aprendizagem (Geta);
- Paulo Freire: Gnoseologia, Realidade e Educação;

➤ Teoria e Inteligência Computacional.

No que concerne às atividades de extensão, o Campus conta com 04 (quatro)

Programas:

- a) Cursinho Pré-Universitário Popular;
- b) Incubadora Tecnológica e Multissetorial do Sertão do Cabugi – Ineagro Cabugi;
- c) Programa de Educação Tutorial (PET) do Campo;
- d) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Outros projetos e programas fizeram parte do histórico da extensão no Campus de Angicos: o Programa Novos Talentos, referente ao Edital CAPES/DEB n.º 033/2010 – Investindo em Novos Talentos da rede de educação pública para inclusão social e desenvolvimento da cultura científica. – Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Diretoria de Educação Básica Presencial e à Coordenação Geral de Desenvolvimento de Conteúdos. Além desse, teve ainda o projeto de Formação de Professores e professoras das escolas rurais dos municípios de Angicos/RN, Afonso Bezerra/RN e Pedro Avelino/RN para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Educação, financiado pelo Ministério das Comunicações (MC) e Secretaria de Inclusão Digital (SID).

Atualmente, contamos com projeto de inclusão digital, financiado com recursos do Proext 2016, que tem como objetivo a inclusão digital e social de idosos do município de Angicos.

Quanto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), funciona junto ao curso de Licenciatura em Computação e Informática, Campus de Angicos e beneficia aproximadamente 60 licenciandos bolsistas que desenvolvem suas atividades em 11 escolas conveniadas da região do semiárido potiguar.

Além dos Programas mencionados, a Ufersa Angicos aprovou junto ao Ministério da Educação (MEC), o projeto de construção do Memorial Paulo Freire: Museu e Centro de Formação, o qual consiste em um conjunto arquitetônico voltado a preservar o legado do educador Paulo Freire, que tem dentre seus objetivos, oferecer cursos de formação continuada a partir das matizes freireanas aos professores da Educação Básica, associando cultura e educação a partir das demandas locais.

Em função de ser originalmente voltado à área tecnológica, no Campus há um polo do Instituto Metrópole Digital², resultado de parceria entre a Ufersa e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que oferece cursos centrados nos eixos: formação e inclusão digital, pesquisa e inovação tecnológica e incubação de empresa de base tecnológica.

Em relação ao corpo docente do Campus de Angicos, existe atualmente um grupo de 11 (onze) docentes que possui formação e atuação nas áreas de Ciências Humanas (Educação Letras, Ciências Sociais e Filosofia), sendo que, 10(dez) têm titulação de doutor e um com doutorado em andamento. Tais docentes são responsáveis por diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, lecionando componentes curriculares nos diferentes cursos de graduação existentes no Campus, tais como: Análise e Expressão Textual, Educação a Distância e Internet, Educação Especial e Inclusão, Ética e Legislação, Filosofia da Ciência e Metodologia Científica, Filosofia e Educação, História e Educação, Libras, Prática de Ensino I: Educação em Computação, Prática de Ensino II: Políticas, Estrutura e Gestão da Educação Básica, Prática de Ensino III: Objetos Digitais de Educação em Computação, Prática de Ensino IV: Didática, Prática de Ensino V: Ensino-Aprendizagem de Computação, Psicologia e Educação, Sociologia, Sociologia e Educação, dentre outras, como os estágios curriculares supervisionados. Além disso, estes também atuam em funções de coordenação de projetos e desempenham atividades de outras naturezas: cargos de gestão, comissões permanentes, conselhos da universidade etc.

Em relação à infraestrutura, o Campus de Angicos ocupa uma área total de 360 hectares, incluída uma área de preservação ambiental. A área construída de 24 hectares é cercada por muro e guarita, onde foram construídos os prédios que integram o seu complexo, assim disposto: 02 blocos que abrigam os gabinetes docentes e a chefia de departamento; 02 blocos com 25 salas de aula (um com 10 e outro com 15); 01 biblioteca; 01 bloco de laboratórios, exclusivamente voltados às atividades didáticas de Física, Matemática, Computação e Química e outro em construção; 01 centro de convivência (cantina e xerografia); 01 auditório central (com cerca de 200 lugares); 01 centro administrativo (Direção do Campus, Gestão de Pessoas, Registro Escolar, dentre outros setores); almoxarifado e garagem. Os prédios são amplos, possuindo modernas instalações, esgotamento sanitário e iluminação.

² O Instituto Metrópole Digital oferece cursos técnicos em informática para internet e redes de computadores. Cada curso é formado por três módulos, cada um de 6 meses, sendo que, os dois primeiros módulos são formados por disciplinas como inglês, matemática e informática e, o terceiro módulo com atividades integradas (estágio, iniciação científica e tecnológica). O estudante recebe todo o material em formato digital, gravado em pen drive. Ao todo são 345 aulas, distribuídas em 26 disciplinas.

Atualmente, no Campus, além do Memorial Paulo Freire: Museu e Centro de Formação, encontram-se em construção o laboratório de Engenharia Civil e o Restaurante Universitário.

Conforme podemos observar, um grande passo já foi dado pela Ufersa, a partir dos novos cursos criados e com a expansão para o interior com a criação dos campi (Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros) levando a ação da universidade pública federal como fator de desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional para os municípios menos desenvolvidos da microrregião do Sertão Central e Alto Oeste.

Assim, em 2016 a Ufersa completou 11 anos de existência, atuando na formação acadêmica e profissional.

4 JUSTIFICATIVA

A Ufersa tem assumido, em cumprimento ao seu Estatuto, o compromisso social de “[...] produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semi-árida (sic) brasileira” aportada no objetivo de “contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos, dando ênfase à região semiárida brasileira, visando à elevação do índice de desenvolvimento humano” (UFERSA, 2006, p.4). Caracterizada como uma região de clima meio árido e marcada pelas irregularidades de chuvas, o Semiárido Brasileiro (SAB) possui elevado número de habitantes que vivem em condição de extrema precariedade, não apenas no que tange as condições econômicas, mas também social, cultural e educacional.

Consideramos que o desenvolvimento regional do Semiárido, em suas dimensões econômicas, sociais e culturais, não pode estar atrelado, exclusivamente, à formação de engenheiros ou bacharéis em Ciência e Tecnologia para atuarem na região, mas também com as possibilidades de aperfeiçoamento e melhoria do sistema educacional, haja vista que é imprescindível o potencial da educação como agente de transformação social (FREIRE, 1979b). Logo, constatamos a necessidade da Ufersa contribuir diretamente com o processo de formação de professores(as) para a Educação Básica da região, bem como de outros campos profissionais competentes para atuarem nas funções de gestão, coordenação e supervisão escolar, na educação especial, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, dentre outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, em contextos escolares e não-escolares.

Tal processo é importante porque a docência é compreendida, no seu sentido lato, como uma “[...] ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional que [...] também compreende a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino” (BRASIL, 2006, p.1). Logo, percebemos a importância e potencial da Ufersa em ampliar, em curto e médio prazos, quantitativa e qualitativamente, a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na área de Educação, especificamente, no que tange à formação docente.

Especialmente, no que diz respeito ao Campus da Ufersa Angicos, o compromisso da instituição se articula ao histórico do município, que foi *lócus* da experiência pioneira e promissora protagonizada pelo educador Paulo Freire, no ano de 1963, fato que tornou Freire e o município conhecidos nacional e internacionalmente, o que certamente contribuiu para

que o educador fosse declarado recentemente Patrono da Educação Brasileira (BRASIL, 2012).

Em reconhecimento à importância da experiência de Paulo Freire, que assumiu a educação como ato político, posto que sua pedagogia privilegia práticas docentes que primam pela contextualização dos conteúdos a serem ensinados aos educandos, com vistas à promoção da transformação social, ao exercício da cidadania, a promoção da qualidade de vida e a percepção pessoal do seu ser político, o Campus da Ufersa Angicos aprovou o Projeto Memorial Paulo Freire: Museu e Centro de Formação, que no seu conjunto arquitetônico se constitui em um:

espaço de registro e difusão dos bens da cultura material e imaterial produzidos por Paulo Freire, através da oferta de exposições permanentes, de exposições temáticas periódicas, de apresentações culturais, de cursos de formação de professores, de oficinas, congressos, colóquios e seminários, dentre outros; local de registro e de resgate sistemático da memória histórica e cultural da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Popular na região do semiárido norte-rio-grandense; e espaço de concepção e de execução de práticas inovadoras e interdisciplinares à proposta pedagógica de Freire (UFERSA, 2012, p.7).

Nesse sentido, a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia reitera o compromisso, já firmado pelo Campus da Ufersa Angicos, com a realização de programas, projetos, cursos, pesquisas e ações inovadoras e comprometidas com a transformação da realidade social, com a preservação da cultura e com a preservação do meio ambiente.

Tais ações são importantes na medida em que os cursos de formação docente são, historicamente, permeados por dificuldades e limitações, principalmente nos aspectos da relação teoria e prática, articulação dos saberes em componentes curriculares específicos e pedagógicos em cada curso e, também, entre os conhecimentos científicos e a realidade escolar subjacente. Essas dificuldades e limitações estão intrinsecamente relacionadas ao modelo tradicional de formação de professores, cuja base de formação mecanicista precisa ser superada para possibilitar práticas pedagógicas mais articuladas à realidade social. Ciente deste fato, a Ufersa vem atuando no sentido de colaborar com esta superação – esforço que fica explícito nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das licenciaturas já existentes na instituição.

Reconhecemos que a real superação deste modelo tradicional de formação exige a realização de ações concretas associadas a um posicionamento teórico-metodológico aberto ao questionamento, à reflexão, à crítica e às modificações.

Isso aponta para a necessidade de embasar as ações pedagógicas a serem desenvolvidas nos cursos de licenciatura e de (re)pensar seus currículos a partir de experiências concretas, superando reducionismos quanto às simples mudanças nas cargas horárias das atividades curriculares e de meros ajustes às demandas do mercado. Dessa maneira, torna-se necessário superar a formação baseada na memorização e na instrumentalização do conhecimento e na aplicação de saberes descontextualizados, de modo que a formação possa subsidiar à reflexão e à problematização contínuas, por parte dos(as) licenciandos(as) garantindo, assim, a apropriação do conhecimento didático-pedagógico e desenvolver as competências imprescindíveis para uma atuação docente contextualizada e comprometida com a diversidade e a emancipação social.

Assim, uma formação docente adequada não é a que simplesmente transmite para os futuros educadores(as) os conhecimentos específicos da sua área de atuação, mas, também, aquela que, além de instrumentalizar a prática pedagógica em uma determinada área de conhecimento, aponta para o potencial emancipador da educação. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de que os cursos de formação docente oferecidos pela Ufersa capacitem os(as) educadores(as) para intervirem na realidade social em que atuam e para promoverem uma transformação qualitativa desta realidade, através do incentivo à reflexão sobre o pensamento e a ação do cotidiano dos sujeitos. Realizada de tal modo, a formação docente abre perspectivas para conscientização dos educadores acerca da dimensão política e social da educação. Pois, conforme assinalou Freire (1997), todo ato educativo é também um ato político na medida em que não há e nem nunca houve prática educativa neutra, comprometida apenas com ideias abstratas ou intocáveis.

Nesse sentido, a oferta de um Curso de Licenciatura em Pedagogia, que tenha como concepção a pedagogia freireana, no Campus da Ufersa Angicos é de extrema relevância, na medida em que se propõe a articular a atuação didático-pedagógica à dimensão política da educação, considerando ainda a importância de os pedagogos terem uma formação abrangente que os permita atuar em diversos âmbitos e contextos nos quais sejam previstos os conhecimentos pedagógicos, em consonância com o que dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006). Além disso, a existência de um curso desta natureza na Ufersa configura-se também como um reconhecimento do legado deixado por Paulo Freire, além de valorizar uma experiência

nascida no município de Angicos e articulada, portanto, à realidade sociocultural e ambiental da região do semiárido potiguar.

A despeito da experiência conhecida como “as 40 horas de Angicos”, Paulo Freire logrou promover a alfabetização de 300 pessoas, as quais não haviam se escolarizado na idade considerada regular. Porém, mais do que alfabetizar, Freire (1989) estava preocupado com a conscientização destes educandos, na medida em que entendia que a leitura da palavra é sempre precedida pela leitura do mundo, o que significa que alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo criticamente.

Nesse aspecto, consideramos que o cerne da experiência freireana foi a promoção de uma educação libertadora, em oposição ao que Freire (2006) chamava de “educação bancária”, prática educacional comum e associada à corrente tradicional, pautada na memorização e repetição mecânicas dos conteúdos transmitidos. Assim, as contribuições de Freire para a educação estão “para além da alfabetização (e mais ainda para além da **alfabetização de jovens e adultos**)”, na medida em que apontam que “como ponto de partida da educação dever-se-ia considerar a cultura – em um sentido amplo – com a qual o oprimido chega ao ambiente de ensino” (GHIRALDELLI JR., 2012, p.3, grifos do autor), a fim de promover a democratização do processo de produção do conhecimento.

É inegável a contribuição de Paulo Freire para educação brasileira. Todavia, faltava em Angicos, *locus* da sua experiência, um marco identitário capaz de tocar o seu legado. Assim, por meio de um grupo de educadores-pesquisadores integrantes do Grupo de Pesquisa Paulo Freire: Gnoseologia, Realidade e Educação (CNPq), foi idealizado e elaborado o projeto de construção do Memorial Paulo Freire: Museu e Centro de Formação, nas dependências do Campus da Ufersa Angicos.

A interrelação do curso com o Memorial Paulo Freire: Museu e Centro de Formação proporcionará grande incremento à formação dos(as) licenciandos(as) do Curso de Pedagogia na medida em que este consiste em um espaço formativo privilegiado e integrado à comunidade e à práxis educacional, no qual os educandos poderão incorporar os conhecimentos adquiridos, ao passo que a existência de um curso de graduação desta natureza resultará na colaboração dos seus docentes e discentes com as ações realizadas pelo Memorial. Além do referencial teórico-prático em comum, qual seja o legado de Paulo Freire, o curso e o Memorial compartilham ainda a preocupação com o cenário educacional da região semiárida potiguar e com a formação de professores(as) para atuarem em diversos níveis e modalidades de ensino de forma comprometida e contextualizada com a realidade local.

Ressaltamos, que o Curso de Licenciatura em Pedagogia contribuirá ainda para o incremento do número de vagas no ensino superior público gratuito e de qualidade, em uma das regiões mais carentes de recursos humanos do país, o que colaborará decisivamente para a formação profissional com qualidade científica, cultural e técnica, voltada para a realidade do Semiárido Brasileiro (SAB). Com este curso, o Campus da Ufersa Angicos, que já recebe estudantes de diversos municípios da região e de outros estados da região Nordeste, poderá fazer jus a missão que lhe é conferida em função da realidade educacional que será mais adiante tratada.

Tal processo é importante porque as recentes políticas educacionais direcionadas à formação de pedagogos incorporaram, em suas diretrizes, o reconhecimento de que os cursos de licenciatura em Pedagogia precisam contemplar, em sua estrutura curricular, a pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, com vistas a promover a formação de profissionais capazes de atuar na área educacional de maneira ampla e autônoma, através da aplicação de saberes filosóficos, históricos, antropológicos, psicológicos, sociológicos, políticos, econômicos e culturais.

Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufersa se destina à formação de docentes para produzir e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos do campo educacional, contribuindo com a gestão e o aprimoramento de sistemas e instituições educativas escolares e não-escolares, o que está de acordo com a definição expandida de docência como:

[...] ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006, p.01).

Sendo a Ufersa uma Universidade que surgiu a partir do processo de expansão, interiorização e democratização do acesso à educação superior, comprometida, portanto, com o desenvolvimento da região semiárida brasileira, a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia representa o incremento das contribuições proporcionadas pela instituição no que diz respeito tanto à formação de profissionais para intervir na região do semiárido potiguar, a qual se encontra carente de recursos humanos, quanto à promoção da transformação social a

partir da apropriação dos avanços científicos e tecnológicos propiciada pela educação superior.

Logo, a existência de um Curso de Licenciatura em Pedagogia reitera a função social da Ufersa em promover a formação, em nível superior, contextualizada e adequada às demandas da região. No âmbito educacional, tais demandas se articulam a fatores históricos, tais como: o analfabetismo, o baixo nível de escolaridade de parcela significativa da população, a crescente desprofissionalização da docência, a carência de profissionais de educação adequadamente formados para atuar em diversas modalidades de ensino e em espaços escolares e não escolares, posto que, dos 2.101.408 dos docentes que atuam na Educação Básica do país, 22% não possuem formação adequada (BRASIL, 2014).

Em razão destas particularidades, o Projeto Pedagógico do Curso fundamenta-se nos princípios da autonomia universitária, na flexibilização curricular, na qualidade acadêmica de sua oferta e na tese corrente da interrelação entre formação superior com a realidade social e regional (BRASIL, 2007).

A seguir passaremos a discorrer acerca das especificidades que levam a Ufersa a empreender tal projeto.

➤ Na Região

A Ufersa se estrutura como universidade que pauta sua atividade pedagógica tendo como preocupação primordial o trabalho vinculado à comunidade do semiárido. Conforme está explícito em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2015-2019), a Missão da Universidade consiste em

Produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade. (UFERSA, 2015, p.17).

Localizada no sertão central do Rio Grande do Norte, constituinte do SAB, a região é rica do ponto de vista dos recursos naturais. Sua economia baseia-se, atualmente, em atividades extrativas de petróleo, sal, calcário, argila; na fruticultura irrigada, na caprinocultura, carcinocultura e ovinocultura; sendo a agroindústria um setor igualmente promissor na região.

Entendemos que um dos fatores que não contribuem com o crescimento regional é a falta de profissionais qualificados para atuarem nas novas demandas do mercado de trabalho que estejam alinhados às exigências das políticas públicas e os baixos indicadores sociais.

Neste sentido, a Ufersa acolhe o desafio de contribuir com o desenvolvimento da região e, para tanto, passa a considerar a necessidade de avançar no trabalho que envolve a criação de tecnologias, formação de profissionais em várias áreas do conhecimento e na formação de professores para Educação Básica como forma de contribuir para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte.

Conforme já mencionado, a cidade de Angicos notabilizou-se nacional e internacionalmente pela experiência protagonizada por Paulo Freire em Angicos. Todavia, passados 50 anos das “40 Horas de Angicos”, verificamos que a situação educacional deste município e dos municípios que integram o semiárido norte-rio-grandense ainda carece de políticas públicas mais eficientes, eficazes e efetivas.

Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015, demonstram um certo avanço de alguns municípios da região do Rio Grande do Norte, mas há ainda quadros preocupantes que demandam políticas públicas, destacadamente quanto à formação de professores.

Na classificação geral, a rede estadual de educação do RN, obteve o segundo pior IDEB do país. Com uma nota de 2,8, o Ensino Médio das escolas estaduais do RN ficou empatado com o estado de Alagoas e ficou acima apenas de Sergipe (2,6), mantendo-se assim na mesma posição obtida na última rodada do IDEB de 2015. O estado ficou 0,7 abaixo da nota projetada de 2015, que apontava o RN com um índice de 3,5.

De forma geral, os índices foram os seguintes: Ensino Fundamental, nas séries iniciais (4ª série/5º ano), IDEB 4,8; nos anos finais (8ª série/9º ano), IDEB 3,8 e na 3ª série do Ensino Médio, IDEB 3,2. (BRASIL, 2016)

No tocante aos índices de analfabetismo, a realidade da região semiárida concentra elevados números, o que não dispensa a efetivação de programa e projetos pontuais voltados para alfabetização de adultos e idosos, em função da ausência de políticas públicas direcionada à Educação de Jovens e Adultos que sejam mais eficazes.

A despeito do analfabetismo, os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que consultou 147 mil domicílios em todo o Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que a queda que vinha acontecendo desde 1998, deixou de acontecer! Foram identificadas 13,2 milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever, o equivalente a 8,7% da população total com 15 anos ou

mais de idade. Em 2011, eram 12,9 milhões de analfabetos, o equivalente a 8,6% do total. Em 2004, a taxa de analfabetismo brasileira chegava a 11,5%. (IBGE, 2012)

Esse crescimento no número de analfabetos foi puxado pelos números observados nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Na região que abriga estados como Bahia e Pernambuco, a taxa de analfabetismo passou de 16,9% em 2011, para 17,4%, em 2012. O Nordeste, região onde está situado o Semiárido Brasileiro, concentra 54% do total de analfabetos de todo o país! Antes, em 2004, 22,5% da população com 15 anos ou mais de idade não sabia ler e nem escrever. Esse resultado revela que a região Nordeste tem taxa de analfabetismo que atinge quase o dobro da média nacional (16,9% contra 8,6%) em 2011. (IBGE, 2012)

Na região Centro-Oeste, a taxa de analfabetismo alcançou 6,7% em 2012, acima dos 6,3% observados no ano anterior. Em 2004, a mesma taxa chegava a 9,2%. A pesquisa apontou que a menor taxa de analfabetismo está na região Sul, na qual 4,4% da população com 15 anos ou mais de idade não sabe ler e escrever. No Sudeste, a taxa de analfabetismo chega a 4,8%, e no Norte, é de 10%. (IBGE, 2012)

O analfabetismo é notado especialmente entre a população mais velha. Entre os que têm 60 anos ou mais, 24,4% não sabem ler ou escrever. Já na faixa etária dos 40 aos 59 anos, essa proporção é de 9,8% do total; dos 30 aos 39 anos, 5,1% são analfabetos; e entre as pessoas de 25 a 29 anos, 2,8% são analfabetas. (IBGE, 2012)

O IBGE verificou também, que a taxa de analfabetismo funcional, que representa a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo completo sobre o total da população da mesma faixa etária, representa 18,3%, o que significa retração frente aos 20,4% constatados em 2011. O total de analfabetos funcionais observados em 2012, somam 27,8 milhões de pessoas.

Positivamente, o IBGE constatou que o nível de escolarização no Brasil cresceu em 2012. O número de estudantes com nível superior completo chegou a 14,2 milhões, aumento de 6,5% frente aos dados de 2011. Entre as pessoas com 25 anos ou mais de idade, 12% tinham esse nível de escolaridade. Antes, em 2011, essa proporção era de 11,4%. (IBGE, 2012). Esse crescimento revela que a política de expansão e democratização do ensino superior tem contribuído para a finalidade que o REUNI e PROUNI foram criados pelo Governo Federal.

Os dados da Pnad (2012) mostram ainda que 11,9% da população com 25 anos ou mais de idade não têm qualquer instrução, ou têm menos de um ano de estudo. Um ano antes, tal proporção era de 15,1%. Com Ensino Fundamental incompleto ou equivalente, estavam 33,5% do total da população desta faixa etária. Isso indica um acréscimo em relação a 2011,

quando 31,5% tinham nível de instrução semelhante. O aumento da proporção de pessoas com Ensino Fundamental incompleto pode estar ligado diretamente à redução do número de pessoas com pouca, ou mesmo nenhuma instrução.

Conforme podemos observar, a não integralização dos níveis e etapas da educação básica na idade certa têm contribuído para a elevação dos índices de analfabetismo funcional. Mas bem sabemos que são muitos os fatores, que historicamente, têm mantido as regiões Norte e Nordeste em desvantagens. Daí a importância da manutenção de programas, como o Programa Brasil Alfabetizado (criado em 2003), dentre outros, que são executados como mecanismos para a diminuição do analfabetismo entre jovens, adultos e idosos.

No que tange à Educação de Jovens e Adultos, o município de Angicos dispõe de turmas nesta modalidade tanto na rede municipal de ensino quanto na estadual, além do Programa RN Caminhando (nome recebido pelo Programa Brasil Alfabetizado no Rio Grande do Norte), totalizando 159 estudantes matriculados/as nesta modalidade de ensino no ano de 2013. Isto porque, o índice estimado de analfabetismo no município é de 26,34% da população, o que corresponde, em números absolutos, a mais de 3.000 habitantes. De forma semelhante, no campo da educação profissionalizante, o município oferece o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o ProJovem Trabalhador, os quais visam fornecer aos jovens neles matriculados uma habilitação, em nível básico, para tarefas diversificadas, através da participação dos(as) estudantes nos chamados arcos profissionais. Além destes, merece destaque o trabalho realizado pelo Projeto MOVA Brasil que, em parceria com a Petrobrás, ofereceu escolarização a 50 jovens e adultos no ano de 2012.

De forma geral, no tocante à qualificação dos professores e das professoras que atuam no sistema educacional tanto no município de Angicos como em municípios circunvizinhos, sabemos que parcela considerável não possui formação em nível superior. Tal fato é especialmente notável no que diz respeito aos professores e professoras que atuam na Educação Infantil e que possuem formação de magistério de nível médio. Nesse sentido, a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia apresenta-se como alternativa ímpar para contribuir com o melhoramento da realidade educacional do município e da mesorregião Central Potiguar, a qual é marcada por preocupantes indicadores sociais (Renda *Per Capita*, IDH, IDEB etc.).

Ademais, o Curso de Licenciatura em Pedagogia manterá estreita relação com a missão do Memorial Paulo Freire: Museu e Centro de Formação, visto que esse tem como objetivo fomentar a formação continuada e o resgate sistemático da memória cultural de homens e mulheres que abrigam a região semiárida potiguar, através do oferecimento de

curtos, de exposições, eventos acadêmico-científicos, mostras culturais, dentre outros, que possibilitará a execução de práticas educacionais alinhadas à filosofia deste PPC.

Em função de convivermos em um atual cenário permeado pelo paradigma da Sociedade do Conhecimento, urge que instituições tracem planos de formação, tanto em nível organizacional, como em nível pessoal de relacionamento coletivo e individual. Mas, para isso, as instituições escolares e não-escolares que desenvolvem práticas educativas sistemáticas, cujo propósito é atuar na educação básica, devem oferecer componentes que favoreçam a formação humanística que fortaleçam o desenvolvimento de sujeitos históricos, com habilidades e competências para atuarem tanto no mundo do trabalho quanto na luta por uma sociedade mais justa e mais equânime.

Cumpra neste sentido, à Universidade, por meio do Curso de Licenciatura em Pedagogia, oferecer ao público-alvo uma formação profissional com competência técnica e compromisso social, com capacidade para atuar diante da realidade já retratada, levando em consideração as carências educacionais e materiais dos alunos egressos da escola pública e, ao mesmo tempo, não desconsiderar a riqueza cultural, criada e desenvolvida em seu meio social e trazida para as instituições de ensino. Isto porque, cabe aos profissionais da educação o desenvolvimento de estratégias e recursos adequados para interajam com seus(as) estudantes, muitas vezes vivem em um meio carente quanto as suas necessidades básicas de sobrevivência e de formação escolar, mas rico em referências e informações.

➤ **Na Instituição**

Dada à interdisciplinaridade que a educação assume e sua interface com outras áreas de conhecimento, propomos um curso que favorece a possibilidade de sua integração e complementaridade com outros cursos da universidade, via flexibilidade do currículo e oferta de componentes curriculares eletivos comuns ao Curso de Licenciatura em Computação e Informática ou a outros cursos da Ufersa. Vemos na flexibilidade curricular a possibilidade de diálogo entre os componentes curriculares e de mais liberdade para os(as) estudantes escolherem os seus itinerários de formação na universidade.

Processo primeiro de construção e constituição de uma Universidade, a junção complementar dos conhecimentos para a produção de mais conhecimentos tem exigido que área de Humanas e a Pedagogia intervenham em inúmeros processos de formação, criação e comunicação, de forma a dotar os sujeitos não só de habilidades e competências, mas também

no sentido de contribuir de forma complementar e cooperativa com outros domínios do saber para os processos de constituição de novos saberes.

É nesse contexto que construímos a proposta do Projeto de Pedagogia, com o propósito de torná-lo espaço de formação consistente e qualificado, aproximando cada vez mais a comunidade científica das demandas da sociedade, dos saberes populares, vez que essa (sociedade) é constituída por agentes históricos, sociais, culturais e econômicos.

✓ Na Legislação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 53, assegura às Universidades a autonomia didático-científica para criar, expandir, modificar e extinguir cursos, bem como para definir a programação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de garantir-lhes o direito de fixar os currículos dos seus cursos e programas, desde que observadas as diretrizes gerais pertinentes.

Em consonância com esta Lei, o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Ensino Superior (Sesu), instituiu, em abril de 2010, os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (BRASIL, 2013).

No que concerne ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, as diretrizes são preceituadas pelos Pareceres CNE/CP nº. 05/2005, 01/2006, 03/2006, 03/2007, 09/2009, pela Resolução CNE/CP nº.1, de 15 de maio de 2006 e Resolução CNE nº 02, de 1 de julho de 2015. Este marco regulatório apresenta o conjunto de definições sobre princípios, fundamentos e procedimentos normatizadores para a elaboração e implantação de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, em nível superior, o que foi tomado como base para a elaboração deste projeto.

Conforme observaremos mais adiante, a complexidade e diversidade cultural do mundo contemporâneo requer que os currículos dos cursos de graduação rompam com a fragmentação do conhecimento e com a hiperespecialização dos sujeitos. As demandas sociais necessitam de cursos cujos currículos ofereçam temáticas emergentes, mais universais e problematizadoras. Essas temáticas perpassam por questões que tratam da diversidade, da sustentabilidade do Planeta, acerca dos conflitos sociais, da história, da subjetividade, dentre outros. Isto porque, observamos que a ênfase na fragmentação do conhecimento tende a fragilizar o espírito universitário e muitas vezes chega a comprometer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Logo, a criação de novos cursos não pode perder de vista a organização da formação superior proposta por Anísio Teixeira para a concepção da Universidade de Brasília, no início da década de 1960, no Processo de Bolonha e nos *colleges* estadunidenses. Os novos cursos devem promover à inovação do currículo para responder às demandas atuais de formação humana e do mundo do trabalho.

Diante do exposto, o currículo do Curso de Pedagogia da Ufersa Angicos atende as orientações contidas nos seguintes marcos legais:

- a) Constituição Federal de 1988, no que reza os Artigos 205 ao 208;
- b) Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- c) Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental;
- d) Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação/CNE/CP, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
- e) Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- f) Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes;
- g) Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- h) Documento orientador das comissões de avaliação *in loco*, elaborado MEC e pelo INEP, em março de 2012;
- i) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- j) Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais– Libras e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, em seu Art. 18;
- k) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (MEC, UNESCO,

2007);

- l) Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010 que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
- m) Resolução Consepe/Ufersa nº 01/2008, de 17 de abril de 2008, que dispõe sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFERSA;
- n) Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2013, de 15 de maio de 2013, que estabelece normas para o Programa de Monitoria da Universidade Federal Rural do Semi-Árido;
- o) Resolução Consepe /Ufersa nº 001/2013, de 14 de março de 2013, que estabelece normas gerais relativas aos Trabalhos de Conclusão de Curso da UFERSA;
- p) Decisão Consepe nº 22/2005, de 17 de novembro de 2005: altera as normas de realização do estágio supervisionado na Ufersa;
- q) Resolução Consepe/Ufersa nº 08/2010, de 21 de outubro de 2010: dispõe sobre o Conselho dos Cursos de Graduação da Ufersa;
- r) Resolução Consepe/Ufersa nº 09/2010, de 21 de outubro de 2010: dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- s) Estrutura de organização definida pelo Comitê de Graduação da Ufersa;
- t) Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufersa – PDI (2015-2019);
- u) Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2011);

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

O Curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivo geral formar profissionais com habilidades e competências compostas por uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos que possibilitem a atuação crítica, reflexiva, contextualizada e inovadora para o exercício da docência na Educação Básica e suas modalidades: Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como nos processos de gestão e coordenação pedagógica desenvolvidos em espaços escolares (na educação básica e na educação superior) e nos espaços não-escolares nos quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Construir conhecimentos acerca da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação **para e na** cidadania;
- b) Ofertar formação teórico-prática que contemple conhecimentos sobre as políticas educacionais, elencando a estrutura, o funcionamento e a gestão da educação básica e superior, importante dimensão que contribui para a participação e para o exercício da cidadania;
- c) Promover formação para a docência enquanto ação educativa e processo sistemático, metódico e intencional na Educação Básica e suas modalidades, em espaços escolares e não-escolares;
- d) Promover conhecimentos no campo da gestão escolar e coordenação pedagógica, contribuindo para a elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais em espaços escolares e não-escolares;
- e) Promover a formação docente articulada às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão na Universidade e em outros espaços da sociedade;
- f) Aliar à formação do profissional da educação uma formação humana galgada em princípios éticos, no diálogo e na consciência de seu papel como agente de transformação político-social;
- g) Facilitar à compreensão de que, sendo a docência uma ação educativa dialógica, deve ter cunho teórico-metodológico, que proporcione a desmistificação das relações

sociais excludentes, dos preconceitos étnico-raciais, das relações de gênero e produtivas, e que se desenvolva na articulação entre conhecimentos científicos, culturais, humanos e de respeito ao meio ambiente;

- h) Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos políticos, sociais, culturais, científicos e tecnológicos no campo da educação, visando à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e socioambientalmente equilibrada, voltada para o exercício da cidadania e da emancipação humana.

6. CONCEPÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Amparados nas DCNs para o curso de Licenciatura em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 01/2006 e na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura), as áreas de atuação do(a) licenciado(a) em Pedagogia na Ufersa devem favorecer ao exercício do(a):

- Educador(a) na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, nos cursos de Ensino Médio e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, além de atuarem em outras áreas nas quais sejam requeridos conhecimentos pedagógicos;
- Gestão de processos educativos de sistemas e de instituições de ensino em espaços escolares e não-escolares: Organizações Não-Governamentais (ONG's), hospitais, asilos, movimentos sociais, na educação prisional, nas associações e clubes; em empresas que demandem formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais;
- Trabalho em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância;
- Atuação em instituições públicas ou privadas que requeiram as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente, no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como na análise, formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- Trabalho em instituições que desenvolvam pesquisas e difundam conhecimento científico e tecnológico no campo educacional;
- Atuação de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria;
- Atuação como Técnico em Assuntos Educacionais em órgãos federais, como universidades, Centros de Educação Tecnológica, Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, dentre outros.

6.2. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia proporcionará vivências educativas aos(as) licenciandos(as) que deverão resultar em uma forte formação científica e na aquisição de habilidades e construção de competências que os permitam se expressar como seres reflexivos que têm no pensamento crítico, a inspiração para todas as suas formas de conduta e ação.

O currículo do curso oportunizará a formação de pessoas dotadas de uma perspectiva interdisciplinar, capazes de buscar soluções para problemas educacionais, sociais, de gestão educacional e que envolvam as políticas públicas educacionais.

Trata-se de um curso que possui um currículo que oferecerá vivências educativas que não se restringem à sala de aula e às experiências formais de aprendizado, em que as Ciências da Educação e as demais formas de expressão do conhecimento são instrumentos para se preparar o sujeito que sabe pensar, conviver, fazer e ser. Por meio da Pedagogia da ação-reflexão-ação, podendo também ter o ato de fazer, início na reflexão, pretendemos formar profissionais da educação para viverem na controversa sociedade do conhecimento que se delinea no Século XXI.

Conforme pode ser visto, os(as) licenciandos(as) do Curso de Licenciatura em Pedagogia serão preparados para se inserirem nas inúmeras oportunidades de formação humana dentro de espaços escolares e não-escolares constituintes da sociedade contemporânea.

Os(as) pedagogos(as) formados(as) na Ufersa terão a função primordial de assegurar e aprimorar a qualidade da educação, através de sua atuação profissional na área educacional e social, haja vista que, no contexto atual, sua inserção no mercado de trabalho não está restrita apenas aos espaços escolares. Hoje, este profissional também pode atuar nas mais diversas instituições educacionais, empresas, Organizações Não-Governamentais (ONG's), Abrigos de Idosos, Presídios, órgãos de pesquisa, assessorias educacionais, órgãos do governo relacionados à educação, dentre outros, pois onde houver uma prática educativa, a ação pedagógica se faz necessária.

Dito isto, o egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufersa Angicos deverá possuir o seguinte perfil:

- Compreender que a Licenciatura em Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do processo de ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na *práxis* social;

- Compreender a docência como atividade pedagógica inerente aos processos de ensino e de aprendizagens, além daquela própria da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da Educação;
- Compreender que os processos de ensinar e de aprender acontecem de forma dialógica, isto é, tanto educadores(as) como educandos(as) ensinam e aprendem, uns com os outros;
- Compreender que o(a) educador(a) é agente de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão das instituições educativas;
- Atuar enquanto docente na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, nos cursos de Ensino Médio e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar;
- Atuar na gestão educacional, preferencialmente, sob o viés democrático, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao projeto pedagógico, ao planejamento de ensino, à administração, à coordenação, ao acompanhamento e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, à avaliação institucional, bem como na análise, formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- Produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
- Gerir processos educativos e formativos para garantir a educação dos sujeitos nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;
- Elaborar projetos pedagógicos e organizar o trabalho pedagógico em espaços escolares e não-escolares.

6.3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Considerando as referências político-epistemológicas e os objetivos do curso de Pedagogia da Ufersa, faz-se necessário que delineemos as competências e habilidades almejadas para o egresso:

- Compreender a docência como ação educativa que consiste em um processo

sistemático e intencional influenciada por conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia;

- Reconhecer a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação **para e na** cidadania;
- Estudar o contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios (ciências, matemática e informática), bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, dentre outros;
- Atuar com postura ética e compromisso na construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdades sociais;
- Desenvolver ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;
- Coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar atividades na área educacional;
- Aplicar ao campo da educação, as contribuições do conhecimento filosófico, histórico, antropológico, socioambiental, psicológico, linguístico, dentre outros, de forma articulada ao planejamento, à execução e à avaliação de atividades educativas;
- Empregar a pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos assimilados durante o processo de formação inicial, no exercício da profissão, amparados em princípios éticos, da interdisciplinaridade, da contextualização, da democratização, da pertinência, da relevância social, da sensibilidade afetiva e estética e de respeito à diversidade;
- Defender a promoção da educação ao longo da vida **para e na** cidadania;
- Produzir e difundir conhecimentos a partir da pesquisa, da análise e da aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional em contextos escolares e não-escolares;
- Participar na gestão de processos educativos em sistemas e instituições de ensino;
- Participar da gestão das instituições, sendo capaz de planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- Participar das atividades de planejamento e no projeto político-pedagógico da escola, bem como das reuniões pedagógicas e dos órgãos colegiados;
- Planejar e executar atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do educando em formação;

- Compreender o seu papel na formação dos educandos da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Ser capaz de compreender e educar crianças de zero a 5 (cinco) anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento em outras etapas do processo formativo;
- Alfabetizar jovens, adultos e idosos que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Reconhecer e respeitar as diferentes manifestações e necessidades biológicas, físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- Utilizar as metodologias do ensino da Língua Portuguesa, da Matemática, das Ciências, da História, da Geografia, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente, nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- Ensinar conteúdos curriculares básicos e diversificados, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e outros componentes, de modo a garantir às crianças o acesso ao conhecimento escolarizado;
- Ser capaz de relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais, educacionais e socioambientais com postura investigativa, integrativa e propositiva na sociedade, com vistas a contribuir para superação de exclusões e preconceitos (sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, escolhas religiosas, políticas, gênero, faixas geracionais, padrões culturais e linguísticos, escolha sexual e outros);
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças da natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, de classes sociais,

religiosas, necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

- Desenvolver trabalhos em equipe, estabelecendo conexão entre a área da Educação e as outras áreas do conhecimento;
- Participar da gestão das instituições educacionais em que atuem enquanto educandos e profissionais da educação, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto eco-pedagógico em espaços escolares e não-escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre seus(suas) educandos e a realidade sociocultural e socioambiental, sobre os processos de ensinar e de aprender, sobre propostas curriculares, sobre a organização do trabalho educativo e as práticas pedagógicas;
- Conhecer as políticas públicas destinadas à educação básica, seus níveis e suas modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Técnica de nível médio, Educação escolar Indígena, Educação do Campo, Educação escolar Quilombola e Educação a Distância;
- Elaborar instrumentos de avaliação, acompanhamento e monitoramento de projetos e programas educacionais;
- Criar novas metodologias de ensino utilizando-se das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
- Realizar pesquisa e elaborar projetos de extensão utilizando-se da metodologia da Educação Popular;
- Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A formulação de um PPC pressupõe o envolvimento coletivo na medida em que se almeja a organização do processo educativo orientado para formação e a socialização de práticas sociais. Assim, o documento contempla diagnósticos, problematizações, planejamento, avaliação e operacionalização de ações que atendam demandas políticas, sociais, culturais, históricas e educacionais. No entendimento de Gadotti (2000, p.38)

Todo projeto supõe **rupturas com o presente e promessas para o futuro**. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível (sic), comprometendo seus atores e autores. (grifos nossos)

O autor ainda discute acerca dos modos de projetar, de forma que estas projeções não repitam as velhas, antigas e ultrapassadas propostas, mas que tragam novas promessas e esperanças para construir algo novo.

A discussão sobre a oferta e a qualidade do curso de Pedagogia é complexa e permeada por variadas vertentes e interpretações ao longo da história. Estas, além de conferirem uma visão de conjunto às ideias pedagógicas, propiciam diferentes implicações para a teoria e práticas educativas, as quais, por sua vez, influenciam sobremaneira a formação do pedagogo e de demais profissionais que atuam na área educacional.

Dentre essas vertentes encontramos a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova, a Pedagogia Tecnicista e a Concepção Pedagógica Produtivista. De acordo com Gadotti (2008), estas abordagens delimitaram quatro grandes períodos históricos da Pedagogia, dentro dos quais se identificam diferentes ênfases que ora preconizam os métodos e/ou técnicas de ensino, ora privilegiam o conhecimento da problemática educativa, ora a formação do especialista *versus* generalista e ora o uso sistemático das teorias da educação para a formação do homem e mulheres.

Inseridos neste contexto, os cursos de Pedagogia no Brasil seguiram basicamente de duas tendências ao longo de sua história: a concepção obediente ao modelo tradicional, de acordo com o parecer CFE nº 252/69, de 11 de abril de 1969, o qual formava especialistas e licenciados habilitados para o exercício do magistério dos componentes curriculares pedagógicos nos cursos de magistério em nível médio (BRASIL, 2005); e os novos modelos, que buscavam promover a educação em nível superior aos educadores, com vistas à melhoria

do Ensino Fundamental e da Educação Infantil do país, dando ênfase às demandas sociais específicas através do enriquecimento curricular, incluindo a formação para a docência em áreas indígenas, a educação de jovens e adultos, a educação inclusiva, dentre outras.

Porém, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96), de 20 de dezembro de 1996, bem como com a constituição das diretrizes para o curso normal superior, emergiram discussões por parte de instituições, entidades de classe e educadores responsáveis pelos cursos de Pedagogia acerca do perfil deste curso, uma vez que não havia consenso sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais a serem implementadas.

Após décadas de debates, protagonizados por entidades como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o Centro de Estudos “Educação e Sociedade” (CEDES), o Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (EXNEPe), entre outras, foram aprovadas as Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia através da Resolução do CNE/CP, nº 1/2006. A partir daí o pedagogo ficou caracterizado como um profissional voltado para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Diante dessa ampliação, neste documento, consideramos a docência como ação educativa, permeada por um processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento em diálogo entre as diferentes visões de mundo.

É nesta perspectiva que se insere o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufersa, que visa favorecer a formação, em nível superior, de profissionais para atuar na área educacional. Além disso, o curso está estruturado de forma a incorporar as contribuições teórico-práticas de Paulo Freire, concebendo a educação como um processo contínuo e reflexivo, que ocorre a partir da apropriação dos conhecimentos da prática, os quais são transpostos para as salas de aula para serem pensados sob outros pontos de vista.

Nesse sentido, um curso de licenciatura alicerçado na pedagogia freireana pauta-se na ideia de que a formação se dá a partir do compartilhamento de saberes e experiências, de modo que o educador é concebido como alguém que atua, ao mesmo tempo, como mediador

entre o aprendiz e o mundo e como sujeito em permanente vir a ser, pois como o próprio Freire (2005, p.27), adverte: “[...] não existe ensinar sem aprender, [...] o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende”. Isso significa que o ensino-aprendizagem caracteriza-se como um processo de socialização no qual quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende não deixa também de ensinar ao verbalizar suas vivências e seu pertencimento a um determinado contexto sociocultural.

A partir desta compreensão, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufersa visa contribuir para a (re)elaboração das práticas de ensino, através tanto da proposição de componentes curriculares contextualizados com a diversidade social e cultural brasileira, em especial, da região semiárida, como a partir das atividades de planejamento, (re)planejamento e avaliação das ações desenvolvidas.

Ademais, o curso pauta-se também na premissa de que se faz necessário promover uma formação de qualidade, através da criação de oportunidades para que os(as) licenciandos(as) possam vivenciar experiências significativas, capazes de fazer a articulação entre teoria e prática. Esta perspectiva coaduna-se com uma concepção de formação docente que, conforme Nóvoa (1995, p. 25), “[...] não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”. Nesse sentido, a formação imbrica-se aos saberes experienciais que emanam das ações cotidianas, os quais serão valorizados no curso a partir de uma compreensão reflexiva, crítica e autônoma.

A compreensão de uma pedagogia fundamentada na visão freireana, com ênfase nas dimensões ética, crítica e política de educação, comunga com a luta concreta de homens e mulheres conscientes das suas relações **no** e **com** o mundo, que consideraram o diálogo condição essencial para nortear as práticas da liberdade. Por sua vez, esta preocupação com a educação para a autonomia articula-se à concepção de educação popular, definida por Rosas (2008) como um processo e uma *práxis* político educativa, dimensionada na perspectiva da apreensão/produção/reformulação/socialização do conhecimento das classes populares para a ação transformadora e emancipadora, a qual tem como base o diálogo e a participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo com vistas a efetivar a conscientização e emancipação humanas.

Porém, é relevante ressaltarmos que as contribuições freireanas não se restringem a uma modalidade de educação, mas se aplicam à formação político-pedagógica do educador de maneira geral, ao concebê-lo como ser pensante capaz de agir e transformar a realidade. Além disso, as ideias de Paulo Freire expandem-se para o domínio da política, compreendida em

seu sentido amplo, na medida em que contribuem para pensar a formação do sujeito social, aquele capaz de discutir e analisar problemas pertinentes a sua realidade, trocar experiências, mudar as atitudes e reinventar a cultura existente, objetivando o despertar democrático. Isso porque, na compreensão de Freire (2006, p.25), “[...] além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra”.

Dessa maneira, Freire (2006, p. 25) propôs a inseparabilidade entre o ato político e o ato pedagógico-educativo – apesar de ressaltar que não se trata de reduzir um ao outro, mas sim de perceber a aproximação e as relações de reciprocidade entre estes. Nas palavras dele,

[...] seria uma ingenuidade reduzir todo político ao pedagógico, assim como seria ingênuo fazer o contrário. Cada um tem sua especificidade. Mas o que me parece impressionante e dialético, dinâmico, contraditório, e como, mesmo tendo domínios específicos, continua a haver a interpenetração do político no pedagógico e vice versa. (FREIRE, 2006, p.25).

Ou seja, para Freire (2001, p.33), a educação traz em sua essência a política, de modo que no ato político se faz presente o pedagógico e no pedagógico se faz presente o político. E acrescenta: “a vitória, enquanto ato político é mediada pelo convencimento enquanto ato pedagógico” (FREIRE, 2001, p.33). Deste modo, a especificidade do político residiria no vencer, enquanto a especificidade do pedagógico residiria no convencer, passando a vencer (político) pelo convencer (pedagógico), o que demonstra ser o político, necessariamente, permeado pelo pedagógico. Portanto, a prática educativa é o pedagógico impregnado do político, sendo que nela o educador, exerce uma função de suma importância, qual seja a de “socialização do conhecimento”. (SAVIANI, 2006, p.88)

E, na perspectiva freireana, socializar o conhecimento constitui um ato político por excelência, na medida em que conhecer implica uma busca realizada pelo homem que, ao incidir seu ato cognoscente sobre o objeto cognoscível, faz uso da consciência, confrontando-se com o mundo. Este homem, ao tomar consciência da realidade em que se encontra, apropria-se da mesma enquanto realidade histórica e age nela. É nesse sentido que o homem é sujeito de sua própria educação, não podendo ser visto como objeto dela (FREIRE, 1979b). Dessa maneira, no referencial freireano, tanto o docente quanto o estudante estão em nível de igualdade, pois ambos são sujeitos – o que rompe com a visão bancária de educação, segundo a qual o educando seria o objeto da educação e com ele o docente estabeleceria relações hierarquizadas.

A educação bancária, tão criticada por Freire, concebe o ensino como simples transmissão de conhecimentos por parte de quem ensina (e supostamente sabe mais) para

quem aprende (e supostamente sabe menos), ratificando, deste modo, a percepção fatalista que os homens têm da sua situação, perpetuando a opressão. Diferentemente, a educação problematizadora, preconizada por Freire, concebe que o ato de ensinar somente acontece quando os educandos aprendem a aprender, apropriando-se da significação do conteúdo ensinado e utilizando-o na *práxis* social.

Nesse sentido, para Freire, a educação constitui o momento em que o homem se realiza como ser da *práxis*, capaz de refletir e agir de forma permanente no mundo, sendo que, pela ação, transforma-o e se transforma também, em um movimento dialético, desenvolvendo suas potencialidades e se libertando da opressão. Isso significa que, na prática educativa, o educador transformador torna o pedagógico mais político, através de questionamentos e reflexões que auxiliam o desnudamento das questões sociais, políticas e econômicas, reconhecendo que os espaços educativos não são neutros, mas, pelo contrário, é *lócus* onde os embates políticos são travados e a luta de classes se faz presente, o que acaba por definir os próprios contornos da prática educativa.

Logo, compete ao educador definir os contornos da sua prática educativa em função da politicidade. Para Freire (2001, p.46-47), isso significa que:

[...] não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, um pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os educandos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. Não posso reconhecer os limites da prática educativa política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem prático.

Conforme podemos observar, as ideias provenientes do legado freireano vêm repercutindo de modo contundente nos cursos de formação de professores. Ao chamar atenção para a não neutralidade da ação educativa, Paulo Freire enfatiza o papel dessa ação na transformação dos sujeitos mediados pelo diálogo. Assim, buscaremos incorporar as contribuições da sua pedagogia na constituição dos princípios que norteiam este Projeto de Curso de Licenciatura em Pedagogia.

7.1. PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS E EDUCATIVOS

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERA), Campus de Angicos toma como base no processo formativo os seguintes princípios:

➤ A dialogicidade

O diálogo, uma das categorias mais importantes em Paulo Freire pois dela decorrem as demais, representa para a Educação Popular o alicerce para uma pedagogia libertadora e transformadora. Assim sendo, a dialogicidade se torna necessária a toda e qualquer ação de formação do sujeito, como também para a construção e execução de políticas públicas que deveriam ter em seu cerne o diálogo enquanto elemento central, visto que é através dele que podemos pensar sobre o mundo, problematizando-o para transformá-lo.

Nesta perspectiva, o diálogo pressupõe o estabelecimento de relações horizontais, em que as práticas sociais e educativas se dão a partir da compreensão de que não há saber maior ou menor, mas saberes diferentes, conforme assinala Freire (1987, p.44):

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

A prática da relação dialógica é, neste sentido, fundamental para romper, por um lado, com o silêncio e, por outro, para promover a reflexão sobre as contradições, a partir, principalmente, da problematização da realidade.

Desta forma, a promoção de práticas reflexivas mediadas pelo diálogo se constitui no núcleo central de uma pedagogia emancipatória, uma vez que o pensar e o fazer crítico são exigências epistemológicas e políticas para os seres humanos caminharem na perspectiva do aprimoramento da sua vocação humana, enquanto cidadãos e cidadãs mais autônomos, críticos, criativos, éticos e estéticos. Por fim, o diálogo somente se dá, se há, de fato, entre o educando e a educador um profundo amor ao mundo e aos homens e mulheres.

➤ A conscientização

A conscientização consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade.

Quanto mais elevado o nível de conscientização, maior a capacidade de “desvelamento” da realidade, pois mais se penetrará na compreensão do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual, visto que a conscientização não pode existir fora da *práxis*, sem o ato de ação-reflexão.

Para Freire, esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza homens e mulheres. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens e mulheres assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

➤ A transformação da realidade

O processo educativo, se dialógico e conscientizador, procurará sempre ser transformador da realidade e do mundo. Buscará construir novas relações econômicas, sociais, culturais, ambientais, baseadas na igualdade, na fraternidade, na justiça.

Também mudam as relações, as pessoas, e as relações entre as pessoas, não deixando prevalecer o egoísmo, o individualismo, o sexismo, os preconceitos e a discriminação. Um processo educativo apoiado na educação popular procurará tornar as pessoas sujeitos de direitos, protagonistas dos seus destinos e contribuintes na transformação. A educação conscientizadora, libertadora e transformadora deve contribuir com a democratização do Estado e da sociedade.

➤ A realidade concreta

Para Freire (1971 apud BRANDÃO, 2006), “a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá aos educadores(as) na relação dialética entre objetividade e subjetividade”.

Partir da realidade concreta supõe levantar tanto a visão de mundo dos educandos quanto os dados objetivos do contexto onde acontecerão as práticas sociais e as experiências educativas. Nesse sentido, pertinente se faz a Educação Popular que busca romper com uma perspectiva de educação **conteudista**, sem vínculo e relação com a realidade dos sujeitos envolvidos.

Por que a Educação Popular? Porque ela assume a realidade enquanto uma totalidade concreta, questionando a fragmentação do conhecimento, que leva por vezes aos excessivos graus de especializações que impedem, com isso, um entendimento integrado das práticas sociais e simbólicas de determinado sistema social. Neste sentido, Freire (2008, p.81) afirma que nas relações políticas e pedagógicas com os grupos populares “não posso desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E tudo isso vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo de leitura de mundo que precede sempre a leitura da palavra”.

Assume que a educação é um processo também cultural e de educação como prática de liberdade que parte da realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade inserida em contextos sociopolíticos distintos. Tem a cultura popular como ponto de partida, buscando valorizar os elementos importantes, mas avançando para uma cultura orgânica de classe. Partir da realidade significa também considerar a realidade concreta vivida em diferentes espaços e territórios geográficos, culturais, simbólicos, etc.

➤ O conhecimento enquanto processo

Conhecer a capacidade de desenvolver cultura e produzir a história material é a marca que nos distingue como seres vivos humanos dos demais seres que compõem a vida. Interagindo com o outro no mundo, na busca de avanços nos processos de conhecimento, vamos reconstruindo as formas de vida que se refazem a partir das explicações que produzimos para os fenômenos do cotidiano.

➤ O respeito ao outro como legítimo em processos de cooperação

Urge educar os sujeitos para a cooperação, visto que a sociedade se encontra cada vez mais competitiva, o que demonstra ser um dos mais graves problemas de nossa civilização: a lógica da competição que se ancora na negação do outro. Historicamente, o capitalismo nos dividiu, nos fragmentou. Temos que reaprender a nos construirmos por inteiro. Conhecer-aprender pressupõe predisposição para a cooperação, processo este que requer respeito e reconhecimento do outro como legítimo na convivência. Já dizia Freire (1979a), que é o trabalho coletivo e o respeito ao saber de-experiência-feito: “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho; as pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo”.

➤ O comprometimento

Os(as) licenciandos(as) e docentes do curso serão convidados a uma experiência de aprendizagem que requer implicação na execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, somente assim teremos um ensino de qualidade, consolidaremos o curso, bem como teremos o seu reconhecimento como de excelência na região semiárida e no País.

➤ O aperfeiçoamento contínuo

Enquanto criação humana, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufersa, Campus de Angicos estará sempre em (re)construção, considerado inacabado, em permanente busca de atualização por parte de seus integrantes, sempre conscientes de sua inserção em um processo que se refaz e se qualifica porque opera com uma das marcas do humano que é a possibilidade de aprender, pois “na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde, há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente”. (FREIRE, 2008, p.55)

➤ O enfoque social

Entendemos que o processo ensino-aprendizagem na Universidade constitui uma forma sistemática de reconstrução de saberes e de conhecimentos necessários para educar-nos mutuamente. Neste sentido, o curso considera o ensino-aprendizagem das Ciências da Educação e da Pedagogia como alicerce para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e para construção de uma sociedade mais justa e equânime.

➤ A contextualização

Buscar manter uma formação contextualizada, de valorização das especificidades da região semiárida como fator diferencial e de formação da identidade do curso, mas sem negligenciar a visão global. Uma educação contextualizada se apresenta com a função efetiva de transformar a realidade do educando. Para Souza e Silva et. al. (2010, p.220-221): “a construção desta educação possibilita ao educando enxergar a partir dos textos que estuda o seu próprio contexto”. Este é o grande desafio encontrado na educação brasileira, mas também seria uma maneira de se construir um país melhor e indivíduos críticos. Em se

tratando da região semiárida, a educação contextualizada deve levar em conta seus ecossistemas, sua natureza, sua cultura, de forma que permita produzir outra cultura, que não seja a da lógica do **combate à seca**, mas a da lógica da **convivência**.

➤ A relação teoria-prática

No Curso de Pedagogia da Ufersa, a relação teoria-prática é entendida como principal eixo articulador da dinâmica de aprendizagem, pois entendemos que esse é o desafio que deve ser colocado constantemente para os(as) licenciandos(as), no contexto do aprendizado, ou seja, o de relacionar os conhecimentos teóricos e o **saber-fazer**. Não é a teoria ou os conceitos abstratos que educam. É a prática concreta que, sendo pensada à luz da teoria, transforma a realidade. (FREIRE, 2011)

➤ A inovação

Valorizamos no curso o espírito inovador de seus integrantes (educandos e professores), considerando-se fundamental o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias, voltadas à resolução dos problemas não só do processo de ensino-aprendizagem, mas da sociedade como um todo.

7.2 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Pedagogia explicitam as seguintes exigências como centrais na formação do pedagogo:

Art. 3º. O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Parágrafo Único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II – a pesquisa, a análise e a aplicação de resultados de investigações de interesse da área educacional;

III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. (BRASIL, 2006, p.1)

Desta feita, neste projeto, incorporamos os seguintes princípios na formação do(a) pedagogo(a):

➤ Flexibilização curricular

A flexibilidade curricular é fundamental para que o estudante possa construir sua identidade profissional com liberdade para escolher, dentro de seu perfil e de seus interesses, uma matriz curricular que lhe convenha e que proporcione a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Neste PPC foram sistematizados componentes curriculares que enfocam a educação e suas modalidades, durante todo o curso, flexibilizando a abordagem nos conhecimentos das ciências da educação e das teorias curriculares e pedagógicas, em articulação à prática pedagógica, à pesquisa, às TIC, às metodologias e linguagens específicas aplicadas aos ensinos, à literatura, ao processo de inclusão social e educativo. Dessa forma, a organização curricular está voltada para o fortalecimento da formação do docente para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Profissional, na gestão e coordenações de sistemas e instituições educativas e para a produção de conhecimentos sobre o fenômeno educativo mediada pela pesquisa, nas modalidades da educação da básica, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A flexibilidade curricular deste curso, ainda será garantida pela existência de componentes curriculares eletivos integrantes do currículo dos outros cursos de licenciatura do Campus de Angicos e pelas Atividades Complementares AC's, de modo que possa contribuir para a reflexão das suas práticas, bem como para trabalhar colaborativamente a fim de apoiar a criação de oportunidades igualitárias para a aprendizagem significativa de todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo educativo.

➤ Gestão democrática

Neste PPC, a gestão democrática existirá não apenas enquanto debate nos componentes curriculares no campo de conhecimento da gestão e políticas educacionais, na organização de espaços e tempos escolares e de decisões coletivas, mas voltada, especialmente, à construção de uma formação do pedagogo com qualidade política, tecnológica e de produção de conhecimentos socialmente relevantes sobre as instituições educativas, sobre o ensino e o desenvolvimento humano. Nesse sentido, o princípio da

participação dos atores envolvidos no processo formativo deste curso (docentes, funcionários e educandos) nos espaços de decisões, em especial, no Colegiado do Curso, espaço por excelência de promoção de debates sobre as políticas, o currículo e a vida acadêmica será um requisito à concretização da rede de relações políticas, pedagógicas e epistemológicas que dão materialidade à formação do pedagogo.

➤ Pesquisa

No processo educativo, apreender e produzir conhecimento são momentos centrais no ciclo de aprendizagens capazes de articular a teoria e a prática, entre o conhecimento histórico construído e as experiências e saberes dos educandos(as).

Nesta concepção, a pesquisa é o instrumento que viabiliza, mediado pelo diálogo, o aprofundamento da temática em estudo e a produção do novo saber. É pela atividade de pesquisa, que no ensino-aprendizagem e na aprendizagem-ensino, tanto o(a) educador(a), quanto o educandos(a), apesar das especificidades dos papéis, ficam em contínuo processo de ensinar e aprender.

O conhecimento não é, nesta concepção, algo que o(a) educador(a) doa ao educandos(a), pois é algo que se constrói e reconstrói permanentemente, através, sobretudo, da pesquisa sobre a realidade e a partir da prática da relação dialógica.

Pesquisa pode significar condição de consciência crítica e cabe como componente necessário de toda proposta emancipatória. Para não ser mero objeto de pressões alheias, é **mister** encarar a realidade com espírito crítico, tornando-a palco de possível construção social alternativa. Aí, já não se trata de copiar a realidade, mas de reconstruí-la conforme os nossos interesses e esperanças. É preciso **construir a necessidade de construir novos caminhos**, não receitas que tendem a destruir o desafio da construção. (DEMO, 1997, p.10, grifos do autor).

Neste processo, portanto, não há dicotomia entre o conhecimento científico ou acadêmico e o conhecimento oriundo do cotidiano do povo (conhecimento popular). Sobre esta afirmação, se tomarmos a educação dialógica como pressuposto, cabe considerar que não há conhecimento mais ou menos importantes, válidos ou não, mas distintos saberes.

Sendo assim, respeitar **o saber de experiência feito** – aquele que é fruto da prática social, não significa a idealização dos saberes populares, pois para o pensar certo não há ninguém totalmente sábio ou ignorante.

Neste projeto os(as) licenciandos(as) se colocarão como sujeitos autores de sua aprendizagem, pois este é um processo que implica na reflexão, no estudo que surge a partir de questões que compõem a formação. Durante o processo de formação, buscar-se-á, a constituição do estudante/pesquisador de suas questões mediante práticas de pesquisas interdisciplinares que busquem respostas para as problemáticas da região semiárida.

➤ Extensão

Um currículo deve ser capaz de olhar, ler, e manifestar as exigências de formação humana, profissional, cultural, e, ao mesmo tempo propiciar oportunidades de articulação entre as teorias, seus princípios e objetos e suas transposições práticas, de forma a assegurar ao processo de ensino indissociabilidade dos processos de pesquisa e extensão.

A extensão é aqui entendida como um processo educativo, cultural e científico que viabiliza e propõe ações junto à sociedade e, numa via de mão dupla, que oportuniza um espaço de produção de novos saberes nas várias áreas do conhecimento, enquanto articulada com o ensino e a pesquisa, numa concepção transformadora e crítica.

Essa visão alinha-se à concepção assumida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX). Nesse entendimento, a extensão é perspectivada como

[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (BRASIL, 2006, p.21).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão são princípios articuladores das funções universitárias constituindo-se requisito identitário da universidade, na medida em que dialoga com a comunidade, conhecendo as necessidades da região em que está inserida.

A inserção da extensão no componente curricular Seminários de Pesquisa e Extensão neste PPC decorre da necessidade de uma formação integral do(a) licenciando(a),

aproximando-o(a) cada vez mais de questões que dizem respeito à função da universidade, no sentido de contribuir para a (re)construção/transformação contínua da sociedade e das práticas pedagógicas nos espaços educativos.

Nessa direção, a institucionalização da extensão no currículo possibilitará maior interação entre os diversos saberes, em uma íntima relação com a realidade social e a produção do conhecimento.

➤ Interdisciplinaridade

A elevada formação do pedagogo implica em (re)organizar os componentes curriculares dos diferentes campos de conhecimento que proporcionem a compreensão da complexa prática educativa.

A assunção desse princípio não significa a sua concretização imediata na prática pedagógica. Tal concretização envolve um processo lento que implica superação de dificuldades e resistências por parte dos docentes, cuja matriz de formação ainda está impregnada da lógica disciplinar. De acordo com Fazenda (1998, p. 14), “[...] uma formação interdisciplinar evidencia-se não apenas na forma como ela é exercida, mas também na intensidade das buscas que empreendemos enquanto nos formamos, nas dúvidas que adquirimos e na contribuição delas para nosso projeto de existência”.

O Projeto do Curso de Pedagogia da Ufersa considera que todo fazer humano envolve saber e prática, podendo ser compreendido/explicado a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Isto significa que todo o conhecimento é um conhecimento para um observador, o que no caso de uma proposta de formação universitária envolve olhares, conhecimentos, saberes que se produzem em diferentes campos que tecem os modos como explicamos as circunstâncias da vida. Buscamos, portanto, a ampliação das formas de olhar com a sustentação do diálogo entre as áreas que configuram a formação do estudante de licenciatura.

Para consecução desse princípio, propomos na dinâmica do currículo, a realização de **Seminários de Pesquisa e Extensão (SEPEX) e das Práticas Pedagógicas Integrativas (PPIs)**, semestrais, programados e coordenados pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, que podem ser organizadas em duas perspectivas: a primeira, como espaço de produção e socialização dos conhecimentos produzidos e reelaborados e as necessidades evidenciadas pelos(as) licenciandos(as) por meio da pesquisa e da extensão; a segunda, como espaço de construção de saberes em estreita relação com a realidade, os quais oportunizarão a

possibilidade de buscar respostas às suas indagações e construir abordagens conjuntas e articuladas entre os diferentes campos de conhecimentos. Dessa maneira, o trabalho coletivo apresenta-se como exigência para avançar em uma proposição interdisciplinar, tanto pela possibilidade de reflexão conjunta sobre as ações a serem desenvolvidas, quanto pelo compartilhamento de novos conhecimentos e capacidades necessárias ao educador(a) no desempenho do trabalho pedagógico.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

O currículo é uma construção histórica que deve estar em contato e em interação com a história e a cultura em que está imerso o sujeito fundante que se pretende formar. Nessa concepção, o currículo deve ser organizado e transposto para a ação sem perder de vista a cultura, a história e as exigências sociais para as quais ele foi organizado.

Assim sendo, a matriz curricular do Curso de Pedagogia da Ufersa foi estruturada com vistas a contemplar a pluralidade de conhecimentos e saberes necessários à formação do pedagogo, bem como proporcionar a este profissional as competências e habilidades indispensáveis para atuar em diversos contextos educativos, escolares e não escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino da Educação Básica. Mesmo priorizando uma formação multifacetada e interdisciplinar, observando os princípios da pedagogia freireana, o curso pretende formar o pedagogo não apenas com conhecimentos para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas com amplo conhecimento para atuar na Educação de Jovens e Adultos, o que o põe em condições de atuação **com** os sujeitos da EJA (jovens, adultos e idosos), tendo em vista que suas ações irão impactar diretamente na formação do analfabeto adulto, que sob o princípio do conhecimento do mundo codificado se encontra em geral, em situação diferente das crianças que não sabem ler e escrever. A ênfase em EJA em nenhum momento rompe com as proposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº. 9394/96), dos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, de abril de 2010, da Resolução CNE/CP nº. 01/2006, de 15 de maio de 2006 e da Resolução nº 02, de 1 de julho de 2015.

Considerando este marco teórico-legal, a matriz curricular contempla as contribuições de Paulo Freire, as quais ressignificam a concepção de educação, buscando a formação de seres humanos politizados, autônomos e transformadores da realidade sociocultural. Nesse sentido, todos os componentes curriculares do curso primam pelo entrelaçamento entre teoria e prática, desde o primeiro período do curso. Mais especificamente, por meio dos Seminários de Pesquisa e Extensão e das Práticas Pedagógicas Integrativas (PPIs), dos Fundamentos Teórico-Metodológicos, dos Estágios Curriculares Obrigatórios e pela prática da pesquisa com o objetivo de favorecer à constituição da *práxis* pedagógica. Assim, visamos a construção de um currículo que viabilize processos de interação e cooperação entre a comunidade acadêmica, o cenário social e educacional do semiárido, pautado na universalização do ensino público, gratuito e de qualidade.

8.1 ESTRUTURA CURRICULAR

A Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, em seu artigo 13, § 1º, estipula que os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciaturas, terão, no mínimo, 3.200 horas, compreendidas conforme incisos:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição. (BRASIL, 2016)

Tendo como referências as concepções assumidas e apresentadas nesse projeto, articuladas às particularidades da instituição, no que tange sua autonomia pedagógica, bem como a realidade educacional regional, a estrutura do curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufersa contempla três núcleos de estudos.

Em seu o Art. 6º da Resolução CNE/CP nº 01/2006, versa que respeitadas a **autonomia pedagógica das instituições**, a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia constituir-se-á de: Núcleo de Estudos Básicos; Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores.

Embora a Resolução CNE/CP nº 01/2006 não tenha sido revogada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, mas por considerar a atualidade dessa última e que se alinha ao que propomos neste PPC, optamos por incorporar a seguinte estruturação:

- a) Núcleo de Estudos de Formação Geral (NEFORG);
- b) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADE);
- c) Núcleo de Estudos Integradores (NEI).

O Curso de Licenciatura em Pedagogia noturno tem duração de 5(cinco) anos, com oferta de 50 (cinquenta) vagas anualmente, com carga horária de 3.435 horas/aulas, distribuídas da seguinte forma:

I – 1.495 horas distribuídas entre os componentes que integram o Núcleo de Estudos de Formação Geral (NEFORG), das áreas específicas e interdisciplinares, do campo

educacional, seus fundamentos e metodologias, das diversas realidades educacionais, no qual estão inseridos os componentes curriculares obrigatórios que discutem os fundamentos sociológicos, antropológicos, históricos, linguísticos, filosóficos, psicológicos, políticos, didáticos e acadêmicos.

Não diferentemente do que propunha o Núcleo de Estudos Básicos, este Núcleo também privilegia a construção de saberes indispensáveis para a formação do pedagogo como profissional autônomo e comprometido com a transformação social. Assim sendo, os componentes curriculares que integram este núcleo fornecem o alicerce necessário para o desenvolvimento de atividades práticas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, “[...] por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas” (BRASIL, 2006, p.11), de modo a assegurar aos graduandos experiências que ampliem e fortaleçam posturas proativas.

II - 830 horas distribuídas entre os componentes que integram o Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos (NADE), das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais.

Os componentes curriculares do NADE estão voltados mais diretamente para as áreas de atuação profissional, oportunizando ao(a) pedagogo(a) em formação investigar os processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais, contemplando a diversidade cultural e educacional da sociedade brasileira. Visamos, assim, oportunizar aos(as) licenciandos(as) o entrelaçamento entre os estudos desenvolvidos e os contextos concretos de atuação do pedagogo, possibilitando, a partir de experiências práticas, a análise e avaliação das teorias educacionais, bem como a elaboração de propostas educativas consistentes e inovadoras. É nesse núcleo que estão inseridos os componentes que subsidiarão à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II.

III – 120 horas distribuídas entre os componentes curriculares eletivos e atividades de iniciação à pesquisa, à monitoria e extensão (componentes curriculares: seminários de pesquisa e extensão), orientadas pelos docentes do curso e os estágios supervisionados curriculares, que juntas integram o Núcleo de Estudos Integradores (NEI) para enriquecimento curricular. Para cumprimento dessa carga horária o(a) estudante pode participar de:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, monitoria e projetos e programas de extensão, entre outros, sob orientação do corpo docente da Ufersa;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas neste PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Por fim, os componentes curriculares que compõem o Núcleo de Estudos Integradores visam à integralização entre teoria e prática, com vistas a proporcionar o enriquecimento curricular, possibilitando aos(as) licenciandos(as) atuarem em atividades docentes e vivenciarem o cotidiano nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando experiências acadêmicas e de utilização de recursos pedagógicos.

Nesse contexto, salientamos que os Seminários de Pesquisa e Extensão oferecidos, visam promover o entrelaçamento entre os componentes curriculares que integram cada período, a fim de mostrar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a interlocução, a complementaridade entre os diferentes saberes, em especial, no tocante aos desafios da prática educativa.

IV – 180 horas distribuídas entre os componentes curriculares optativos que integram a área de aprofundamento.

V – 405 horas de estágios supervisionados que possibilitarão aos(as) licenciandos(as), por meio de uma articulação teórica e prática, a aplicação dos conhecimentos construídos no curso, no âmbito de instituições públicas e privadas, em espaços escolares e não-escolares, bem como em espaços de pesquisa. Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado promoverá uma aproximação dos futuros profissionais com a realidade em que serão postos a atuar, propiciando, desse modo, a troca com profissionais mais experientes, tornando o egresso mais preparado para atuar em diferentes áreas e lidar com a complexidade do cotidiano das organizações educativas.

VI – 405 horas de Práticas Pedagógicas Integrativas (PPIs) disseminadas no processo de ensino-aprendizagem. Para que este PPC se consubstancie nessa prática pedagógica e responda aos objetivos da educação é necessário que se estabeleça uma relação crítica com a sociedade e com a cultura, fator determinante para que a Ufersa cumpra suas funções sociais e políticas com as quais está comprometida.

Isto porque, na natureza do processo educativo está implicada a elaboração de uma relação consciente com o ser humano e a realidade social, rompendo com as concepções de currículo como documento e de prática pedagógica como mera execução de tarefa, para incorporar o desenvolvimento de uma atividade construtora de educação e, por consequência, das identidades que se metamorfoseiam na medida em que aprendem, conforme sugere Sacristán (2000, p. 15-16),

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em tomo dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino.

Os componentes a serem cursados distribuem-se em: obrigatórios (indispensáveis à formação específica), optativos (aprofundamento) e eletivos (cursados em diferentes cursos de licenciaturas da Ufersa).

O Curso de Licenciatura em Pedagogia será ofertado na modalidade presencial. Entretanto, a oferta de alguns componentes curriculares poderá vir a ser a distância, de forma que não ultrapasse 20% da carga horária do curso, conforme previsto na Resolução Consepe/UFERSA nº 012/2013, de 17 de setembro de 2013, que regulamentou a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância nos cursos de graduação presenciais. (UFERSA, 2013)

Amparados pela Resolução do Consepe nº 003/2006, de 07 de junho de 2006, optamos pelo regime de créditos, o qual assegura maior flexibilidade ao estudante para integralizar a proposta curricular.

Em cada período letivo, o número de créditos para a matrícula não poderá ser inferior a 16 (dezesseis) e nem superior a 30 (trinta) créditos. Sendo que, 28 créditos seria uma margem ideal para o pagamento dos componentes curriculares, excetuado os casos de matrícula para conclusão de curso. Todavia, o(a) estudante(a) poderá matricular-se em componentes do período seguinte desde que sejam ofertados pelo Curso.

Para compor o total de créditos necessários, os 59 componentes curriculares devem ser cursados da seguinte forma:

- a) Componentes Curriculares Obrigatórios: 55 componentes que somam 209 créditos;

b) Componentes Curriculares Optativos: 4 componentes, dentre aqueles que integram à área de aprofundamento, com 12 créditos;

c) Componentes Curriculares de Eletivos: máximo de 8 créditos dentre aqueles componentes ofertados pela Ufersa ou por outras Instituições de Ensino Superior (IES).

É importante ressaltarmos que a estrutura curricular do curso não se limita à distribuição dos componentes curriculares integrantes dos núcleos, pois essa se amplia por meio de cinco eixos estruturantes, a saber: Ciências da Educação; Políticas e Gestão da Educação; Práticas Pedagógicas; Pesquisa e Práticas Educacionais; Educação e Inclusão Social. Tais eixos constituem uma unidade temática e formativa que engloba diversas áreas do campo epistemológico da Pedagogia.

O Eixo Estruturante I: Ciências da Educação, congrega conhecimentos das áreas de Sociologia, História, Antropologia, Psicologia e Política que se organizam em forma de componentes disciplinares. Tais componentes, articulados com outras áreas de conhecimentos, constituem o campo epistemológico fundamental da formação do(a) Pedagogo(a).

O Eixo Estruturante II - Política e Gestão da Educação, integra o campo de conhecimento que estuda a dimensão política educacional, concentrando-se na organização, na estrutura, na política e na gestão do sistema educacional.

O Eixo Estruturante III - Práticas Pedagógicas, integra conhecimentos da dimensão técnica formativa, no que diz respeito à organização e as metodologias do ensino e da aprendizagem, bem como sobre a organização do trabalho pedagógico.

O Eixo Estruturante IV - Pesquisa e Práticas Educacionais, agrupa conhecimentos que articulam os processos de pesquisa, prática de ensino e formação profissional.

Por fim, o Eixo Estruturante V - Educação e Inclusão Social, congrega conhecimentos pertinentes as discussões sobre a Diversidade e o seu processo de inclusão social.

Por sua vez, os Eixos Estruturantes se subdividem em 11 (onze) Eixos Temáticos que comportam o conjunto de componentes da estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Assim, os Eixos Temáticos articulam as ramificações de conhecimento do campo educacional com as especificidades disciplinares dos componentes curriculares do curso. Dessa maneira, tais eixos se organizam como: Educação e Sociedade; Educação, Política e Sociedade; Conhecimento, Cultura e Identidade; Educação, Política e Práticas Sociais; Tecnologia e Educação; Leitura e Letramento; Organização do Ensino e do Trabalho Escolar; Meio Ambiente e Sociedade; Formação Profissional; Pesquisa Educacional; Prática de Ensino e Formação Profissional, conforme se apresenta no quadro a seguir.

EIXO ESTRUTURANTE I	EIXOS TEMÁTICOS	COMPONENTES CURRICULARES
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	Fundamentos Socioeconômicos e Políticos da Educação
		Fundamentos Psicológicos da Educação
		Fundamentos Teórico-Metodológicos da Concepção Freireana de Educação
		História da Educação
		Fundamentos Históricos e Materiais da Produção da Existência dos Homens e Mulheres do Semiárido Brasileiro
		Filosofia da Educação
		História da Educação Brasileira
		Antropologia e Educação
		Sociologia da Educação
		Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano
EIXO ESTRUTURANTE II POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE	Organização, Estrutura e Funcionamento da Educação
		Políticas Públicas e Gestão da Educação
		Planejamento e Organização do Trabalho Pedagógico
		Avaliação dos Sistemas Educacionais
		Legislação, Políticas e Diretrizes para a EJA
EIXO ESTRUTURANTE III PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	LEITURA, LITERATURA E LETRAMENTO	Leitura e Produção de Textos
		Linguagem, Alfabetização e Letramento
		Literatura e Educação
		Língua Brasileira de Sinais – Libras
		Processos de Aquisição da Matemática na EJA
	ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E DO TRABALHO ESCOLAR	Educação Infantil
		Didática I
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Português
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Matemática
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Ciências
		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Geografia

		Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de História
		Didática II
		Desenvolvimento Cognitivo e Aquisição da Leitura e da Escrita em EJA
	CONHECIMENTO, CULTURA E IDENTIDADE	Corporeidade, Ludicidade e Educação
		Currículo, Identidade e Conhecimento
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	Tecnologias Aplicadas à Educação	
	Inclusão Digital e EJA	
EIXO ESTRUTURANTE IV PESQUISA E PRÁTICAS EDUCACIONAIS	PESQUISA EDUCACIONAL	Metodologia da Pesquisa em Educação
		Seminário de Pesquisa e Extensão I
		Seminário de Pesquisa e Extensão II
		TCC I
		TCC II
	PRÁTICAS DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Práticas Pedagógicas Integrativas I, II, III, IV, V, VI e VII
		Estágio Supervisionado I: Educação Infantil
		Estágio Supervisionado II: Ensino Fundamental I
		Estágio Supervisionado III: Gestão Educacional
		Estágio Supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos
		Estágio Supervisionado V: Espaços Não-Escolares
		Estágio Supervisionado VI: Educação Profissional
	EIXO ESTRUTURANTE V EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E INCLUSÃO SOCIAL	DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO
Educação de Jovens e Adultos (EJA)		
Educação em Direitos Humanos		
Gênero, Sexualidade e Educação		
EDUCAÇÃO, POLÍTICA E PRÁTICAS SOCIAIS		Educação Popular e Pedagogia Social no Brasil
		Educação do Campo
		Relações Étnico-raciais e Cultura Afro-brasileira
		Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Cidadania
		Ação Educativa em Espaços Não-Escolares
		Políticas e Organização da Educação no Sistema Prisional
MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE		Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade

A estruturação em Eixos Temáticos visa favorecer o desenvolvimento das atividades de ensino numa perspectiva integrada e interdisciplinar, uma vez que são capazes de proporcionar o diálogo entre os diferentes núcleos de estudo e os eixos estruturantes, ao longo de toda a formação do pedagogo.

8.2 COMPOSIÇÃO CURRICULAR DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NOTURNO

O Quadro a seguir apresenta os componentes curriculares da Licenciatura em Pedagogia da Ufersa Angicos, agrupados por períodos, na sequência em que serão ministrados no curso Noturno. Também apresenta algumas informações adicionais, como: a carga horária e o número de créditos.

Nº	Componentes Curriculares – 1º Período	Carga Horária	Créditos
1	Fundamentos Socioeconômicos e Políticos da Educação	60	4
2	Fundamentos Psicológicos da Educação	60	4
3	História da Educação	60	4
4	Leitura e Produção de Textos	60	4
5	Metodologia da Pesquisa em Educação	60	4
6	Fundamentos Teórico-Metodológicos da Concepção Freireana de Educação	30	2
7	Seminário de Pesquisa e Extensão I	30	2
Total		360	24

Nº	Componentes Curriculares – 2º Período	Carga Horária	Créditos
1	Filosofia da Educação	60	4
2	História da Educação Brasileira	60	4
3	Antropologia e Educação	60	4
4	Sociologia da Educação	60	4
5	Fundamentos Históricos e Materiais da Produção da Existência dos Homens e Mulheres do Semiárido	30	2

	Brasileiro		
6	Práticas Pedagógicas Integrativas I	45	3
7	Seminário de Pesquisa e Extensão II	30	2
Total		345	23

Nº	Componentes Curriculares – 3º Período	Carga Horária	Créditos
1	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano	60	4
2	Organização, Estrutura e Funcionamento da Educação	60	4
3	Educação Infantil	60	4
4	Currículo, Identidade e Conhecimento	60	4
5	Educação Especial e Inclusiva	60	4
6	Práticas Pedagógicas Integrativas II	60	4
Total		360	24

Nº	Componentes Curriculares – 4º Período	Carga Horária	Créditos
1	Língua Brasileira de Sinais – Libras	60	4
2	Educação Popular e Pedagogia Social no Brasil	60	4
3	Políticas Públicas e Gestão da Educação	60	4
4	Linguagem, Alfabetização e Letramento	60	4
5	Didática I	60	4
6	Práticas Pedagógicas Integrativas III	60	4
Total		360	24

Nº	Componentes Curriculares – 5º Período	Carga Horária	Créditos
1	Planejamento e Organização do Trabalho Pedagógico	60	4

2	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Português	60	4
3	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Matemática	60	4
4	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Ciências	60	4
5	Estágio Supervisionado I: Educação Infantil	90	6
6	Práticas Pedagógicas Integrativas IV	30	2
Total		360	24

Nº	Componentes Curriculares – 6º Período	Carga Horária	Créditos
1	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Geografia	60	4
2	Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de História	60	4
3	Didática II	45	3
4	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	60	4
5	Práticas Pedagógicas Integrativas V	60	4
6	Estágio Supervisionado II: Ensino Fundamental I	75	5
Total		360	24

Nº	Componentes Curriculares – 7º Período	Carga Horária	Créditos
1	Corporeidade, Ludicidade e Educação	60	4
2	Tecnologias Aplicadas à Educação	60	4
3	Ação Educativa em Espaços Não-Escolares	60	4
4	Optativa I	30	2
5	Práticas Pedagógicas Integrativas VI	60	4
6	Estágio Supervisionado III: Gestão Educacional	60	4
Total		330	22

Nº	Componentes Curriculares – 8º Período	Carga Horária	Créditos
1	Desenvolvimento Cognitivo e Aquisição da Leitura e da Escrita em EJA	30	2
2	Educação em Direitos Humanos	60	4
3	Estatística Aplicada à Educação	30	2
4	Práticas Pedagógicas Integrativas VII	90	6
5	Optativa II	30	2
6	Estágio Supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos	60	4
Total		300	20

Nº	Componentes Curriculares – 9º Período	Carga Horária	Créditos
1	Planejamento e Avaliação das Instituições Educativas	60	4
2	Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade	60	4
3	Optativa III	60	4
4	TCC I	60	4
5	Estágio Supervisionado V: Espaços Não-Escolares	60	4
Total		300	20

Nº	Componentes Curriculares – 10º Período	Carga Horária	Créditos
1	Literatura e Educação	60	4
2	Optativa IV	60	4
3	Estágio Supervisionado VI: Educação Profissional	60	4
4	TCC II	60	4
Total		240	16

8.2.1 Ementas dos Componentes Curriculares Obrigatórios

A seguir apresentaremos as ementas com suas respectivas bibliografias (obrigatória e complementar) de todos os componentes curriculares obrigatórios e daqueles da área de aprofundamento (optativos).

FUNDAMENTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO			
EMENTA	Aspectos teóricos e empíricos dos fundamentos socioeconômicos e políticos da educação. As transformações técnicas e sociais da organização da produção capitalista e seus impactos na educação. A gerência científica. As transformações técnicas e sociais da organização da produção capitalista e seus impactos na educação. A Teoria do Capital Humano. A influência do atual desenvolvimento tecnológico na formação humana. O trabalho na sociedade do conhecimento. Neoliberalismo e educação. Qualidade e educação. A educação brasileira e o processo de globalização da economia. A cidadania na era da globalização. A globalização e as consequências humanas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BOBBIO, Noberto. Estado, Governo, Sociedade : por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista : a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. KUENZER, A. Z. et al. Trabalho e educação . 2.ed. Campinas: Papyrus, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CUNHA, L. A. Educação, Estado e Democracia . 4.ed. São Paulo: Cortez; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001. DEMO, Pedro. Pobreza política : a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas, SP: Armazém do Ipê; Autores Associados, 2006. FERNÁNDEZ ENGUITA, Mariano. Educação em tempos incertos . Porto Alegre: Artmed, 2004. FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real . 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996. SADER, E.; GENTILLI, Pablo. Pós-neoliberalismo, políticas sociais e o Estado democrático . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	
EMENTA	Abordagens segundo perspectivas teóricas da psicologia e suas implicações educacionais. Principais abordagens teórico-metodológicas da Psicologia e suas implicações para a educação. Introdução ao estudo das diferentes abordagens em Psicologia sobre o desenvolvimento e a aprendizagem. O enfoque construtivista, suas

	vertentes e contribuições ao trabalho escolar. Reflexão do contexto sócio-educacional e a relação educador-estudante.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CARRACA, Kester (Org.). Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens. São Paulo: Averrcamp, 2004. COLL, C.S.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 1995. V.1. VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BOCK, Ana Maria; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. 14.ed. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2009. COLL, C. e al. O Construtivismo na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 1996. _____. Desenvolvimento Psicológico da Educação. Porto Alegre: Artmed, 2004. V.2. LA TAILLE, Yves; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 21.ed. São Paulo: Summus, 1992. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. São Paulo: Forense, 2003.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
EMENTA	Concepções e objetivos da história da pedagogia e da educação. Pedagogia e educação na Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea. Interrelações da história da educação e sua importância para compreensão da realidade educacional contemporânea. A história das ideias pedagógicas nos diferentes tempos históricos e suas implicações para a pedagogia hoje. Instituições, práticas educativas e sistemas educacionais numa perspectiva histórica, destacando os pedagogos, as escolas mais importantes e sua contribuição para a educação atual. História da Educação: novas fontes e novos objetos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo:UNESP, 1999. MANACORDA, Mário Alighiero. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas. 8.ed. São Paulo: Ática, 2006. LE GOFF, Jacques. História e memória. 4.ed. São Paulo: UNICAMP, 1996. LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

	PETITAT, André. Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Tradução: Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Editora Contexto, 2012.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E MATERIAIS DA PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA DOS HOMENS E MULHERES DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

EMENTA	Desconstrução cultural e descolonização epistemológica do paradigma clássico da visão da população do semiárido. Ocupação humana do Semiárido Brasileiro do século XVI ao século XXI. Homens e mulheres e as relações históricas de produção e trabalho no Semiárido Brasileiro. Consequências sociológicas da ocupação do sertão nordestino. A conquista do Rio Grande do Norte. Perspectivas antropológicas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido Brasileiro. Educação contextualizada para convivência com o semiárido.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 1999. FREYRE, Gilberto. Nordeste. 7. ed. São Paulo: Global, 2004. SANTOS, Milton Santos. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	RESAB (REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO). Educação para a convivência com o semi-árido: reflexões teórico-práticas. Juazeiro: RESAB, 2004. LINS, Cláudia Maisa Antunes et al. Conhecendo o Semi-Árido. Juazeiro: RESAB/UNICEF, 2005. SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Garamond, 2002. TUNDISI, José Galisia. Água no século XXI: enfrentando a escassez. São Carlos: RiMa/IIE, 2003. VASCONCELOS, José Gerardo, NASCIMENTO, Jorge Carvalho. História da educação no Nordeste Brasileiro. Fortaleza: UFC, 2006.		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS I

EMENTA	Orientação, reflexão e discussão de situações acadêmicas e profissionais vivenciadas pelos licenciados(as). Articulação entre conhecimento teórico à prática educativa, tendo como eixo a história de vida dos alunos enquanto constituinte de sua identidade
---------------	---

	<p>profissional. Prima pelo uso de abordagens investigativa, interdisciplinar e crítica do fazer pedagógico mediante articulação dos componentes curriculares cursados até o período vigente. Desenvolve a capacidade reflexiva sobre situações vividas enquanto alunos desde a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, confrontando-as com suas concepções atuais, analisando-as à luz dos diferentes aspectos teóricos que permitem rever, tanto as maneiras de pensar, como as de atuar na prática pedagógica. Atribui importância à memória educativa na construção do(a) educador(a) e estimula a reflexão individual e coletiva.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987 SOARES, Magda Becker. Metamemória-memórias: travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 1991. WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Orgs.). História falada: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Caminhadas de universitários de origem popular: UFRGS. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. (Coleção Caminhadas de universitários de origem popular). MACHADO, Alexsandro dos Santos. O (re)conhecimento da vontade de potência dos educadores pela narração de suas histórias de vida. Dissertação de Mestrado - PPGE, UFSM, Santa Maria, 2005. MEIHY, José Carlos; RIBEIRO, Suzana. Guia Prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Projeto História. São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.</p>		
CARGA HORÁRIA	45 Horas	CRÉDITOS	03
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	
EMENTA	<p>Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. O homem e suas relações com o mundo. O desenvolvimento do espírito crítico e investigador do professor. A articulação das reflexões filosóficas com os avanços científicos na educação. Explicitação dos pressupostos dos atos de educar, ensinar e aprender em relação a situações de transformação cultural da sociedade. O debate de temas relacionados ao conhecimento, à linguagem, à realidade, à cultura, o trabalho e à ética na formação pedagógica. O ato educativo: aspectos estéticos, éticos e epistemológicos. A práxis educativa contemporânea.</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13.ed. São Paulo: Ática, 2008.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>LIPMAN, M.; SHARP, Ann; OSCANYAN, F. A filosofia na sala de aula. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.</p> <p>LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MORIN, Edgar. Saberes globais e saberes locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, Manfredo A. de. Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 17.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2007.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO	
EMENTA	<p>Conceitos e abordagens da Antropologia. Antropologia, Cultura e Educação. Etnocentrismo e relativismo. Aspectos antropológicos da religião. Identidade, etnicidade, raça, gêneros, cultura e tecnologias na sociedade contemporânea. A Antropologia contemporânea. Diversidade, alteridade e suas repercussões sobre diferenças e desigualdades relacionado a multiculturalismo, interculturalidade, alternativas e políticas de reconhecimento, com ênfase em processos de socialização, práticas educativas, escola e temas curriculares. Contribuições da A escola enquanto espaço sociocultural. Métodos da pesquisa etnográfica.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.</p> <p>FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 51.ed. São Paulo: Editora Global, 2005.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2006</p> <p>LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. V.1.</p> <p>LAPLATINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.</p> <p>NIETZSCHE, F. W. Humano, demasiado humano: Um livro para espíritos livres. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.</p> <p>ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994(Coleção Primeiros Passos, 124)</p>

	ROUSSEAU, Jean Jacques. O Contrato Social . Porto Alegre: L&PM Editores, 2007.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO			
EMENTA	Fundamentos das Ciências Sociais. Princípios constitutivos do conhecimento sociológico. Estrutura de classes sociais e processos de mudanças. Ideologia, alienação e reprodução social. A educação como objeto de estudo sociológico. Relação indivíduo e sociedade. Homem, sociedade, educação, cultura e trabalho. Globalização e exclusão social. Neoliberalismo e educação. A função social da escola e o papel do professor.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas . São Paulo: Perspectiva, 2005. DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia . São Paulo: Edições 70, 2001. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2000. GENTILI, Pablo (Org.). Pedagogia da Exclusão . Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social . 14.ed. São Paulo: Loyola, 2010. MÉSZÁROS, Istvan. Educação para além do capital : Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Fundamentos Socioeconômicos da Educação		

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	
EMENTA	Conceitos de fala e escrita. A língua escrita e língua falada. Noções gerais sobre gramática: histórica e descritiva; gramática normativa e gramática universal. Normas gramaticais da língua portuguesa: morfologia e sintaxe. Novo Acordo Ortográfico. O ato de ler (os níveis de leitura). Compreensão e produção de textos literários e não literários. Gêneros textuais. Elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BAZERMAN, Charles. Gêneros Textuais, Tipificação e Interação . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. DIONÍSIO, A P.; MACHADO, A R; BEZERRA, M. A (Org.) Gêneros Textuais & Ensino . 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

	MARTINS, Maria Helena. O que é leitura . 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BOCCHESE, Joceline da Cunha. Novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa : questões para além da escrita. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais . 11.ed. São Paulo: Ática, 2006. FREIRE, Paulo Freire. A importância do ato de ler . 45.ed. São Paulo: Cortez, 2003. SOARES, Magda Becker. Aprender a escrever, ensinar e escrever. In: ZACOUR, E. (Org.). A magia da linguagem . 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001. VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade . 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO I

EMENTA	Planejamento de atividades de pesquisa e extensão (projeto ou programa) que identifiquem os problemas socioeconômicos e culturais do povo que abriga a região semiárida. Construção de trabalho acadêmico interdisciplinar aos componentes curriculares cursados no período. Culminância em seção de pôster, comunicação oral ou exposição de produtos, fruto do processo formativo aberta à comunidade acadêmica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BRASIL. Avaliação Nacional da Extensão Universitária . Disponível em: <file:///C:/Users/Rita/Documents/UFERSA%202016/EXTENS%C3%83O/Avaliacao-Extensao.pdf.> MEC/SSu; PUCPR, 2001. Acesso em: 10 out. 2016. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Bibliografia trabalhada nos componentes curriculares.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	As indicações bibliográficas são da competência do(a) docente responsável por este componente, desde que alinhadas aos princípios que orientam a presente proposta pedagógica.		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EMENTA	História e historiografia da educação brasileira. A educação brasileira no período colonial, no Império e na República. As práticas educativas e visões pedagógicas presentes na institucionalização da escola primária no Brasil. As reformas
---------------	--

	educacionais no Brasil a partir do século XIX, numa perspectiva histórica. Campanhas em prol da erradicação do analfabetismo e universalização da educação escolar. Pensamento Pedagógico Brasileiro. A educação escolar associada às relações de classe, gênero e etnia enquanto constituintes e constituidoras da produção e reprodução das desigualdades sociais. A política educacional brasileira no Estado Militar. A educação contemporânea no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.). História da Educação, arquitetura e espaço escolar . São Paulo: Cortez, 2005. LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil . 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. XAVIER, Maria Elizabeth; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. História da educação: a escola no Brasil . São Paulo: FTD, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	DEL PRIORI, Mary. (Org.). História das mulheres no Brasil . São Paulo: Contexto/UNESP, 1997. GERMANO. José Willington. Estado militar e educação no Brasil . São Paulo: Cortez, 1993. SAVIANI, Dermeval. História das Idéias Pedagógicas no Brasil . 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2011. (Coleção Memória da Educação). VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção memória da educação). ZOTTI, Solange aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980 . Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Ed. Plano, 2004.		
FILMOGRAFIA	A MISSÃO (The Mission, ING 1986). DIREÇÃO: Roland Joffé. ELENCO: Robert de Niro, Jeremy Irons, Lian Neeson, 121 min., Flashstar.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	História da Educação		

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA CONCEPÇÃO FREIREANA DE EDUCAÇÃO

EMENTA	Estudo da concepção freireana de educação, de homem, de mundo, de cultura e de alfabetização. Fundamentos e princípios que explicitam sua concepção de realidade. Relação entre alfabetização e conscientização. O significado do conhecimento e as implicações da educação como prática da liberdade. A Teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. Saberes necessários à prática educativa. A práxis educativa em Freire.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BEISIEGEL, Celso de Rui. Paulo Freire . Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores) BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o Método Paulo Freire .

	São Paulo: Brasiliense, 2005. FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade . 14.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira . Recife: Universidade de Recife, 1959. _____. Política e Educação . 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, 23). _____. Pedagogia do Oprimido . 50.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. FREITAS, Ana Lúcia. Pedagogia da Conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. SCOCUGLIA, Afonso Celso. A história das idéias pedagógicas de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas . João Pessoa-PB: Ed. Universitária, 1997.		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	
EMENTA	Teorias interacionistas sobre aprendizagem e desenvolvimento humano: implicações pedagógicas. Especificidades dos processos de aprendizagem na educação de crianças, adolescentes, adultos e idosos. Indissociabilidade entre os aspectos cognitivo, afetivo/emocional, social, motor e linguístico. Relações entre ensino e aprendizagem. Psicologia do desenvolvimento: definição, história, objeto e métodos. Dimensões biológicas, históricos, sociais e culturais do desenvolvimento psicológico. Periodicização do desenvolvimento. A relação desenvolvimento e aprendizagem. Desenvolvimento psicológico e contemporaneidade. Temas contemporâneos em psicologia da educação (seus pressupostos e suas relações pedagógicas).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	COLE, M.; COLE, S. R. O desenvolvimento da criança e do adolescente . 4.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004. COLL, César; MARCHESI, Alvaro; PALÁCIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar . 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. BAQUERO, R. Vygotsky e a aprendizagem escolar . Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	DESSEN, M.A.; COSTA Jr, A. L. (Orgs.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências perspectivas futuras . Porto Alegre: Artmed, 2005. FLAVEL, J.H.; MILLER, P.H.; MILLER, S.A. Desenvolvimento cognitivo . 3.ed. Tradução: Cláudia Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação . 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. SZYMANSKI, Heloísa. A relação família/escola: Desafios e

	perspectivas. Brasília: LiberLivro, 2009. WADSWORTH, Barry. Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget . 5.ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 1997.		
CARGA HORÁRIA	60 HORAS	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Fundamentos Psicológicos da Educação		

ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO			
EMENTA	Organização do sistema educacional brasileiro: aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares e administrativos (Educação Básica e Ensino Superior). Escola como instituição educativa de organização do conhecimento. A Educação na Constituição de 1988 e Lei nº 9394/96 (LDB). As estruturas formais do sistema educacional brasileiro e seu funcionamento: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico, Educação Profissional e a Educação Superior. Modalidades da educação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. Infância, Educação e Direitos Humanos . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil : leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17.ed. atual. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. BRANDAO, C. R. Estrutura e Funcionamento do Ensino . São Paulo: AVERCAMP, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente . 7.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. (Biblioteca Digital). MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica : Leituras. 3.reimp. 2.ed. atual. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). Gestão, financiamento e direito à educação : análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001. SAVIANI, Dermeval. Educação Brasileira : estrutura e sistema. 8.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2000. SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Novas faces da Educação Superior no Brasil . 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO	
EMENTA	Ciência e conhecimento científico. Compreensão dos pressupostos teóricos da investigação científica em educação: relação entre o objeto de investigação científica, os referenciais teóricos e os métodos de investigação. Paradigmas modernos e contemporâneos de pesquisa em educação: princípios e pressupostos. Tipos de pesquisa científica. A pesquisa em educação, abordagens

	qualitativas e quantitativas. Planejamento e desenvolvimento da pesquisa em educação. Estruturação de projetos e elaboração de relatórios de pesquisa. Compreensão da atitude e do fazer científicos como inerentes ao ato de educar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. Pesquisa participante: o saber da partilha . 2. ed. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008. FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional . 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001. THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação . 18.ed. São Paulo: Cortez, 2008		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009. SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna . 5. reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2010. FAZENDA, Ivani. A pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento . Campinas, SP: Papyrus, 1995. MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . São Paulo: Hucitec, 2006. POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica . São Paulo: Cultrix, 2003.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO II

EMENTA	Planejamento de atividades de pesquisa e extensão (projeto ou programa) que identifiquem alguns aspectos que permeiam os problemas nas instituições educativas. Construção de trabalho acadêmico interdisciplinar aos componentes curriculares cursados no período. Culminância em seção de pôster, comunicação oral ou exposição de produtos, fruto do processo formativo aberta à comunidade acadêmica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BAGNO, Marcos. Pesquisa Escolar: o que é, como se faz? 20.ed. São Paulo: Loyola, 2006. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais . 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	As indicações bibliográficas são da competência do(a) docente responsável por este componente, desde que alinhadas aos princípios desta proposta pedagógica.		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

CURRÍCULO, IDENTIDADE E CONHECIMENTO

EMENTA	Concepções de currículo, princípios e componentes curriculares. A história do currículo e tendências curriculares no Brasil. Teorias do currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas. Currículo, identidade e conhecimento. Currículo e desenvolvimento humano. estudante e educadores: seus direitos e o currículo. Relação entre currículo e o conhecimento escolar versus a relação entre currículo e cultura. As questões ideológicas do currículo. O currículo oculto, a reprodução cultural e as relações hegemônicas no contexto da globalização. Currículo e afetividade na reconstrução e construção das relações no cotidiano das práticas pedagógicas. Currículo, interdisciplinaridade e contextualização. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. Avaliação e currículo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	APPLE, Michel. Ideologia e Currículo . Porto Alegre: Artmet, 2006. ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Cotidiano, escolar, formação de professores(as) e currículo . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Série Cultura, Memória e Currículo, 5). SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias do Currículo . 3.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALVES, Nilda (Org.). Como criar currículo no cotidiano . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Serie Cultura, Memória e Currículo, 1). BRASIL. Indagações sobre currículo . Brasília: MEC, SEB, 2008. 5V. ASSMANN, H. Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI . Lisboa: UNESCO, 1998. ESTEBAN, Maria Tereza. Escola, Currículo e Avaliação . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005. VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. Currículo e subjetividade: a arquitetura como programa . Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

EMENTA	Histórico da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e paradigmas: educação especializada, integração e inclusão. Políticas Públicas e não Públicas em educação inclusiva: a integração da com necessidades especiais na sociedade, na escola e no trabalho. Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação especial. Prevenção, intervenção e acompanhamento precoce. Necessidades educacionais especiais e a intervenção pedagógica. Estudo da organização e estrutura de currículos e conteúdos programáticos utilizados na educação especial. Administrando a
---------------	--

	diversidade e aplicabilidade. Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Tecnologia Assistivas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão escolar: o que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>RIBAS, João. Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.</p> <p>_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009. 138p.</p> <p>GONZÁLES, E. (Colab.). Necessidades Educacionais Específicas, Intervenção Psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.</p> <p>MORAES, Salete Campos de. Educação Especial na EJA: Contemplando a Diversidade. Porto Alegre, RS: Secretaria Municipal de Educação, 2007.</p> <p>SALVADOR, César Coll; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. São Paulo: ARTMED, 2005.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS II	
EMENTA	Momentos de conversa, de histórias, de diferentes modos de brincar e realizar experiências lúdicas com as linguagens. Jogo, brinquedo e brincadeira. Higiene das crianças. Criação e organização dos espaços para brincadeiras. Elaboração, organização e manutenção dos materiais e dos equipamentos. Alimentação, horário de descanso, segurança e prevenção de acidentes. Prestação de primeiros socorros. Identificação dos mal-estares das crianças.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Práticas cotidianas na educação infantil: Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016.</p> <p>CARNEIRO, M. A. B. Brinquedos e brincadeiras: formando ludoeducadores. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2003.</p>

	MOYLES, J. R. et al. A excelência do brincar . Porto Alegre. Artmed, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CARNEIRO, M. A. B. O espaço e o tempo de brincar, um tesouro a ser preservado. In: ABC Educativo , n.18. Criarp: São Paulo. 2002. CAVALLARI, Vânia Maria (Org.). Recreação em ação . São Paulo: Ícone, 2006. MOYLES, J. R. Só brincar? O papel do brincar na educação infantil . Porto Alegre: Artmed, 2002.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

EDUCAÇÃO INFANTIL			
EMENTA	Infância: história, princípios, concepções e tendências atuais. Fundamentos pedagógicos, legais e normativos da educação infantil e da organização do currículo, considerando propostas e experiências pedagógicas reconhecidas no âmbito local, nacional e internacional. O processo de desenvolvimento humano, características evolutivas de 0 a 5 anos. Os espaços da Educação Infantil: Creches e Pré-escolas. Educação Infantil e as redes de ensino público e privado. Principais tendências teórico-metodológicas da educação infantil. O professor e o desenvolvimento do currículo na educação infantil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. KUHLMANN JR., MOYSES. Infância e Educação Infantil : uma abordagem histórica. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. OLIVEIRA, Zilma. Educação Infantil : fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na Educação Infantil . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: 2010. Brasília, DF: MEC, SEB, 2010. CLOTILDE, Maria Rosseti Ferreira et al. Os fazeres na Educação Infantil . São Paulo: Cortez: Ribeirão Preto, CINDEDI, 2011. DEL PRIORE, M. História das Crianças no Brasil . São Paulo: Editora Contexto, 2002. OSTETTO, Luciana, E. Educação Infantil : saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP: Papius, 2008. WOOD. D. Como Crianças Pensam e aprendem . São Paulo: Martins Fontes, 1996.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Fundamentos Psicológicos da Educação Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano Linguagem, Alfabetização e Letramento		

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO			
EMENTA	A educação e o contexto sociopolítico brasileiro. Políticas públicas para educação básica no Brasil. Reforma educacional e cidadania. Relação entre projetos e programas para inclusão social. Educação, inclusão social e cidadania. Elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas em educação. Princípios da organização e da gestão escolar. As práticas de gestão na educação: perspectivas, desafios e possibilidades. Modalidades de provimento da gestão da escola pública: contradições e perspectivas de avanços. Escolhas de dirigentes escolares. O financiamento da educação básica. Comparativo entre o FUNDEF e o FUNDEB. Programas do FNDE. Alcance e limites das políticas do Governo Lula aos dias atuais para a democratização da educação do acesso à educação superior. O Plano Nacional de Educação. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil : leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17.ed. atual. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. FREIRE, Paulo. Política e Educação . 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, 23). DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique. Políticas públicas e educação básica . São Paulo: Xama, 2003. SAVIANI, Demerval. Política e Educação no Brasil . 6.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa. (Org.). Política Educacional : gestão e qualidade de ensino. Brasília: Liber Livro, 2009. FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). Gestão democrática da educação : atuais tendências, novos desafios. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008. DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). Políticas Públicas e Educação Básica . São Paulo: Xamã, 2001. GUTIERREZ, Francisco. Educação como práxis política . 3.ed. São Paulo: Summus, 1988. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola : teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Organização, Estrutura e Funcionamento da Educação		

LINGUAGEM, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
EMENTA	Estudo das diferentes concepções da psicogênese da linguagem. O processo de construção e aquisição da leitura e da escrita. Evolução histórica da Alfabetização. História da construção da escrita. Níveis da evolução da escrita. Função social da leitura e da escrita. Múltiplas facetas e concepções de alfabetização e letramento no

	ensino. A sociedade letrada e o desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Os processos educativos e o desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Letramento e alfabetização na Educação Infantil e na Educação de Jovens e Adultos. Processos de alfabetização escolar: fundamentos epistemológicos, métodos de alfabetização, características, limites, possibilidades e condições de aprendizagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>COLE, M.; COLE, S. R. O desenvolvimento da criança e do adolescente. 4.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.</p> <p>BAQUERO, R. Vygotsky e a aprendizagem escolar. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.</p> <p>FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: ArtMed, 2008</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>FREIRE, Paulo. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.</p> <p>DESSEN, M.A.; COSTA Jr, A. L. (Orgs.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>FLAVEL, J.H.; MILLER, P.H.; MILLER, S.A. Desenvolvimento cognitivo. 3.ed. Tradução: Cláudia Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.</p> <p>FREITAS, Gabriela Castro de Menezes. Consciência Fonológica, Leitura e Escrita. In: Pereira, Vera Wannmacher (Org.) Aprendizado da Leitura: Ciências e Literatura no fio da História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.</p> <p>KLEIMAN, A. B. (Org.). Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1995.</p> <p>SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2004.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	Fundamentos Psicológicos da Educação Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano		

EDUCAÇÃO POPULAR E PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL	
EMENTA	<p>Concepções teóricas e metodológicas de Educação Popular. Histórico, perspectivas e desafios da Educação Popular no Brasil e América Latina: Políticas Públicas de Educação Popular no Brasil. Os distintos campos de atuação da Pedagogia Social. Identidade do(a) pedagogo(a) social. Projetos sociais, culturais e esportivos no âmbito da pedagogia social. Sujeitos e processos educativos nas especificidades da infância, da juventude e da vida adulta. Paulo Freire e sua contribuição para a Educação Popular. Educação Popular e as perspectivas da escola pública popular. A Educação de Jovens e Adultos como expressão da Educação Popular. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.</p>
BIBLIOGRAFIA	BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular: a teoria e

BÁSICA	a prática de Paulo Freire no Brasil. 4. ed. revista. Brasília: Liber Livro, 2008. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança : um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. PAIVA, Vanilda. Educação Popular e Educação de Adultos . 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ADAMS, Telmo. Educação e economia popular solidária : mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010. BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas . Brasília/DF: SGPR, 2014. FÁVERO, Osmar. Cultura Popular/Educação Popular : memórias dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal, 1983. GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica . São Paulo: Cortez, 2007. PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. (Org.). Educação Popular na América Latina : diálogos e perspectivas. Brasília: UNESCO; SEAAAL; MEC, 2006. (Coleção Educação Para Todos). SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo : por uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	Fundamentos Teórico-Metodológicos da Concepção Freireana de Educação		

DIDÁTICA I	
EMENTA	Histórico da Didática. Pressupostos, concepções e objetivos da Didática. Prática educativa, Pedagogia e Didática. Paradigmas Pedagógicos da Didática. As tendências pedagógicas no Brasil e a Didática. Abordagens contemporâneas do processo ensino-aprendizagem. Didática e Interdisciplinaridade. Planejamento, plano de ensino e plano de aula. Objetivos educacionais. O papel dos conteúdos. Estratégias de ensino e as tecnologias. Projetos de trabalho. Relação professor-aluno. Saberes docentes. Educar para a complexidade: o que ensinar, o que aprender. O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade tecnológica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	COMENIUS, João Amos. Didática Magna . Tradução: Ivone Catilho Benedetti. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Paidéia). FAZENDA, Ivani (Org.). Didática e Interdisciplinaridade . 12.ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. (Coleção Práxis). MASETTO, Marcos Tarcisio. Didática : a aula como centro. 4.ed. São Paulo: FTD, 1997. (Coleção aprender e ensinar).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Edição Especial 1000.000 de exemplares). CANDAUI, Vera Maria (Org.). Reinventar a Escola . 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

	<p>HERNANDEZ, Fernando. A Organização do Ensino em Projetos de Trabalho. Porto Alegre: ARTMED, 1998.</p> <p>HENRIQUE, A. L. S.; SOUZA, S. C. de. Transdisciplinaridade e Complexidade: uma nova visão para a educação no século XXI. Natal: Editora do CEFET-RN, 2005.</p> <p>VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.</p>		
FILMOGRAFIA	ANTUNES, Celso. Trabalhando com projetos . São Paulo: Atta Mídia e Educação. (Coleção Grandes Educadores).		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	Currículo, Identidade e Conhecimento		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS III	
EMENTA	Desenvolvimento de atividades que articulem o conhecimento teórico à prática educativa em diferentes contextos educativos . Uso de abordagens investigativas, interdisciplinares e críticas do fazer pedagógico mediante articulação dos diferentes componentes curriculares deste PPC cursado até o período vigente, as quais devem proporcionar um maior contato do(a) licenciando(a) com pessoas com necessidades educacionais especiais (deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, dentre outros), por meio de visitas a escolas e associações atuantes na área, entrevistas com profissionais multidisciplinares (professores, psicólogos, psicopedagogo, assistentes sociais, médicos, dentre outros).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>JESUS, D. M. Práticas pedagógicas na escola: às voltas com múltiplos possíveis e desafios à inclusão escolar. In: PERES, E. et al. (Org.). Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.</p> <p>MARTINS, L. de A. R. A visão dos licenciandos sobre a formação inicial com vistas à atuação com a diversidade dos alunos. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. Professores e educação especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011.</p> <p>SILVA, Ana Beatriz B. Mentes inquietas: entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas. São Paulo: Editora Gente, 2003.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRUNO, M. M. G. Deficiência visual: reflexão sobre a prática pedagógica, São Paulo: Laramara, 1997.</p> <p>MARQUES; Luciana Pacheco. O Professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica. UFJF. 2001.</p> <p>RAMALHO, B. L.; BELTRÁN NÚÑES, I. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. Revista Educação em Questão, Natal, v.40, n.26, p. 69 -96, jan./jun. 2011.</p> <p>SILVA, D. J. da; LIBÓRIO, R. M. C. Valores, preconceito e</p>

	<p>práticas educativas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.</p> <p>CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoas_com_deficiencia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.</p> <p>ZOÍÁ, A. Todos iguais, todos desiguais. In: ALMEIDA, D. B. de (Org.). Educação: diversidade e inclusão em debate. Goiânia: Descubra, 2006.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	
EMENTA	<p>Estudo teórico-prático sobre a organização do trabalho pedagógico, sua relação com a organização do processo de trabalho em geral, sua natureza, categorias e especificidades. As diferentes dimensões da organização do trabalho pedagógico e a conjuntura socioeducativa e política atual. Organização e contextualização do trabalho pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem. Rotinas na educação infantil, na EJA e a organização do trabalho pedagógico. O planejamento pedagógico, a diversidade cultural e as relações de poder na escola. A construção do projeto eco-político-pedagógico por meio da prática da Leitura do Mundo. O Regimento Escolar. O trabalho coletivo. Os saberes, a formação e o trabalho docente. A formação continuada. A articulação entre a avaliação e a organização do trabalho pedagógico. O papel do coordenador pedagógico. A supervisão escolar. O planejamento e gestão dos recursos da escola: pessoal, financeiro e material. Os ambientes educativos diferenciados.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>GUIMARÃES, E. et al. O coordenador pedagógico e a educação continuada. São Paulo: Loyola, 2001.</p> <p>PARO. Vitor H. Gestão Escolar, Democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>VASCONCELOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1996.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira et al. O coordenador pedagógico e a formação docente. São Paulo: Edições Loyola, 2000.</p> <p>FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 7.ed. Campinas: Papyrus, 1995.</p> <p>LUCK. Heloisa. Ação Integrada: administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: Vozes, 2007.</p>

	PADILHA, P. R. Planejamento Dialógico : como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. (Guia da Escola Cidadã, 7). PARO. Vitor H. Administração Escolar : Introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS			
EMENTA	Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (Libras). História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Políticas linguísticas e educacionais para surdos. Sistema de transcrição para Libras. Ética nas questões de interpretação da Libras. Ensino básico da Libras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	FELIPE, A. Tanya. Libras em contexto : curso básico. Ministério da Educação. 3.ed. Brasília, 2007. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial. 2009. SKILIAR, Carlos. A surdez : um olhar sobre as diferenças. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 . Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm >. Acesso em: 07 jan. 2014. DORZIAT, Ana. Concepções de ensino de professores de surdos . Paraíba, Universitária UFPB, 2002. QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. _____; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais brasileira : estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SOUZA, Tanya Amaral Felipe; LIRA Guilherme de Azambuja. Dicionário da Língua Brasileira de Sinais Libras . Rio de Janeiro: Acessibilidade Brasil / INES, 2006.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Educação Especial e Inclusiva		

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	
EMENTA	Concepções teóricas e metodológicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trajetória histórica da EJA. Campanhas e o papel dos movimentos sociais no combate ao analfabetismo no século XX. Da alfabetização à aprendizagem ao longo da vida. A EJA nas políticas públicas educacionais. EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais. EJA, diversidade e desigualdades sociais.

	Andragogia: fundamentação teórica e sua aplicação no processo educacional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ANDRADE, Eliane Ribeiro; BRENNER, Ana Karina; FARAH NETO, Miguel. Contribuições do Brasil no âmbito da iniciativa de alfabetização para o empoderamento. (LIFE – Literacy Initiative for Empowerment). Brasília: UNESCO, 2011.</p> <p>HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO; MEC, Anped, 2005. (Coleção Educação para Todos).</p> <p>JULIANO, Elionaldo Fernandes. Educação para Jovens e Adultos em Situação de Restrição e Privação de Liberdade: Questões, Avanços e Perspectivas. São Paulo: Pacto Editorial, 2013.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.</p> <p>BARCELOS, V. Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>CONFITEA Brasil + 6. Coletânea de textos CONFITEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244672POR.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.</p> <p>GERMANO, José Willington. Lendo e Aprendendo: A Campanha de Pé no Chão. 2.ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.</p> <p>LYRA, Carlos. As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.</p> <p>PAIVA, Vanilda. História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e educação de adultos. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2003.</p> <p>VOGT, M. S. L, ALVES, E.D. Revisão teórica sobre a educação de adultos para uma aproximação com a Andragogia. Disponível em: < file:///C:/Users/Rita/Downloads/3746-16335-1-PB.pdf > Acesso em: 10 out. 2016.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Fundamentos Teórico-Metodológicos da Concepção Freireana de Educação Educação Popular e Pedagogia Social no Brasil		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS V	
EMENTA	Produção coletiva de conhecimentos que possibilitem aprofundar a reflexão sobre a alfabetização de jovens, adultos e idosos, a partir de um modelo de letramento crítico e plural em que os alfabetizando aprendem a ler, escrever e contar na perspectiva da dialogicidade, da emancipação e da cidadania e, por conseguinte, em um percurso metodológico que acentue os princípios da Educação em Direitos Humanos. A oralidade pela leitura de textos não verbais. Discussão sobre a obscuridade dos direitos políticos,

	<p>civis e sociais dos cidadãos. Temas geradores: trabalho, cidadania, moradia, cultura, meio ambiente e tecnologia, por meio da leitura de imagens. Problematizar as razões pelas quais nas sociedades letradas, ser alfabetizado é insuficiente para vivenciar plenamente a cultura escrita e responder às demandas da sociedade de hoje. Função social da leitura e da escrita como práticas de letramento. Ler, interpretar e resolver situações-problema, com enunciados simples, que envolvam as operações matemáticas (números e operações, noções de medidas, noções de geometria e noções de estatísticas), sabendo distinguir, no cotidiano, que ação deverá ser realizada. Trabalhar a identidade dos sujeitos da EJA na sociedade.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ARAGÃO, Selmo Regino. Direitos Humanos: do mundo antigo ao Brasil de todos. RJ: Ed. Forense, 2005. FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 15. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. MOLLICA, Maria Cecília. LEAL, Marisa. A Matemática e o Português na alfabetização de Jovens e Adultos. São Paulo: Artes Medicas, 2008.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ARAGÃO, Selmo Regino. Direitos Humanos: do mundo antigo ao Brasil de todos. RJ: Ed. Forense, 2005. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. TOLEDO, Maria Elena R. O. Numeramento e Escolarização: o papel da escola no enfrentamento das demandas matemáticas cotidianas. In: FONSECA, Maria da Conceição F. Reis (Org.). Letramento no Brasil: Habilidades Matemáticas. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E AQUISIÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA EM EJA	
EMENTA	<p>Desenvolvimento cognitivo e da aquisição da leitura e da escrita na perspectiva da neurociência. Bases biológicas da aprendizagem. Ensinar e de aprender na EJA sob uma perspectiva da neurociência, da relação cognição/aprendizagem da leitura e da escrita. Alfabetização, Letramento em EJA.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ANDERSON, J. R. Aprendizagem e Memória: uma abordagem integrada. Rio de Janeiro: LTC, 2005. COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociência e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011. MAIA, Héber (Org.). Neurociências e Desenvolvimento Cognitivo. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. (Neuroeducação, 2). MOLLICA, M. C.; LEAL, M. Letramento em EJA. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Estratégias de Ensino, 9). OLMÍ, A.; PERKOSKI, N. (Org.). Leitura e Cognição: uma abordagem transdisciplinar. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos : segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. V.1. CARVALHO, M. Primeiras Letras : alfabetização de jovens e adultos em espaços populares. São Paulo: Ática, 2010. FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização : leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. MACEDO, A. C. P.; FELTES, H. P. DE M.; FARIAS, E. M. P. Cognição e Linguística : explorando territórios, mapeamentos e percursos. Caxias do Sul, RS: Educ; Porto Alegre: Edipucrs, 2008. ROSSA, Carlos; ROSSA Adriana. Rumo à Psicolinguística Conexionista . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	Linguagem, Alfabetização e Letramento Educação de Jovens e Adultos		

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ENSINO DE PORTUGUÊS

EMENTA	Fundamentação teórico-metodológica do ensino do Português. Interação verbal - o discurso pedagógico em relação a outras práticas discursivas. Estratégias, condições de produção, formas de interação na aprendizagem, organização sócio espacial: dimensão linguística, dimensão pedagógica e política (políticas de trabalho) dessas relações. Prática de ensino e estratégias de avaliação do ensino da língua portuguesa. Variação e diversidade do português do Brasil: estratégias de ensino voltadas para essas diferenças.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	AZEREDO, José Carlos. Ensino de português : fundamentos, percursos, objetos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico : o que é, como se faz. 54.ed. São Paulo: Loyola, 2011. MIRANDA, Regina L. F.; SANTOS, P.; LACERDA, Nelma. A língua portuguesa no coração de uma nova escola . São Paulo: Ática, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BAGNO, Marcos. A língua de Eulália : novela sociolinguística. 16.ed. São Paulo: Contexto, 2008. BECHARA, Evanildo. Ensino da Gramática : Opressão? Liberdade? 12.ed. São Paulo: Ática, 2007. CARVALHO, Carmem Silvia; BARALDI, Maria da Graça. Construindo a escrita . São Paulo: Ática, 1998. NASPOLINI, Ana Tereza. Didática de Português : Tijolo por Tijolo: Leitura e produção Escrita. São Paulo: FTD, 1996. TRAVAGLIA, Luiz C. Gramática ensino plural . São Paulo: Cortez, 2003.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Didática I Práticas Pedagógicas Integrativas I, II e III		

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA			
EMENTA	Fundamentos histórico-culturais no ensino da Matemática. Princípios teórico-metodológicos do ensino de Matemática e da educação matemática. Correntes filosóficas no pensamento matemático: Platonismo, Racionalismo, Empirismo, Construtivismo, Formalismo, Historicismo e Logicismo. Tendências atuais no ensino da Matemática. Matemática Científica e escolar. O ensino de Matemática na Educação Infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. A avaliação no ensino da Matemática. Aspectos gerais da metodologia de resolução de problemas. A resolução de problemas no ensino da matemática. Prática na resolução de problemas de matemática. Estudos de problemas de matemática com aspectos não usuais em relação ao ensino formal. A resolução de problemas e a prática da investigação em matemática elementar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>COLL, César; TEBEROSKY, Ana. Aprendendo Matemática: conteúdos essenciais para o Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>LORENZATO, Sérgio. Educação Infantil e percepção matemática. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.</p> <p>MELO, Maria José Dantas de; PASSEG, Conceição. A matemática na educação de jovens e adultos: algumas reflexões. NATAL: EDUF, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BERDONNEAU, Catherine. O ensino da Matemática na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação Matemática: da teoria à prática. 10.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.</p> <p>DEVLIN, Keith. Os problemas do milênio, sete grandes enigmas matemáticos do nosso tempo. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p> <p>GRANDO, Neiva Ignês (Org.). Educação Matemática: processos de pesquisa no ensino fundamental e médio. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.</p> <p>KAMII, C; HOUSMAN, L. B. Crianças pequenas reinventam a aritmética: implicações da teoria de Piaget. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>SKOVSMOSE, Olé. Educação Matemática crítica. São Paulo: Papyrus, 2001.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Didática I Práticas Pedagógicas Integrativas I, II e III		

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS	
EMENTA	Concepção de Ciência. A história da ciência como eixo disciplinar. A relação entre ciência, tecnologia e sociedade. O ensino de ciências nas séries iniciais – a alfabetização científica. O método científico em ciências naturais: aplicação na educação infantil e ensino

	fundamental. Educação científica e interdisciplinaridade. Contextualização do ensino de Ciências. Técnicas e recursos didáticos para o ensino de Ciências Naturais e reflexões críticas. Planejamento de atividades e recursos didáticos no ensino de Ciências (atividades experimentais). Análise da proposta da Diretrizes Nacionais para o ensino de Ciências (Ensino Fundamental I). Avaliação do processo de ensino-aprendizagem em Ciências Naturais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ASTOLFI, Jean-Pierre. A didática das ciências. Campinas: Papyrus, 2008.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.). O Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2004.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa; GIL-PEREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>CACHAPUTZ, Antonio et al. A necessária renovação do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BIZZO, Nélío. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Biruta, 2010.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais. 3.ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.</p> <p>CAPRA, Fritgof. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2006.</p> <p>DELIZOICOV, Demétrio et al. Metodologia do ensino de ciências. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>HENNIG, Georg. Metodologia do Ensino de Ciências. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.</p> <p>LOPES, A. C. Políticas de integração curricular. Rio de Janeiro: EdUFRRJ, 2008.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Didática I Práticas Pedagógicas Integrativas I, II e III		

TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO	
EMENTA	<p>Conceito de Tecnologia. Evolução tecnológica na educação. Influências das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no ensino brasileiro. Recursos computacionais aplicados à educação: ambientes virtuais de aprendizagens (AVA), aplicativos, internet, multimídia, jogos e outros. Novos papéis dos aprendizes e dos educadores em ambientes de aprendizagem baseados nas TIC's. Impactos das TIC's em diferentes contextos educacionais. Objetos Virtuais de Aprendizagem. Educação a Distância (EaD): fundamentos, sistemas, legislação e redes de EaD. Marco teórico legal da EaD no Brasil. Gestão em EaD. Relações entre comunicação, tecnologia e educação. Requisitos educacionais e tecnológicos para a EaD. Experiências brasileiras de educação a</p>

	distância: cenário atual. Introdução à robótica educacional, conceitos gerais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALMEIDA, Fernando José. Educação e Informática: os computadores na escola . 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012. BARBOSA, Rommel M. (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005. KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância . Campinas, SP: Papyrus, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BELLONI, M. L. Educação a distância . São Paulo: Autores Associados, 1999. FIORENTINI, L. M. R.; MORAES, R. de A. (Org.). Linguagens e interatividade na educação a distância . Rio de Janeiro: DP&A, 2003. GROOVER, Mikell P. Robótica: tecnologia e programação . McGraw-Hill, 1989. LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . São Paulo. Editora 34. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2004. VELOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos . 8.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. SANTAELLA, Lucia. Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura . São Paulo: Paulus, 2003.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL	
EMENTA	A Formação de Professores da educação infantil no Curso de Licenciatura em Pedagogia. Estágio como campo de produção de conhecimento na educação infantil. Projetos de Trabalho: uma forma de organização da ação docente no estágio. Leitura Crítica do Campo de Estágio. Construindo Projetos de Trabalho, planejamento, observação, pesquisa, pesquisa, extensão e avaliação do processo de ensino e aprendizagem na prática. Orientações Gerais para Organização, Desenvolvimento e Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BARBOSA, Maria Carmem Silveira e HORN, Maria das Graças Souza. Projetos pedagógicos na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 2007. FARIA, Ana L. G. de (Org.). O coletivo infantil em creches e pré-escolas: Falares e saberes . São Paulo: Cortez, 2007. GOLDSCHMIED, Eliono; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 Anos: Atendimento em creche . Tradução Marlon Xavier. Porto Alegre: Artmed, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BUSATO, Zelir S. Avaliação nas práticas de ensino e estágios: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente . Porto Alegre: Mediação, 2005. GROSSI, E. P. Didática dos níveis pré-silábicos; silábico e

	<p>alfabético. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. V. 1, 2, 3. MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org). Encontros e Desencontros em Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2002. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de Professores: Unidade teoria e prática? 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010. SOUZA, Regina C. de; BORGES, Maria F. S. T. (Org). A Praxis na Formação de Educadores Infantis. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p>		
CARGA HORÁRIA	90 Horas	CRÉDITOS	06
PRÉ-REQUISITO(S)	Didática I Educação Infantil Práticas Pedagógicas Integrativas I, II e III		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS IV			
EMENTA	Compreensão das relações técnicas, políticas e econômicas existentes na organização dos sistemas de ensino, subjacentes nas políticas públicas, nas metas dos Planos de Educação (Nacional, Estadual e Municipal), nos Projetos Político-Pedagógicos e demais planejamentos institucionais. Investigar e acompanhar os processos de gestão e da coordenação pedagógica em espaços escolares e não escolares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CHAVES, Iduina Mont'Alverne Braun; COSTA, Valdelúcia Alves; CARNEIRO, Waldeck (Orgs.). Políticas Públicas de Educação: pesquisas em confluência . Niterói: Intertexto, 2009. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político ao cotidiano da sala de aula . 3.ed. São Paulo: Libertad, 2002. PERRENOUD, Philippe. Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. HORA, Dinair Leal da. Gestão Educacional democrática . Campinas: Editora Alínea, 2007. (Coleção Educação em Debate). LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2005. SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação. O trabalho pedagógico nos Processos Educativos Não-Escolares . Educar , Curitiba, n. 16, p.171-180, 2000.		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA	
EMENTA	A produção didática para o ensino de Geografia na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na EJA. O ensino de Geografia na EJA. Categorias de análise: construção e

	<p>apropriação do espaço mediado pelo trabalho social do homem. A construção dos conceitos de tempo e espaço no aluno de Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental. Ação do homem no meio ambiente enquanto modificador da paisagem; as relações sociais; os meios de produção; a influência dos preconceitos e ideologia na compreensão da realidade. Aspectos teórico-metodológicos para o ensino de Geografia.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. Porto Alegre: AGB/UFRGS, 2003. MENDES, Amanda Jacinto; LOPES, Marta Maria. A metodologia de ensino nos livros didáticos de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Coletânea Nosso Tempo, 2008. STRAFORINI, R. Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ALEXANDRE, A. F. C. A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001. ANTUNES, C. Qual matéria ensinar? In: A sala de aula de geografia e história: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia. Campinas: Papyrus, 2000. CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000. OLIVEIRA, F. S.; SILVA, A. C. C.; REIS, L. M. M.; SILVA, V. P. O estudo do semi-árido no contexto da sala de aula: desafios da educação ambiental. In: I Jornada Nacional da Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica, 1. Brasília, DF, 2006. RESENDE, Márcia Spyer. A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo: Loyola, 1986. VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Orgs.). A nova geografia da fome e da pobreza. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	<p>Didática I Práticas Pedagógicas Integrativas I, II, III,</p>		

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

EMENTA	<p>A produção do conhecimento na área do ensino de História. Os fundamentos e paradigmas da História ensinada. A relação espaço/tempo. O ensino da História na perspectiva da História Crítica e da Nova História Cultural. Análise crítica de livros e materiais didáticos.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. HIPOLIDE, M. O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: metodologias e conceitos. São Paulo: Companhia</p>

	Editora Nacional, 2010. KARNAL, Leandro (Org.) História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. 6 ed. São Paulo, SP Contexto, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BITTENCOURT, C. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005. FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papyrus, 2009. MENEZES, L. M; SILVA, M. F. S. Ensinando história nas séries iniciais: alfabetizando o olhar. In MONTEIRO, A. M; GASPARELHO, A. M; MAGALHÃES, M. S. Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007, p.215-228. SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de história da cultura brasileira. 18.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Didática I Práticas Pedagógicas Integrativas I, II, III e IV		

CORPOREIDADE, LUDICIDADE E EDUCAÇÃO	
EMENTA	<p>Diferentes concepções de corporeidade ao longo da história. O corpo e subjetividade. O desenvolvimento da motricidade infantil: elementos perceptivos, esquemáticos, tônus, lateralidade, orientações temporais e espaciais. Vivências e construção de uma didática da corporeidade. As diferentes linguagens corporais e artísticas em suas relações com o processo educacional. O papel da arte, da ludicidade e dos jogos na escola e no processo de constituição dos sujeitos. Fundamentos, conteúdos básicos e metodologia do trabalho com a musicalização, artes visuais, dança, teatro e jogos. A expressão corporal como dimensão da linguagem na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na EJA. Resgate histórico das brincadeiras e músicas infantis e suas relações na constituição da infância.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ANTUNES, Celso. Da hora da brincadeira e da aprendizagem para uma nova concepção sobre o papel do brincar. In: ANTUNES, Celso. Educação Infantil: prioridade imprescindível. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. GONÇALVES, Maria Augusta Salim. Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação. São Paulo: Papyrus, 1994. MARINHO, Hermínia Regina Bugeste. Pedagogia do Movimento: Universo Lúdico e Psicomotricidade. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2012.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papyrus, 2005. GOMES, Nilma Lino (Org.). Diálogos na educação de jovens e</p>

	<p>adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>PIRES, Edmilson F. Corporeidade e sensibilidade: o jogo da beleza na educação física escolar. Natal-RN: EDUFRN, 2000.</p> <p>MANZINI, E. J.; BRANCATTI, P. R. Educação especial e estigma: corporeidade, sexualidade e expressão artística. Marília: UNESP, 1999.</p> <p>SILVA, A. M. Corpo, ciência e mercado: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas- SP: Autores associados: Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.</p> <p>VIGARELLO, Georges et al. História do Corpo 3: as mutações do olhar o século XX. Petrópolis: Vozes, 2006.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO	
EMENTA	A estatística e o método científico. A pesquisa estatística na educação. Estatística descritiva. Representação e leitura de dados estatísticos através de tabelas e gráficos referentes à realidade educacional brasileira. Distribuição de frequência, representação gráfica, medidas de tendência central na comparação dos resultados escolares, medidas de dispersão e aplicação em educação. Probabilidade. Variáveis aleatórias. Distribuições de probabilidade. Distribuições especiais de probabilidade. Teoria e técnicas de amostragem. Teoria da estimação. Testes de hipóteses. Regressão linear e correlação. Teste não paramétrico (Qui-quadrado). Correlação e regressão na amostra. Séries temporais. Uso de software para cálculos estatísticos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTINEZ, Francesc. Introdução à estatística. São Paulo: ARTMED, 2005.</p> <p>CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>LIMA, A. C. P.; MAGALHÃES, M. N. Noções de Probabilidade e Estatística. 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2005.</p> <p>RAPOSO, Anselmo B. Estatística aplicada à educação. São Luis: UEMA Ed., 2004.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BARBETA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 2.ed. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1998.</p> <p>BRAULE, R. Estatística Aplicada com Excel. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.</p> <p>COUTINHO, S. Ezequiel; COUTINHO, Maria Tereza da Cunha. Estatística aplicada à educação. São Paulo, 1983.</p> <p>CRESPO, Antônio A. Estatística fácil. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>FEIJOO, Ana Maria L. C. A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1996.</p> <p>SCHERER, Suely. Estatística aplicada à educação. Jaraguá do Sul, SC: UNERJ, 2004.</p>

	VIEIRA, Sônia. Princípios de Estatística . São Paulo: Pioneira Thomson-Learning, 2003.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS VII			
EMENTA	Conceitos básicos de Objetos Digitais de Aprendizagem, tecnologias para construção, princípios básicos de design. Tipos de objetos digitais. Uso dos objetos digitais de aprendizagem na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional de forma articulada com o currículo, permitindo que professores e alunos aproveitem o potencial da tecnologia para conferir mais criatividade, interatividade e estímulo aos processos de ensino-aprendizagem. Uso de bibliotecas virtuais, aplicativos para celulares e tablets, aulas digitais, história em quadrinho, infográficos, entre outros. Produção de vídeos digitais. Construção de projetos utilizando objetos digitais de aprendizagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BELLONI, Maria Luiza. Crianças e mídias no Brasil : cenários de mudança. Campinas, SP: Papyrus, 2010. LÉVY, Pierre. O que é virtual? São Paulo: Editora 34, 1996. MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica . 7. ed. Campinas: Papyrus, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C. (Orgs.). Educomunicação : construindo uma nova área do conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011. FILATRO, Andréa. Design instrucional na prática . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008. GOMEZ, Margarita Victoria. Educação em rede : uma visão emancipadora. São Paulo: Cortez, 2004 MORAES, Denis de. (Org.). Por uma outra comunicação : mídia, mundialização e cultura. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. SILVA, Marco. Sala de aula interativa . 3.ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. TAZIANA, C. Criando aulas multimídia com Visual Class . Campinas: Giz Editorial, 2011.		
CARGA HORÁRIA	90 Horas	CRÉDITOS	06
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

DIDÁTICA II	
EMENTA	Pressupostos teóricos e metodológicos da avaliação. Principais concepções de avaliação da aprendizagem e suas implicações na forma de compreender a aprendizagem e de desenvolver metodologias de ensino coerentes. Currículo e Avaliação. Avaliação quantitativa e avaliação qualitativa. Avaliar e Examinar. Avaliação

	diagnóstica, formativa e somativa. Avaliação de Pessoas com NNEs. Métodos e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Principais problemas vivenciados no cotidiano escolar com relação à aprendizagem dos alunos. Avaliação e emancipação. Conselho de classe e avaliação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	DEMO, P. Avaliação qualitativa . 10.ed. São Paulo: Autores Associados, 2010. HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação mediadora : uma prática em construção da pré-escola à universidade. 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar : estudos e proposições. 15.ed. São Paulo - SP: Cortez, 2003. MORALES, Pedro. Avaliação escolar : o que é, como e faz. São Paulo: Loyola, 2003. ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica . São Paulo: Cortez, 2006. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação : concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. 16.ed. São Paulo: [s.n.], 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais . 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. DEMO, Pedro. Ser Professor é cuidar que o aluno aprenda . Porto Alegre: Mediação, 2004. RONCA, Paulo Caruso. A prova operatória . São Paulo: Editora Finep, 1996. SILVA, J. F., HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (Org.). Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas : em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.		
FILMOGRAFIA	LUCHESE, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem . São Paulo: Atta Mídia e Educação. (Coleção Grandes Educadores).		
CARGA HORÁRIA	45 Horas	CRÉDITOS	03
PRÉ-REQUISITO(S)	Didática I Currículo, Identidade e Conhecimento		

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ENSINO FUNDAMENTAL I

EMENTA	As exigências da relação entre a docência, o planejamento pedagógico e as problemáticas educativas no Ensino Fundamental I. Necessidades e dificuldades presentes no contexto das práticas educativas. Proposta de ação que pode ser fomentada numa ação conjunta com os atores sociais presentes na escola. Elaboração de planos de atividades e de aula. Organização do tempo e do espaço escolar, estabelecimento de contrato didático, análise de livros didáticos, metodologias, recursos didáticos e avaliação. Concepções que orientam a prática do educador. A formação do docente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CASTRO, Amélia Domingues; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Orgs.). Ensinar a Ensinar : Didática para Escola Fundamental e

	<p>Média. São Paulo: Thompson, 2001. MORAIS, Regis de (Org.). Sala de aula: que espaço é esse? 21.ed. Campinas: Papyrus, 2008. NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação. 3.ed. Lisboa (Portugal): Publicações Dom Quixote. 1997.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BURRIOLLA, Marta A. Feiten. O Estágio Supervisionado. 5.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008. FREITAS, Helena Costa. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas, SP: Papyrus, 1996. MAZZOTTA, Marcos J. S. Trabalho docente e formação de professores de educação especial. São Paulo: EPU, 2002. PETEROSSO, Helena Gemignani; MENESES, João Gualberto de Carvalho (Coords.). Revisitando o saber e o fazer docente. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. PIMENTA, Selma G. O Estágio na Formação de Professores: unidade Teoria e Prática? 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.</p>		
CARGA HORÁRIA	75 Horas	CRÉDITOS	05
PRÉ-REQUISITO(S)	<p>Didática I Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino de Português Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino de Matemática Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino de Ciências Práticas Pedagógicas Integrativas I, II e III</p>		

AÇÃO EDUCATIVA EM ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES	
EMENTA	<p>Conceitos e dimensões sócio-políticos na estrutura de ambientes de educação não-formal. Os processos educativos nas instituições não escolares: no setor produtivo, nos movimentos sociais e nas entidades da sociedade civil no contexto brasileiro contemporâneo. Estudo das principais políticas públicas educacionais da contemporaneidade com ênfase no sistema prisional e demais gêneros em privação de liberdade. Pedagogo empresarial: um novo campo de atuação. Práticas pedagógicas no processo em espaços socioeducativos. Pedagogia no ambiente de promoção de saúde e da melhoria de qualidade de vida. A práxis pedagógicas no processo de organização de instituições e espaços educativos não-formais. Postura e ação do educador. A articulação entre a educação não-formal e o sistema formal de ensino.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>BAPTISTA, Isabel; CARVALHO, Adalberto Dias. Educação Social: fundamentos e estratégias. Portugal: Porto Editora, 2004. GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume. Educação formal e não-formal. São Paulo: Summus Editorial, 2008. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. 5.ed. São Paulo, Cortez, 2011.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ALMEIDA, José Luís Vieira de. Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua. São Paulo: Xamã, 2001. BRASIL. Sistema Nacional de Medida Socioeducativa – SINASE: CONANDA: Brasília, 2006.</p>

	<p>JESUS, Viviane Bonetti Gonçalves de. Atuação do pedagogo em hospitais. In: _____. Escolarização hospitalar: educação e saúde de mãos dadas para humanizar. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Pedagogia Empresarial: atuação do pedagogo na empresa. 6.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.</p> <p>RICARDO, Eleonora Jorge. Educação Corporativa: Fundamentos e Práticas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.</p> <p>TORRES, C. A. A política da educação não formal na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Educação Popular e Pedagogia Social no Brasil Educação de Jovens e Adultos		

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRATIVAS VI	
EMENTA	Histórico da robótica na mitologia, na ficção e na ciência. Histórico da robótica educacional. Fundamentos pedagógicos e benefícios da robótica educacional. Aplicações da Robótica. Kits de robótica educacional. Motores, sensores e controladores. Robótica livre. Construcionismo. Inclusão digital com robótica. Metodologias de robótica educacional. Planejamento de oficinas de robótica educacional com montagem de robôs para crianças do Ensino Fundamental I. Controle e programação de robôs. Modelos robóticos com caixas de diferentes tamanhos e latas de formas arredondadas, estimulando a criatividade individual e em pequenos grupos. Trabalho no Laboratório de Informática com programas instrucionais de material de montagem para os alunos realizarem programação dos protótipos construídos de acordo com o manual de orientações (adquirir kits de robótica).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	PAPERT, Seymour. A Máquina das Crianças: repensando a Escola na Era da Informática . Porto Alegre: Artmed Editora. 1993. DA SILVA, Alzira Ferreira. RoboEduc: uma Metodologia de Aprendizado com Robótica Educacional . 2009. 133fl. Tese de Doutorado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. VALEJJO, Antonio Pantoja; ZWIEREWICZ, Marlene. Sociedade da informação, educação digital e inclusão . Florianópolis: Editora Insular, 2007
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	AZEVEDO, Samuel; AGLAÉ, Akynara; PITTA, Renata. Minicurso: Introdução a Robótica Educacional. Anais... Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2010. LABEGALINI, AlieteCeschin. A Construção da Prática Pedagógica do Professor: O Uso do Lego/Robótica na Sala de Aula . Dissertação de Mestrado em Educação pela Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2007. MACHADO, Marina Marcondes. O brinquedo sucata e a criança: a importância do brincar, atividades e materiais . São

	Paulo: Edições Loyola, 2007. MAISONNETTE, Roger. A utilização dos recursos informatizados a partir de uma relação inventiva com a máquina: a robótica educativa. In: Proinfo - Programa Nacional de Informática na Educação. Paraná, 2002.		
FILMOGRAFIA	Artificial Intelligence: AI (Original, 2001). Direção: Stiven Spielberg. Elenco: Jude Law, Haley Joel Osment, Adam Alexi-Malle, 146 min. Eu, Robô - I Robot (Original, 2004). Direção: Alex Proyas. Elenco: Will Smith, Aaron Douglas, Aaron Joseph, Adrian Ricard e Alan Tudyk. 114min.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: GESTÃO EDUCACIONAL

EMENTA	Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Estudo e análise crítica da gestão escolar. Estágio Curricular Supervisionado em gestão escolar. Coordenação da elaboração, implantação, execução e avaliação do PPP.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo: Loyola, 2001. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola. 17.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ALVES, Nilda. Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola. São Paulo: Cortez, 2006. FORTUNA, Maria Lúcia A. Gestão escolar e subjetividade. São Paulo. Intertexto, 2000. OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2005. SANTOS, Clóvis Roberto. O gestor educacional de uma escola em mudança. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002. VASCONCELOS. C. dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2008.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Organização, Estrutura e Funcionamento da Educação Políticas Públicas e Gestão da Educação Planejamento e Organização do Trabalho Pedagógico Práticas Pedagógicas Integrativas I, II, III, IV e V		

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EMENTA	Fundamentos filosófico-jurídicos dos Direitos Humanos. Direitos humanos e cidadania na construção das lutas sociais e na constituição de novos sujeitos de direito. Configuração dos Direitos Humanos na contemporaneidade. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. A relação entre educação, direitos humanos e formação para a cidadania. O Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Sociedade, violência e educação para a cidadania e a construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CANDAUI, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas. São Paulo: DP et Alii, 2008. GUSMÃO, Neusa et al. Diversidade, cultura e educação. São Paulo: Biruta, 2009. SCHILLING, F. (Org.). Direitos Humanos e Educação: Outras Palavras, Outras Práticas; São Paulo: Cortez, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BEDIN, Gilmar Antonio. Os direitos do homem e o neoliberalismo. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. CANDAUI, V. M. F.; SACAVINO, S. Educar em Direitos Humanos Construir Democracia; Rio de Janeiro: Vozes: Vozes, 2000. SACAVINO, Susana B. Democracia e Educação em Direitos Humanos na América Latina. São Paulo: DP et Alii, 2009. SOUSA JR, José Geraldo de et al. Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004. STREY, Marlene (Org.). Gênero e Cultura: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPURS, 2004.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
EMENTA	Base Nacional para a Educação de Jovens e Adultos. Especificidades das práticas educativas com jovens e adultos. Cultura e cotidiano escolar. Planejamento e avaliação na Educação de Jovens e Adultos. Identidades dos sujeitos na escola: classe social, gênero, sexualidade e etnia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2003. LIMA, Regina Célia et al. (Orgs.). Dia a dia do professor: EJA – Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: FAPI, 2005. MOURA, T. M. de M. (Org.). A formação de professores para a EJA: dilemas atuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.		

	PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos . 16.ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Base Nacional: Educação de Jovens e Adultos . Brasília, DF: MEC; SECAD, 2008. BUSATO, Zelir S. Avaliação nas práticas de ensino e estágios: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente . Porto Alegre: Mediação, 2005. IRELAND, Timothy (Org.). Educação de Jovens e Adultos uma memória contemporânea: 1996-2004 . Brasília: UNESCO; MEC, 2004. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena Lima. Estágio e Docência . Coleção Docência em Formação. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Série Saberes Pedagógicos). TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . Petrópolis: Vozes, 2002.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Didática I Didática II Educação Popular e Pedagogia Social no Brasil Educação de Jovens e Adultos (EJA) Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Português Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Matemática Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Ciências Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de Geografia Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino de História Práticas Pedagógicas Integrativas I, II, III, IV, V e VI		

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) I	
EMENTA	Projeto de pesquisa em educação: o que é e como se faz? Tipos de Pesquisa. Elementos constituintes do projeto de pesquisa. Aspectos éticos na pesquisa em educação. Técnicas de coleta e análise de dados. Métodos quantitativos e qualitativos. Redação científica. Normas da ABNT.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002. SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. (Org.). Pesquisa Educacional: Quantidade-qualidade . 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época, 42). THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação . São Paulo: Cortez, 1994. VIANNA, Heraldo Marelim. Pesquisa em Educação: a observação . Brasília: Plano Editora, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ANDRÉ, Marli. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . Campinas, SP: Papirus, 2001.

	<p>COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) Caminhos Investigativos: Novos olhares da pesquisa em educação. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à Pesquisa Científica. 3.ed. Campinas/S.P: Editora Alínea, 2003.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Metodologia da Pesquisa em Educação		

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS	
EMENTA	Formação dos sistemas de avaliação da aprendizagem. A gestão da avaliação escolar no Brasil: concepções e técnicas. Sistemas de avaliação e políticas educacionais: avaliação de impacto de políticas educacionais e políticas de responsabilização. Impacto dos sistemas de avaliação sobre práticas escolares. Políticas educacionais internacionais e avaliação (PISA). Políticas educacionais nacionais de avaliação. A avaliação institucional. Avaliação das condições de ensino. Sistemática de exames e avaliações na educação básica e educação superior: ANA, SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, ENEM e ENADE. Monitoramento da qualidade da educação infantil e do Ensino Fundamental.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ARAÚJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo. Avaliação da educação básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: INEP, 2005.</p> <p>BROOKE, N. (Org.). Marcos históricos na reforma da educação. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.</p> <p>DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SOUZA, A. M. (Org.). Dimensões da Avaliação Educacional. Petrópolis: Vozes, 2005.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRASIL. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília: INEP, 2011.</p> <p>_____. Monitoramento do uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13119-relatorio-versao-internet-final-pdf-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 out. 2016.</p> <p>BONAMINO, A. C. Tempos de avaliação educacional: O SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.</p> <p>BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Org.). Pesquisa em Eficácia Escolar: Origem e Trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.</p> <p>DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: Políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.</p>

	<p>MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Orgs.). Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. Petrópolis, RJ. Vozes, 2006.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	Organização, Estrutura e Funcionamento da Educação Políticas Públicas e Gestão da Educação		

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	
EMENTA	Meio ambiente e natureza: debates históricos e epistemológicos. Dimensões históricas, econômicas, sociais e políticas da crise socioambiental contemporânea. Processos produtivos e sustentabilidade. Socioambientalismo. O meio ambiente na política pública brasileira. Vertentes contemporâneas em Educação Ambiental. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação. Impacto ambiental. Participação das organizações da sociedade civil na implementação das políticas públicas. A problemática ambiental no Semiárido: potencialidades e limitações. A abordagem interdisciplinar sobre meio ambiente e sustentabilidade nos componentes curriculares na educação básica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>CARVALHO, I. C. De M. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>LOUREIRO, C. F. B. et al. Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria C. F. (Ed.). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005.</p> <p>SACHS, I. Desenvolvimento Inclusivo, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro. SEBRAE, 2004.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>AGUIAR, Roberto A. R. Direito Ambiental e participação popular. Brasília, IBAMA, 1996. (Coleção Meio Ambiente - Série Estudos Educação Ambiental, 2).</p> <p>BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.</p> <p>LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. Direito ambiental na sociedade de risco. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.</p> <p>LOUREIRO, Carlos F. B. et al (Orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MARTÍNEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, F. S. et al. O estudo do semi-árido no contexto da sala de aula: desafios da educação ambiental. In: I Jornada Nacional da Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, 2006.</p>

CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

LITERATURA E EDUCAÇÃO			
EMENTA	Literatura, educação e sociedade. Literatura e tradição oral: a arte de contar histórias. Literatura infantil e juvenil: a formação do leitor, contextos de produção, recepção e consumo. Literatura e ensino: alternativas metodológicas. Resgate da memória teórica sobre literatura e gêneros literários com vistas a melhor avaliação e compreensão das práticas atuais e passadas de produção textual. Prática de leitura e interpretação de textos de e sobre literatura, com vistas também à formação do futuro docente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	GONÇALVES FILHO, A. Educação e Literatura . 2000. Rio de Janeiro: DP&A. MAGNANI, Maria do Rosário. Leitura, literatura e escola : sobre a formação do gosto. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. ZILBERMAN, Regina, Como e por que ler a literatura infantil brasileira . São Paulo: Objetiva, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil : gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e de estética : a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2010. CHARTIER, Roger. Cultura escrita, literatura e história . Trad. de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2001. EVANGELISTA, Aracy; BRANDÃO, Heliana; MACHADO, Maria Zélia (Org.). A Escolarização da leitura literária : o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. OLINTO, Heidrun Krieger; SCHOLLHAMMER, Karl Erik (Orgs.). Literatura e mídia . Rio de Janeiro: EDIPUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. PINHO, Adeitalo Manoel. Perfeitas memórias : literatura, experiência e invenção. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V: ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES	
EMENTA	A prática pedagógica e trabalho do pedagogo em diferentes espaços não-escolares: ONG's, Movimentos Sociais, Hospitais, Abrigos de Idosos, Empresas e Sistema Prisional. Gestão pedagógica em espaços não-escolares. Planejamento e execução de atividades práticas pedagógicas supervisionadas nos diferentes contextos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	ALONSO, Myrtes et al. O trabalho docente : teoria & prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra . São Paulo: Expressão Popular, 2004.

	<p>GONH, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGGIATI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis: Vozes, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). Diretrizes Nacionais: Educação em Prisões. Brasília: OEI, 2010.</p> <p>FERNANDES, Renata Sieiro. Entre nós o Sol: relações entre infância, cultura, imaginário e lúdico na educação não-formal. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.</p> <p>GOHN, Maria da Glória. Educação Não-formal e Cultura Política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 2008.</p> <p>SILVA, Jefferson I. da. Formação Política do Educador e Educação Política. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 48).</p> <p>ZUCCHETTI, D. T. Jovens: a educação, o trabalho e o cuidado como éticas de ser e estar no mundo. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2003.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	<p>Didática I Didática II Educação Popular e Pedagogia Social no Brasil Ação Educativa em Espaços Não-Escolares Práticas Pedagógicas Integrativas I, II, III, IV, V, VI e VII</p>		

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

EMENTA	<p>A educação profissional e a LDB. Organização e desenvolvimento curricular. Formação humana integral. Instituições de educação profissional (técnico de nível médio, qualificação e especialização profissional). Redes nacionais de educação profissional (SENAI e SENAC) e a formação do trabalhador. Trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O PROEJA.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 17.ed. atual. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>ZUCCHETTI, D. T. Jovens: a educação, o trabalho e o cuidado como éticas de ser e estar no mundo. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2003.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRASIL. Documento Base. Programa Nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. 2007.</p>

	<p>_____. Resolução CNE nº 6, de setembro de 2012: define as Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio. Brasília, DF, 2012.</p> <p>SANTOS, E. H. Metodologia para a Construção de uma Política de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2004</p> <p>SILVA, Jefferson I. da. Formação Política do Educador e Educação Política. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 48).</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis, RJ. Editoras Vozes, 2002.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	<p>Didática I</p> <p>Didática II</p> <p>Práticas Pedagógicas Integrativas I, II, III, IV, V, VI e VII</p>		

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) II			
EMENTA	Estruturação do trabalho de conclusão de curso (TCC). Execução do projeto de pesquisa. Elaboração, organização e redação final do TCC (conforme Normas da ABNT), sob orientação de docente do curso. Revisão e apresentação pública do TCC.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>MEKSENAS, Paulo. Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2003.</p> <p>VIANNA, Heraldo Marelím. Pesquisa em Educação: a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa Social: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. (Org.). Pesquisa Educacional: Quantidade-qualidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época, 42).</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1994.</p>		
OBSERVAÇÃO	Cada TCC terá sua bibliografia específica a partir das temáticas trabalhadas nas pesquisas dos(as) licenciandos(as). A indicação das bibliografias acontecerá no processo de orientação e diálogo com os(as) professores(as) orientadores(as).		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	<p>Metodologia da Pesquisa em Educação</p> <p>TCC I</p> <p>Estatística Aplicada à Educação</p>		

8.2.2 Componentes Curriculares Optativos

A carga horária mínima de componentes curriculares optativos exigidos para o curso que contribuem para a formação complementar é de 180 horas, enquanto que para a participação em atividades complementares (extensão e pesquisa) é de 120 horas, sendo estas últimas regidas pela Resolução CONSEPE/Ufersa nº 01/2008, de 17 de abril de 2008. Todavia, quanto a este PPC, importante considerar o constante no Núcleo de Estudos Integradores (NEI).

Cabe-nos acrescentar que o enfoque dado a oferta de componentes curriculares que contribuem para a formação do educador para atuar na EJA agrega conhecimentos da Pedagogia Social em função da sua atuação em contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares que envolvem pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social; violência e exploração física e psicológica; preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais; segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; pessoas submetidas às atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto (adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais).

Além do mais, o(a) educador(a) social pode elaborar projetos e programas educativos destinados à população carcerária; pessoas com necessidades especiais; enfrentamento à dependência de drogas; atividades sócio educativas para terceira idade; promoção da educação ambiental; promoção da cidadania; promoção da arte-educação; difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira; centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos; entidades recreativas, de esporte e lazer.

Em função das poucas ações relativas a uma formação adequada do(a) profissional que atua(rá) na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), pensamos também tecer um curso de Pedagogia que trabalhe conhecimentos filosóficos, históricos, sociológicos, culturais, metodológicos e didáticos para atuar com autonomia no ensino e na pesquisa nos diferentes espaços de formação dos sujeitos da EJA. Isto porque conforme aponta Gadotti (2014, p.17):

É uma humilhação para um adulto ter que estudar como se fosse uma criança, renunciando a tudo o que a vida lhe ensinou. É preciso respeitar o aluno adulto, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância de sua biografia, da sua história de vida. Os jovens e adultos alfabetizados já foram desrespeitados uma vez quando tiveram seu direito à Educação negado. Não podem, ao retomar seu processo educacional, ser (sic) humilhados, mais uma vez, por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura.

Considerada as especificidades dos sujeitos da EJA, incorporamos a este PPC, componentes curriculares que favoreçam à formação de um pedagogo que atenda às demandas de atuação nessa modalidade de ensino, conforme representação gráfica a seguir.

Área de Aprofundamento	Componentes Curriculares	Carga Horária	Créditos
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Processos de Aquisição da Matemática na EJA	60	4
	Legislação, Políticas e Diretrizes para a EJA	30	2
	Educação do Campo	60	4
	Relações Étnico-raciais e Cultura Afro-brasileira	30	2
	Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Cidadania	60	4
	Gênero, Sexualidade e Educação	30	2
	Inclusão Digital e EJA	30	2

Por último, os componentes curriculares que integram a área de aprofundamento, faz-se necessário pois compreendemos que convivemos em um contexto multiétnico e pluricultural como o brasileiro. Logo, é necessário que haja um esforço de preparar um pedagogo que atue enquanto agente transformador na sociedade, por isso também, a diversidade é uma temática transversal.

8.2.3 Ementas dos Componentes Curriculares Optativos

POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA	
EMENTA	Histórico dos Movimentos Sociais da América Latina e no Brasil. Movimentos Sociais como <i>lócus</i> educativo da Pedagogia da Alternância. A importância da organização coletiva dos movimentos sociais. Políticas públicas e os movimentos sociais nos dias atuais. Movimentos sociais e a luta pela cidadania das minorias. A Pedagogia da Terra. Organizações Não-Governamentais e o Estado.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra . 4.ed. São Paulo: Peirópolis, 2005. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho . 3.ed. São

	Paulo: Cortez; Buenos Aires, 2002. GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos Movimentos Sociais . São Paulo, Cortez, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	FIOREZE, C.; MARCON, T. (Orgs.). O popular e a educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento . Ijuí-RS, UNIJUI, 2009. GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica . São Paulo: Cortez, 2007. . Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneos . 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. GIMONET, J. C. Praticar e compreender a pedagogia da alternância . Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. (Org.). Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas . Brasília: UNESCO; SEAAAL; MEC, 2006. (Coleção Educação Para Todos). TALHER NACIONAL. Educação cidadã: novos atores, nova sociedade . Programa Fome Zero/ Setor de Mobilização Social: Brasília, junho de 2004. (Caderno de Estudos, 2).		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

INCLUSÃO DIGITAL E EJA	
EMENTA	Cibercultura e Redes Sociais: tendências e debates. Políticas Públicas de Inclusão Sociodigital. Inclusão Digital e Acessibilidade. A exclusão digital de jovens, adultos e idosos no semiárido. Tecnologias Digitais e Aprendizagem na EJA. Letramento digital e inclusão social. Desafios da EJA: o uso do computador como ferramenta de aprendizagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	CASTELS, Manuel. A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, Negócios e a Sociedade . Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. LÉVY, Pierre. Cibercultura . São Paulo: Editora 34 Ltda, 2010. KACHAR, Vitória. Terceira Idade Informática: aprender revelando potencialidades . São Paulo: Cortez, 2003. PFROMM NETO, Samuel. Telas que ensinam: Mídia e aprendizagem - do cinema ao computador . Campinas, SP: Alínea Editora, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	AUN, Marta Pinheiro, MOURA, Maria Aparecida. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas. In: AUN, M. P. (Coord.) Observatório da Inclusão Digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão . Belo Horizonte: Orion, 2007. CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. Ciência da Informação , Brasília, v.32, n. 3, p.28-37, set./dez.2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf >.

	<p>Acesso em: 08 ago. 2011.</p> <p>DI PIERRO, Maria Cara. Educação de jovens e adultos na América latina e caribe: trajetória recente. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n.134, maio/ago. 2008.</p> <p>IRELAND, Timothy D.; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Vera Esther J. da Costa. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In: KERR PINHEIRO, M. M. Observatório da inclusão digital: Descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas. Anais... VIII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador, 2007.</p> <p>KACHAR, Vitória. Terceira Idade Informática: aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.</p>		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	
EMENTA	<p>A historicidade do conceito de gênero e o uso no ensino e na pesquisa histórica. Os rumos da História das Mulheres e das Relações de Gênero na historiografia contemporânea. Relações vigentes nas escolas em busca de uma perspectiva "inclusiva" que aborde as questões de gênero, classe, etnia/raça e geração. Estudo das diversidades e singularidades dos grupos humanos e das minorias, enquanto processos, práticas e valores. Apropriação dos conceitos de sexualidade. Compreensão das categorias identidade de gênero e orientação sexual. Apropriação cultural da diferença sexual e da importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades de gênero. Análise das relações de gênero e trabalho. Gênero e cotidiano escolar.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ALVARENGA, L. F. C.; IGNA, M. C. D. Corpo e sexualidade na escola: as possibilidades estão esgotadas? In: MEYER, D.; SOARES, R. (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.</p> <p>HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO; MEC, Anped, 2005. (Coleção Educação para Todos).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L. B. Juventude e Sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004.</p> <p>DEL PRIORE, Mary. (Org.) História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.</p> <p>FELIPE, Jane. Sexualidade nos livros infantis: relações de gênero e outras implicações. In: MEYER, Dagmar (Org.). Saúde e sexualidade na escola. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>LOURO, Guacira L. Gênero, Sexualidade e Educação. Rio de</p>

	<p>Janeiro: Vozes, 2001.</p> <p>SILVA, Regina Célia Pinheiro; MEGID NETO, Jorge. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na Escola: o que mostram as pesquisas. Ciência e Educação. Baurú, 2006.</p> <p>SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. v.20, n. 2, Porto Alegre: Pannonica, 1995.</p>		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		
EDUCAÇÃO DO CAMPO			
EMENTA	<p>Fundamentos e princípios da Educação do Campo. Histórico da educação do campo. Abordagens teórico-metodológicas da Educação do Campo. Relação entre educação rural e educação do campo. A relação rural-urbano ou urbano-rural. Concepções de campo, das territorialidades, dos sujeitos que vivem no e do campo. Contradições, tensões e conflitos no desenvolvimento das políticas públicas para o campo. A interface entre a Educação do Campo e a EJA: programas e projetos. As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo. A Educação do Campo no contexto do semiárido. Alternativas pedagógicas para contextos da diversidade de culturas, de meio-ambiente, de geração de trabalho e renda para o campo. O currículo, o espaço e o tempo nas escolas do campo. Cotidiano, didática e relações socioculturais das escolas do campo. Os movimentos sociais do campo e a Pedagogia da Alternância.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ARROYO, Miguel Gonzaley; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis. RJ: Vozes, 2004.</p> <p>BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro; BAPTISTA, Naidison de Quintella (Orgs.). Educação rural: sustentabilidade do campo. Feira de Santana, BA: MOC; UFES: (Pernambuco): SERTA, 2003</p> <p>MATTOS, Beatriz; KUSTER, Angela (Orgs.). Educação no contexto do semi-árido brasileiro. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Complementares da Educação Básica para as Escolas do Campo. Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008. Brasília, DF: CNE/CEB, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2014.</p> <p>ANDRADE, Márcia et al. (Org.). Educação na reforma agrária. Brasília: PRONERA, 2004.</p> <p>ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica no Campo, 2).</p> <p>SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia M. S. (Orgs.). Memória e História do PRONERA:</p>		

	<p>Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília, DF: MDA; INCRA, 2011.</p> <p>KÜSTER, Ângela et al (Orgs.). Tecnologias apropriadas para Terras Secas: manejo sustentável de recursos naturais em regiões Semi-Áridas no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Konrad Adenauer/GTZ, 2006.</p> <p>JEZINE, Edineide et al. (Orgs.). Educação popular e movimentos sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada. João Pessoa: UFPB, 2008.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DA MATEMÁTICA NA EJA

EMENTA	Fundamentos teóricos da educação matemática na EJA. A linguagem matemática na EJA. Especificidades do ensino de Matemática para Jovens e Adultos. O Educador e a Alfabetização Matemática na Educação de Jovens e Adultos. Conceito de numeramento e sua relação com a matemática escolar. Matemática e realidade. Etnomatemática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>FONSECA, Maria da Conceição F. Reis (Org.). Letramento no Brasil: Habilidades Matemáticas. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004.</p> <p>MELO, Maria José Dantas de; PASSEG, Conceição. A matemática na educação de jovens e adultos: algumas reflexões. NATAL: EDUF, 2006.</p> <p>TOLEDO, Maria Elena R. O. Numeramento e Escolarização: o papel da escola no enfrentamento das demandas matemáticas cotidianas. In:</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>D'AMBRÓSIO, U. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (Coleção Tendências em Educação Matemática).</p> <p>FONSECA, M. C. Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>KNIJNIK, G. Educação Matemática, culturas e conhecimento na luta pela terra. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul -- EDUNISC, 2006.</p> <p>MOLLICA, Maria Cecília. LEAL, Marisa. A Matemática e o Português na alfabetização de Jovens e Adultos. São Paulo: Artes Médicas, 2008.</p> <p>MIGUEL, A.; VILELA, D. S. Práticas escolares de mobilização de cultura matemática. Cadernos do CEDES, Campinas, UNICAMP, v. 28, p. 97-120, 2008.</p>		
CARGA HORÁRIA	60 Horas	CRÉDITOS	04
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA A EJA			
EMENTA	Leis, Decretos, Portarias e Resolução em vigor pertinentes a EJA. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Políticas educacionais relativas à EJA no Brasil. A EJA no FUNDEB. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. Agenda Territorial. As contribuições dos Fórum-EJA e das CONFINTEAS para EJA. Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade: realidade, avanços e perspectivas. Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ANDRADE, Eliane, Ribeiro; BRENNER, Ana Karina; FARAH NETO, Miguel. Contribuições do Brasil no âmbito da iniciativa de alfabetização para o empoderamento. (LIFE – Literacy Initiative for Empowerment). Brasília: UNESCO, 2011.</p> <p>ELIAS, Roberto João. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>NÓVOA, Antônio. Complexidade e diversidade da educação de adultos. In: CANÁRIO, Rui. Educação de Adultos: um campo e uma problemática. Lisboa: ANEFA, 2003.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRASIL, Ministério da Educação. Caderno Temático nº 1: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: alunos e alunas de EJA. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/ME, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/files/eja_caderno1.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2014.</p> <p>_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA). Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.</p> <p>BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA. Educação Profissional Técnica de nível Médio/ Ensino Médio. Documento Base. Brasília/DF: MEC; SF; SEPT 2007.</p> <p>CONFINTEA V – Declaração de Hamburgo: Agenda para o futuro. Hamburgo/Alemanha: UNESCO, 1999.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61566.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2014.</p>		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CULTURA AFRO-BRASILEIRA			
EMENTA	Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Lei nº 10.639/2003.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios das comunidades quilombolas no Brasil: segunda configuração espacial. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.</p> <p>KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.</p> <p>SOUZA A. L. S.; CROSO, Camila (Orgs.). Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para implementação da Lei 10.639/2003. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC-SECAD/SEPP/INEP, 2005.</p> <p>BANDEIRA, Maria de Lourdes. Antropologia. Diversidade e Educação. Fascículos 3º e 4º, 2º ed. rev. Cuiabá, EDUFMT, 2000.</p> <p>GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.</p> <p>LODY, Raul Giovanni da Mota. Atlas afro-brasileiro: cultura popular. Salvador: Edições Maianga, 2006.</p> <p>MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura africana e afrobrasileira. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.</p>		
CARGA HORÁRIA	30 Horas	CRÉDITOS	02
PRÉ-REQUISITO(S)	-		

8.2.4 Componentes Curriculares Eletivos

A flexibilidade curricular será garantida pelos componentes curriculares eletivos e pelas Atividades Complementares. O(a) licenciando(a), em função da sua área de interesse (Educação Infantil, EJA, Gestão Educacional, Educação Especial, dentre outras), complementarará sua formação por meio dos componentes ofertados nos demais cursos de graduação da instituição. A essência desses componentes busca proporcionar ao(a) licenciando(a) a autonomia relativa em gerir sua própria formação.

8.2.5 Atividades Complementares na Ufersa

As Atividades Complementares (ACs) dos Cursos de Graduação são componentes curriculares que possibilitam por avaliação o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitude do estudante, inclusive fora do ambiente acadêmico. As Atividades Complementares se constituem componentes enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confunda com o estágio supervisionado. (UFERSA, 2008)

As AC's são compostas por um conjunto de atividades extracurriculares, complementares ao currículo dos Cursos da UFERSA, compostas pelas seguintes atividades: a) publicação de artigos científicos, capítulos de livro e de artigos de divulgação; b) apresentação de comunicações científicas em Congressos, Simpósio, Encontros e Workshops; c) atividades de extensão (projetos e programas) e participação efetiva como voluntário em projetos de inclusão social desde que orientados por docente da UFERSA; d) monitorias em componentes curriculares pertencentes ao currículo de cursos da UFERSA; e) estágios na IFES ou extracurriculares desenvolvidos com base em convênios ou parcerias firmados pela UFERSA; f) participação como ouvinte em eventos extracurriculares diversos como seminários, simpósios, congressos e conferências; g) participação em cursos extracurriculares relacionados com o curso matriculado pelo estudante; h) experiência de representação acadêmica ou participação em diretoria eleita do Centro Acadêmico (CA) de Cursos da UFERSA; i) matrícula e aprovação em componentes optativos do currículo acadêmico; j) realização de exposições de artes plásticas, publicação de livros de literatura e outras atividades artísticas; l) participação efetiva em grupos de estudos coordenados por docentes da UFERSA; m) apresentação de palestras e seminários em eventos científicos e de extensão; n) atividades desenvolvidas como bolsista no âmbito da UFERSA; o) participação em comissão responsável pela realização de eleição no âmbito da UFERSA; p) as deliberações relacionadas às atividades complementares serão realizadas pelo Colegiado do Curso.

As Coordenações de Cursos serão responsáveis pela implementação, acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares. Cabe ainda à coordenação, efetuar o registro, o acompanhamento e a avaliação das Atividades Complementares. A critério das Coordenações de Cursos, e dependendo da natureza das Atividades Complementares, serão designados professores orientadores.

As Atividades Complementares são parte obrigatória da matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia e serão constituídas por um conjunto de experiências pedagógicas com o objetivo de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, por meio da participação

do(a) estudante(a) em atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo; atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

As Atividades Complementares (AC's) gerais correspondem àquelas que têm por finalidade contribuir com a formação integral do(a) estudante, e podem ser escolhidas a partir das orientações e proposições sugeridas pelo Colegiado de Curso durante o percurso de formação, conforme demonstraremos a seguir.

Na Ufersa, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), em sua 2ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de abril de 2008, considerando as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada Curso de Graduação e pela Lei 9.394/96, que em seu artigo 3º ressalta a “valorização da experiência extraescolar” como um dos princípios em que o ensino será ministrado; considerando a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, por meio da Resolução CONSEPE/Ufersa nº 01/2008, de 17 de abril de 2008, dispôs sobre as Atividades Complementares nos cursos de graduação da Ufersa, com o objetivo de promover a qualidade de ensino de graduação estreitamente ligadas às atividades de pesquisa e extensão.

8.3 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO NA UFRSA

8.3.1 Ações de Extensão

Desde o início do curso, o processo de formação primará pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Posto que, entendemos que o ensino precisa da pesquisa para aprimorá-lo e inová-lo, como também para reafirmá-lo e redefini-lo sempre que necessário ao seu corpo epistemológico evitando assim a estagnação. O ensino também necessita da extensão para que, por meio do diálogo, seus conhecimentos sejam ampliados numa relação que proporcione a transformação da realidade de forma consciente. Considerando esse pressuposto, ao longo da formação, os(as) licenciandos(as) serão confrontados com oportunidades de participarem de projetos de pesquisa e extensão com vistas, a partir do diálogo, à transformação da realidade social em que estão inseridos.

Além da extensão está inserida neste PPC como componente curricular, no âmbito da Ufersa, as ações de extensão podem ser desenvolvidas da seguinte forma:

- a) **Programa:** é concebido como um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integradas a atividades de pesquisa e de ensino, em geral configurado pela interdisciplinaridade. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazos;
- b) **Projeto:** é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, desenvolvido a curto e médio prazos, geralmente não vinculado a um programa;
- c) **Curso de Extensão:** são ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presenciais ou a distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e critérios de avaliação definidos;
- d) **Evento:** compreendem as ações que implicam na apresentação, discussão e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade;
- e) **Prestação de Serviços:** é a realização de trabalho oferecido pela instituição ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc) e que se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/ produto e não resulta na posse de um bem. A prestação de serviços deve ser percebida como uma ação institucional, comprometida com o projeto político acadêmico da universidade e com a realidade social, inserida numa proposta pedagógica que a integra ao processo educativo, sendo desenvolvida com competência técnico-científica.

No ano de 2012, a Ufersa teve o seu primeiro Programa Institucional de Extensão aprovado pela Resolução CONSUNI/Ufersa nº 002/2012, de 22 de março de 2012. Somente em 2013 foi lançado o primeiro edital interno de apoio a projetos de extensão (Edital PROEC nº 02/2013). Anteriormente o financiamento da extensão ficava condicionado à concorrência de editais.

Na Ufersa ainda existe o estímulo as iniciativas dos(as) estudantes em empreenderem um negócio por meio de duas incubadoras: a Incubadora do Agronegócio de Mossoró

(IAGRAM)³, no campus de Mossoró e a Incubadora de Empresas do Agronegócio da Caprinovinocultura do Sertão do Cabugi (INEAGRO CABUGI)⁴, no Campus de Angicos.

8.3.2 Monitoria

A Resolução CONSUNI/Ufersa nº 003/2013, de 15 de maio de 2013, instituiu o Programa de Monitoria da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), definindo-a como uma ação institucional direcionada à melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação.

A monitoria tem o compromisso de desenvolver a autonomia e a formação integral dos(as) estudantes, incentivar a interação entre seus pares e os professores, além de propiciar apoio aos graduandos matriculados nos cursos de graduação. Na Ufersa, essa atividade busca estimular no(a) estudante monitor o senso de responsabilidade, de cooperação, a satisfação em ampliar conhecimentos e o empenho nas atividades acadêmicas. A prática da monitoria representa uma oportunidade para os(as) estudantes compreenderem a importância da ética, da constante atualização e do empreendimento na própria formação, seja como um futuro profissional docente ou como pesquisador.

A monitoria na Ufersa é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que assessorada pelas equipes pedagógicas dos campi (acompanhamento e orientação didático-pedagógica), realiza a distribuição de bolsas. A cada semestre são selecionados, por meio de seleção interna específica, via edital (prova escrita e didática), os(as) estudantes que irão desenvolver as atividades de monitoria. Estas são dimensionadas

³ A IAGRAM é uma incubadora de empresas no setor do agronegócio que abriga microempresas, associações e cooperativas ligadas ao agronegócio, que queiram agregar valor aos seus processos administrativos e produtivos através de ações formativas em gestão e inovação tecnológica. Concebida pela Fundação Guimarães Duque e suas parcerias estratégicas, é uma iniciativa pioneira na região do semiárido nordestino na área do agronegócio e faz parte de um conjunto de ações estratégicas para consolidar o Pólo de Desenvolvimento Integrado do Estado.

⁴ A Incubadora de Empresas do Agronegócio da Caprinovinocultura do Sertão do Cabugi - INEAGRO CABUGI foi criada no ano de 2005 com apoio do Programa SEBRAE RN de Incubadora de Empresas tendo como mantenedora a Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Sertão do Cabugi – ACOSC, com sede na cidade de Lajes – RN. Com a chegada de Universidade Federal Rural do Semi-Árido à cidade de Angicos, município situado na principal região de atuação da incubadora, e tendo em vista as dificuldades operacionais enfrentadas por ela, principalmente no que se refere à constituição de uma equipe gestora, foi iniciado no ano de 2010 a transferência do programa da ACOSC para a Ufersa, passando a INEAGRO CABUGI a denominar-se Incubadora Tecnológica e Multissetorial do Sertão do Cabugi e instalar-se no Campus da Ufersa em Angicos. No ano de 2011 a INEAGRO CABUGI foi efetivamente transferida de mantenedora, implantada em novo endereço, fazendo-se necessária a capacitação de uma nova equipe gestora para sua operacionalização. Assim, no mesmo ano foi iniciado o processo de capacitação, realizada já sob a perspectiva de que sua operacionalização se dê conforme o modelo CERNE. Diante do contexto acima apresentado, é possível identificar a relevância desse projeto para o presente e para o futuro da incubadora nucleada (apadrinhada) INEAGRO CABUGI, que tem como Incubadora Nucleadora (madrinha) a Incubadora do Agronegócio de Mossoró – IAGRAM, também mantida pela Ufersa e sediada no Campus Central da Ufersa, na cidade de Mossoró.

pelos docentes de cada componente curricular, sendo acompanhadas por meio de relatórios e avaliações periódicas. O(a) monitor(a) auxilia os(as) demais estudantes do componente curricular, levantando e diagnosticando dúvidas acerca dos conteúdos e exercícios (teórico-práticos). A monitoria acadêmica é um projeto de apoio estudantil, que favorece a permanência do(a) estudante, e por isso os(as) estudantes monitores(as) recebem auxílio financeiro pelo desenvolvimento dessas atividades. Entretanto, a ênfase dada à monitoria acadêmica está focada no processo de desenvolvimento de conhecimento e maturidade profissional dos(as) estudantes, permitindo-lhes desenvolver ações que possibilitem a ampliação de seus conhecimentos.

8.3.3 Iniciação Científica

A Iniciação Científica (IC) é uma modalidade de atividade de pesquisa na Ufersa na qual os(as) estudantes da graduação são iniciados estimulados a participar em projetos de pesquisa desenvolvidos na universidade. Essa atividade tem impacto na formação do(a) estudante ampliando seus conhecimentos e preparando-o para docência e pós-graduação. Na Ufersa a iniciação científica é financiada através do CNPq (modalidade PIBIC) com quotas institucionais e individuais (balcão) e ainda através de recursos do orçamento da Ufersa (modalidade PICI).

Considerando que ensino e pesquisa são indissociáveis, a Universidade acredita que o(a) licenciando(a) não deve passar o tempo todo em sala de aula e sim buscar o aprendizado com outras ferramentas. A IC é uma ferramenta de apoio teórico-metodológica à execução do projeto pedagógico da Licenciatura em Pedagogia, sendo assim um importante instrumento de formação.

8.3.4 Programa de Iniciação à Docência - Pibid

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid, tem como base legal a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 11.273/2006 e o Decreto nº 7.219/2010. Sob a tutela da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira.

Os projetos apoiados no âmbito do Pibid são propostos por instituições de ensino superior (IES) e desenvolvidos por estudantes de cursos de licenciaturas sob supervisão de professores de educação básica e orientação de professores das IES (coordenadores de área). O programa concede bolsas aos integrantes do projeto (coordenador institucional, coordenador de área, supervisor e estudantes de licenciatura), bem como o repasse de recursos financeiros para custear suas atividades.

Conforme Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016, da Capes, são objetivos do Pibid:

- I. incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II. contribuir para a valorização do magistério;
- III. elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV. inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem;
- V. incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- VI. contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;
- VII. contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar do magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.
- VIII. articular-se com os programas de formação inicial e continuada de professores da educação básica, de forma a contribuir com a criação ou com o fortalecimento de grupos de pesquisa que potencialize a produção de conhecimento sobre ensinar e aprender na Educação Básica;
- IX. comprometer-se com a melhoria da aprendizagem dos estudantes nas escolas onde os projetos institucionais são desenvolvidos. (CAPES, 2016)

Atualmente, o Pibid na Ufersa contempla somente o curso de Licenciatura em Computação e Informática, com 4 subprojetos, que desenvolvem ações em escolas públicas (municipais e estaduais) nos municípios de Angicos, Assu, Santana do Matos e Afonso Bezerra.

8.3.5 Estágio Supervisionado

Conforme preceitua a Decisão Consepe nº 22/2005, de 17 de novembro de 2005, que alterou as normas para a realização de estágio supervisionado na Ufersa, nos Cursos de

Graduação da Ufersa o estágio supervisionado constitui-se, em uma atividade acadêmica obrigatória de treinamento e qualificação profissional, de caráter integrador, que visa complementar o ensino teórico-prático, recebido no curso acadêmico. Busca proporcionar ao discente de graduação a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhe o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional.

Para que o estágio cumpra, efetivamente, esse papel, faz-se necessário, como previsto em legislação própria que a Universidade mantenha um acompanhamento próximo do que é desenvolvido nos períodos e garanta que haja impacto positivo na formação do estudante.

Isto porque, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos(as) estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de Educação Superior, na Educação Profissional, no Ensino Médio, na Educação Especial, nos anos finais do Ensino Fundamental e na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos.

Pela nova Lei de Estágio, o Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de Diploma. (BRASIL, 2013a)

Parte integrante do Projeto Pedagógico dos cursos da Ufersa e do itinerário formativo do estudante, o Estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do(a) estudante para a vida cidadã e para o trabalho nas organizações (públicas e/ou privadas) e do terceiro setor.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia, o Estágio Supervisionado (I, II, III, IV e V) é parte do processo de formação do(a) estudante integrada ao currículo, como componente curricular obrigatório, no qual favorece a interlocução entre a formação acadêmica e o mundo profissional, por meio de uma (re)aproximação contínua da Academia com a realidade social, cultural e educacional.

Conforme preceitua o inciso II da Resolução CNE nº de 1º de julho de 2015, na carga horária dos cursos de licenciatura, constarão de 400 horas, conforme já mencionado anteriormente. No Curso de Licenciatura em Pedagogia, o(a) licenciando(a) cumprirá uma carga horária de 405 horas de estágios na educação básica (educação infantil, ensino fundamental I, educação de jovens e adultos e gestão escolar), e em espaços não-escolares (ONG's, movimentos sociais, hospitais, penitenciárias, empresas), dentre outros.

Conforme preceituam as DCNs para o curso de licenciatura em Pedagogia, o estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências, a saber:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal (**ainda há atualmente no Brasil, cursos ofertados nessa modalidade**);
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica.

O Estágio Supervisionado Obrigatório deve ainda, proporcionar a oportunidade de atuação em atividades específicas de pesquisa e de levantamento de dados em escolas de educação básica e em espaços não-escolares, que garantam o conhecimento em questões educacionais, as quais deverão ser lidas à luz dos conhecimentos científicos, objetivando tratamento interdisciplinar, bem como possibilidades de gerar problemas de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Isto porque enxergamos o Estágio Supervisionado como momento propício ao lançamento de problematizações que nortearão o desenvolvimento da pesquisa, pois, além de atender a perspectiva de um investigador de sua própria prática, o(a) licenciando(a) e futuro professor(a), investigará problemas reais relacionados aos espaços escolares e não-escolares objetivando o entendimento das complexas relações.

Logo, o(a) futuro(a) pedagogo(a) assume uma postura ativa e reúne um arcabouço de conhecimentos fundamentais não só ao ato de ensinar, mas à reflexão do processo de formação humana.

A prática do Estágio Supervisionado aponta, pois, para a necessária articulação da formação inicial (graduação) com a prática profissional (em espaços escolares e não-escolares, no caso do Curso de Pedagogia), devendo constituir-se em momento de experiências importantes em que o(a) futuro(a) pedagogo(a) pode construir seu repertório de saberes teóricos e práticos necessários à atuação profissional. Isto é o que Pimenta (2010, p.15) intitula de “atividade teórica”, em que a atividade remete à ação, ressaltando o caráter indissociável entre teoria e prática que o estágio precisa assumir. Esta prática formativa deve, ainda, dar condições para que o(a) futuro(a) professor(a) entenda a docência como profissão

que se realiza em espaço e tempo específicos.

Assim sendo, o Estágio Supervisionado na formação inicial se firma como momento de construção de saberes docentes. Saberes esses que vão além dos acadêmicos e envolvem o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional da profissão, ou seja, o(a) licenciando(a), já em sua formação inicial, encara a complexidade da profissão docente.

Quando realizados dentro da Ufersa e com remuneração, a responsabilidade é da PROGEPE (<https://progepe.ufersa.edu.br/estagio/>). Já os estágios que serão realizados pelos(as) estudantes da Ufersa em outras instituições ou empresas são de responsabilidade da Prograd (<https://prograd.ufersa.edu.br/estagio-em-empresas-2/>).

8.3.6 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Na Ufersa, a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2013, de 14 de março de 2013, estabelece as normas gerais relativas aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Conforme artigo 2º da nominada resolução, o TCC é componente integrante das matrizes curriculares dos Cursos de Graduação da UFERSA, de caráter obrigatório conforme estabelecido no Projeto Pedagógico de cada curso, que tem por objetivo proporcionar aos estudantes, experiências em pesquisa ou extensão, com vistas à síntese e integração dos conhecimentos necessários ao bom desempenho profissional. (UFERSA, 2013)

O cômputo dos 8 créditos ou 120 horas em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I, composto por 60h e TCC II por 60 horas) processa-se através do cumprimento das tarefas determinadas e obtenção de aprovação em componentes curriculares a serem cursados, preferencialmente, nos dois últimos semestres.

O TCC será elaborado individualmente pelo(a) estudante, sob orientação de um(a) docente, sobre temáticas pertinentes ao curso realizado, podendo ser: monografia, relatório de estágio supervisionado, artigo científico ou memorial, formato esse que será definido pelos colegiados do curso.

Na Licenciatura em Pedagogia, os componentes curriculares TCC I e TCC II, cumprem o papel de habilitar o(a) estudante(a) em algumas competências, tais como:

- Capacidade de pesquisar e desenvolver expressão textual e oral;
- Capacidade de analisar e tratar dados quali-quantitativamente;
- Capacidade de processamento ou realização de tarefas como planejamento, execução, monitoramento e avaliação;

- Capacidade de resolução de problemas educacionais: elaboração de projetos em diálogo com a comunidade;
- Capacidade de fazer revisão bibliográfica pertinente, levantar dados e utilizá-los no desenvolvimento de uma reflexão/solução sobre o problema identificado.

Por último, o Trabalho de Conclusão de Curso poderá oportunizar aos(as) licenciandos(as) construir projetos de pesquisas e realização de investigações que considerem o aparato de saberes constituídos durante sua formação ao longo do curso, tendo como foco temáticas pertinentes às Ciências da Educação.

9 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

9.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

Reza o Regimento Geral da Ufersa, em seu Art.187, que são atribuições do(a) coordenador(a) de curso :

- I - encaminhar os processos, com pareceres e deliberações para Colegiado do curso;
- II - coordenar a orientação acadêmica dos alunos do curso;
- III - zelar pelo cumprimento das disposições legais e regimentais concernentes ao curso;
- IV - manter atualizados os dados históricos do curso referentes a alterações curriculares e programas de disciplinas;
- V - manter atualizado o banco de dados sobre os estudantes e egressos do curso, visando ao processo de avaliação;
- VI - representar o curso nas estâncias que for designado;
- VII - identificar as necessidades do curso e promover gestões para seu equacionamento;
- VIII - elaborar o calendário acadêmico e lista de oferta de disciplina para curso e submete-los ao colegiados de curso, aos Departamentos, e posteriormente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IX - emitir parecer sobre aproveitamento de disciplinas para fins de aproveitamento, ouvidos os professores das disciplinas;
- X - manter atualizados os programas das disciplinas do curso;
- XI - propor aos órgãos competentes providências para a melhoria do ensino ministrado no curso;
- XII - executar as deliberações do colegiado de curso;
- XIII - cumprir as determinações dos órgãos da administração;
- XIV - comunicar ao Reitor quaisquer irregularidades e solicitar medidas para corrigi-las;
- XV - apresentar ao Reitor relatório semestral das atividades da coordenação;
- XVI - promover a avaliação do docente junto ao corpo discente;
- XVII - promover a divulgação e inscrição dos discentes no Sistema Nacional de Avaliação do INEP;
- XVIII - exercer outras atribuições previstas em lei, no Estatuto da Ufersa e neste Regimento Geral.

Conforme podemos observar, é papel do(a) Coordenador(a) apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso. Sendo assim, a Coordenação do Curso deverá estar à disposição dos docentes e dos(as) estudantes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas, com o apoio do Conselho do Curso de Licenciatura em Pedagogia e NDE.

No que se refere à formação do(a) Coordenador(a) do Curso, este(a) deverá ser Graduado(a) no Curso de Pedagogia, com titulação mínima de Mestre(a) em Educação.

9.2 CONSELHO DE CURSO

De acordo com a Resolução Consep/Ufersa nº 08/2010, de 21 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Conselho dos Cursos de Graduação da Ufersa, versa que o Conselho de Curso é o órgão primário de função normativa, deliberativa e de planejamento acadêmico. (UFERSA, 2010)

Conforme Art. 3º da referida Resolução, cabe ao Conselho do Curso (CC): a) estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso; b) elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações; c) analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias; d) promover a interdisciplinaridade, a integração horizontal e vertical dos cursos, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica; e) fixar normas quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido pelos conselhos superiores; f) elaborar proposta do calendário acadêmico anual do curso, encaminhando para a Unidade Acadêmica, que unificará as informações; g) propor e avaliar as atividades complementares necessárias para o bom funcionamento do curso; h) emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; i) deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Conselho de Curso. (UFERSA, 2010)

Conforme podemos observar, cabe ao CC acompanhar o desenvolvimento do PPC de Licenciatura em Pedagogia, num processo permanente na busca de (re)construção das práticas e modalidades de trabalho que compõem o projeto. Cabe ao CC ainda, garantir o crescimento e a qualificação do processo de formação para a docência na área de Educação por meio de espaços permanentes de discussão e trabalho que envolve a dinâmica de desenvolvimento do Curso.

Todavia, o processo de avaliação do Curso não se restringe à dimensão do Conselho de Curso, mas consiste numa sistemática que envolve outras dimensões, a saber:

- A Pró-Reitoria de Graduação e o Colegiado de Curso organizam e implementam processos de avaliação da prática docente, processos estes que envolvem a participação de todos os(as) licenciandos(as) e docentes na identificação e análise da qualidade do trabalho. A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) produz instrumentos que são disponibilizados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da Ufersa e os resultados das avaliações permitem o (re)planejamento de ações futuras com vistas à permanente

qualificação do trabalho de formação universitária;

- A CPA realiza diagnóstico das condições das instalações físicas, equipamentos, acervos e qualidade dos espaços de trabalho da universidade e encaminha aos órgãos competentes as solicitações quando necessárias mudanças, adaptações que se colocam como necessárias no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Conforme preceitua o Artigo 2º da referida Resolução, o Conselho do Curso será composto pelo: a) Coordenador(a) do Curso, que o presidirá; b) pelo Vice-Coordenador do Curso; c) pelos representantes docentes, na proporção mínima de 1 (um) docente por eixo/área de formação, conforme Projeto Pedagógico de Curso; d) pelo representante do corpo discente.

Quanto ao mandato, o(a) Presidente e do(a) Vice-Presidente do Conselho do Curso não poderá exceder o mandato do cargo que ocupa ao ser designado para a função (coordenador/a do Curso). A representação docente será eleita pelos(as) docentes que ministram aulas no curso, para mandato de 2(dois) anos, podendo haver uma recondução consecutiva. A representação discente, composta de titular e suplente, será eleita por seus pares para mandato de 1(um) ano, podendo haver uma recondução consecutiva. A homologação do Conselho de Curso caberá à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), conforme Resolução Consepe nº 15/2015, de 15 de abril de 2015, que alterou o artigo 2º Resolução Consepe/Ufersa nº 08/2010, de 21 de outubro de 2010. (UFERSA, 2015)

Conforme pode ser observado, o Conselho de Curso consiste em um importante espaço de participação da comunidade acadêmica na gestão do curso e consecução dos objetivos pretendidos neste PPC.

9.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

A Resolução Consepe/Ufersa nº 09/2010, de 21 de outubro de 2010, que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), em seu Artigo 1º, versa que esse será formado por um grupo de docentes (indicados pelo Conselho do Curso), com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Consistem em atribuições do NDE:

- a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

b) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

c) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

d) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Acrescentamos ao exposto acima, o que versam as normas do SINAES que determina a avaliação da composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Assim sendo, o Curso de Licenciatura em Pedagogia, após iniciadas suas atividades deverá constituir seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), o qual deverá ser presidido por seu(sua) coordenador(a), que alinhado(a) à mencionada Resolução nº 09/2010 do Consepe, buscará:

- atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
- discutir e propor mecanismos interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão;
- acompanhar e propor formas de integralização das atividades complementares;
- analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- acompanhar as avaliações do corpo docente por meio da autoavaliação institucional;
- planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES;
- acompanhar e supervisionar licenciandos(as) em estágios curriculares não-obrigatórios.

Dentre os critérios adotados que o Conselho do Curso adotará para seleção dos docentes que comporão o NDE, serão priorizados: o tempo de trabalho na instituição; a maior titulação; os resultados obtidos na avaliação docente coordenada pela CPA; a carga horária em sala de aula superior a 8 horas-aula; experiência na educação básica e na educação superior, anterior à entrada na Ufersa; a capacidade de interação com o corpo discente e exercício de cargos de gestão no curso.

10 RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA FÍSICA

10.1 CORPO DOCENTE

O número de docentes efetivos do Campus de Angicos é da ordem de 71 (setenta e um). Conforme visualizamos no quadro abaixo o número daqueles(as) que possuem o perfil para atuar em todo o desenvolvimento do Curso, é limitado.

Nº	Nome	Área	Titulação	Regime de Trabalho
1	Alessandra Miranda Mendes Soares	Pedagogia	Mestra	DE
2	Akynara Aglaé Rodrigues Santos da Silva Burlamaqui	Pedagogia	Doutora	DE
3	Alex Sandro Coitinho Sant'ana	Pedagogia	Doutor	DE
4	Éder Jofre Marinho Araújo	Filosofia	Doutor	DE
5	Franselma Fernandes de Figueiredo	Letras Pedagogia	Doutora	DE
6	Magnus José Barros Gonzaga	Pedagogia	Doutor	DE
7	Rita Diana de Freitas Gurgel	Pedagogia	Doutora	DE
8	Sueldes de Araújo	Pedagogia	Doutor	DE

Para atender o que rezam as Diretrizes Curriculares Nacionais e viabilizar o pleno funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Ufersa faz-se necessária a constituição de um corpo docente composto por, pelo menos, **14(quatorze) novos docentes** que possam atuar em regime de Dedicção Exclusiva nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esta estimativa acerca do número de docentes necessário fundamenta-se em instruções normativas do Ministério da Educação, que prevê uma carga horária mínima de 8(oito) horas semanais em sala de aula. (BRASIL, 2012)

Todavia, salientamos que, além da atuação em sala de aula, os docentes do curso têm o compromisso de contribuir para o desenvolvimento das ações do Memorial Paulo Freire: Museu e Centro de Formação, uma vez que este consiste em um importante elo entre o curso e a realidade social e educacional do estado do Rio Grande do Norte, possibilitando o intercâmbio necessário entre as demandas para a formação profissional e o contexto sociocultural onde tais profissionais irão desempenhar suas atividades.

No que tange ao perfil dos docentes do curso, estes devem ter formação em Pedagogia, outras Licenciaturas e/ou áreas afins, sendo composto majoritariamente por doutores em educação e correlatas. Tal perfil visa garantir que, além da docência na graduação, o corpo docente dedique-se à implantação, em médio prazo, de um Programa de Pós-Graduação em Educação (*lato sensu* ou *stricto sensu*), solidificando, assim, as atividades de pesquisa indispensáveis à produção de conhecimento na área de Educação.

10.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Campus de Angicos conta, atualmente, com um total de 33 (trinta e três) técnico-administrativos, quadro esse que está estagnado, apesar de ter havido a ampliação do número de cursos no campus.

10.3 CORPO DISCENTE

A expectativa é que o curso de Licenciatura em Pedagogia inicie com uma turma de 50 estudantes por período, o que significa uma entrada anual de 100 licenciandos(as).

Além do programa de iniciação científica e do programa de extensão, a Ufersa possui uma política de permanência voltada a amenizar os efeitos das desigualdades sociais e econômicas no rendimento dos seus estudantes, conforme já delineado anteriormente.

Essas políticas de assistência estudantil são coordenadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). A Universidade implantou o Programa Institucional Permanência que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos(as) estudantes dos cursos de graduação presenciais da Ufersa, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais, mediante a concessão de auxílio financeiro para a alimentação, transporte, moradia, atividades didático-pedagógicas, esportivas, acadêmicas e culturais, visando à redução das taxas de evasão e de retenção. Os recursos necessários para a efetivação dessa política institucional são provenientes do PNAES, e tem contribuído para ampliar as condições de permanência dos(as) estudantes na universidade.

Tem sido relevante para o(a) estudante os benefícios concedidos por meio do programa de assistência estudantil da PROAE, visando à inclusão social e a democratização do ensino, tendo em vista que a concessão de bolsas e auxílios, além de moradia e restaurante universitário no Campus de Mossoró, tem ampliado as condições de permanência dos(as)

estudantes na Universidade como um todo, proporcionando aos mesmos, igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas. Todavia, em Angicos não há residência universitária, mas o restaurante universitário está em processo de construção, mas sem data de funcionamento definida. Também, ainda, não existe um acompanhamento integral do(a) estudante nas dimensões acadêmicas por parte da PROAE, sobretudo por não dispormos de pessoal da área pedagógica (pedagogo) no quadro dos servidores da PROAE, como também de um psicólogo para atendimento exclusivo aos(as) estudantes. Entretanto, em 2013, foi iniciado um diálogo com o setor pedagógico da PROGRAD para nos auxiliar nesse acompanhamento, especialmente para avaliar o efeito da assistência estudantil sobre o rendimento acadêmico dos(as) estudantes assistidos(as).

Dentre as atividades desenvolvidas pela PROAE estão: coordenação do programa e das ações de assistência estudantil, que compreende a concessão de bolsas e auxílios a estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica; administração da Vila Acadêmica e do Restaurante Universitário; administração do Parque Esportivo e suas atividades; atendimento odontológico; atendimento psicossocial; apoio às atividades de assistência estudantil nos *campi*; assessoramento ao reitor no cumprimento da política de assuntos comunitários e estudantis da Ufersa.

Dentre as estratégias de inclusão social e de permanência, são concedidos subsídios financeiros no campus de Angicos nas seguintes modalidades:

- **Bolsa Permanência Acadêmica** visa apoiar a formação acadêmica do discente, através de sua implementação de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, sob a orientação de um docente ou técnico-administrativo, excetuando-se a monitoria. A bolsa tem uma duração de dois semestres letivos e o bolsista exerce suas funções em 12 (doze) horas semanais.
- O **Auxílio Alimentação** tem como objetivo destinar uma ajuda financeira a discentes que se encontram sem condições de arcar com as despesas de alimentação.
- O **Auxílio Moradia** é destinado a discentes que não tenham residência familiar na sede do Campus onde estudam.
- O **Auxílio Didático-Pedagógico** consiste em uma ajuda financeira a discentes, para aquisição de material didático, como livros, apostilas, cópias, etc.
- O **Auxílio ao estudante com Necessidades Especiais destina** uma ajuda financeira a discentes que sejam portadores de necessidades especiais, para auxiliá-lo em sua locomoção.

- O **Auxílio Transporte** é destinado a discentes que comprovadamente utilizam transporte pago com destino a Universidade.
- A **Bolsa Apoio ao Esporte** é destinada a discentes que possuam alguma habilidade esportiva, para apoiar as atividades oferecidas a estudantes da Ufersa, relacionadas à modalidade esportiva do bolsista.
- O **Auxílio Creche** é destinado a discentes com dependente(s) legal(is) na faixa etária de zero a cinco anos.

10.4 BIBLIOTECA

Na Biblioteca Central de Angicos (BCA), o espaço físico disponibilizado para o acervo geral é de 290,74m ; para o acervo reserva é de 50,14m e para o acervo de periódicos é 80,85m , totalizando uma área de 421,73 m apenas para Acervo (94 estantes preenchidas). A área construída da Biblioteca de Mossoró é de 2.682,98 m e para Biblioteca de Angicos é de aproximadamente 900m . O espaço físico disponibilizado aos usuários das Bibliotecas da Ufersa procura atender as exigências e padrões exigidos pelo Ministério da Educação para as bibliotecas universitárias. Dispondo assim de setores que proporcionam à comunidade acadêmica, ambientes conforme as necessidades apresentadas por seus usuários: Ambiente para acervo de livros; Acervo reserva; Banheiro feminino e masculino; Guarda-volumes; Hall de entrada; Espaço digital; miniauditório; Multiteca; Plataformas; Sala de Referência e Inclusão; Sala da Copiadora; Salão de leitura no acervo; cabines individuais em grupo; cabines individuais; Salão de leitura; Setor de Periódicos/Coleções Especiais; e ambientes destinados aos serviços administrativos e aos servidores do setor (Administração, almoxarifado, área de serviço, copa, depósito, sala de Processamento Técnico/Restauração e banheiros).

Atualmente seu acervo é composto por 470 títulos e 3399 exemplares. O setor de periódicos da Biblioteca do Campus de Angicos será composto por revistas e jornais nacionais, com títulos recebidos através de compra, doação e permuta. Atualmente o setor de periódicos já tem disponível em seu acervo o Jornal Tribuna do Norte, a Revista Info, Veja, Caatinga, Carta Capital e Scientific American Brasil.

A Biblioteca possui multimeios voltados para as áreas de interesse de sua clientela, disponibilizando CDROM, DVD e VCD.

Possui o suporte do Portal de Periódicos da CAPES que oferece acesso a 141 Coleções, 130 Bases de Dados e 26.372 Títulos de periódicos cobrindo todas as áreas do

conhecimento. O discente, técnico-administrativo e o docente também tem acesso exclusivo ao Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) e ao Portal da Pesquisa.

A Catalogação do acervo é informatizada, sendo utilizado no Campus Angicos o SIGAA.

10.5 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

O Campus de Angicos dispõe de 2 Laboratórios de Informática e 2 Laboratórios de Matemática, equipados cada um com 25 computadores para a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão dos(as) estudantes dos cursos. Todos os computadores permitem o acesso à internet.

No campus existem 30 notebooks disponíveis para uso da direção, chefe de departamento e coordenadores de curso e 22 datashows para as atividades de ensino.

Para o desenvolvimento das atividades do Curso de Pedagogia, faz-se necessário a criação de espaço destinados ao lúdico, à leitura e produção de materiais didáticos e pedagógicos.

11 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

11.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem consiste no conjunto de procedimentos teórico-práticos e prático-teóricos que subsidia o processo educativo com vista a analisar se os objetivos propostos foram atingidos satisfatoriamente na forma de competências, habilidades e atitudes. Na avaliação da aprendizagem dos(as) licenciandos(as) devem ser destacados dois objetivos: auxiliar o graduando no seu desenvolvimento pessoal e responder à sociedade pela qualidade da formação acadêmica oferecida pela Universidade.

Em primeiro lugar, essa avaliação responde à missão institucional, na medida em que a Ufersa, como instituição pública, deve cumprir mandato social de “ministrar ensino superior visando o desenvolvimento do espírito político-científico e socioambiental” (Inciso I, Art. 4º do Estatuto - Ufersa, 2006).

Em segundo lugar, a avaliação da aprendizagem objetiva auxiliar o(a) licenciando(a) a compreender seu crescimento no processo de formação, especialmente no que concerne à construção de conhecimentos e aprendizagens significativas para atuação profissional. A avaliação permite observar como acontece a aprendizagem no processo de constituição de sua formação, daí que o processo avaliativo deva ser diagnóstico, formativo e somativo, com vistas a proporcionar a possibilidade de manifestação dos conhecimentos produzidos, das condutas, habilidades e competências desenvolvidas para atingir ao perfil definido para um(a) Licenciado(a) em Pedagogia.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem não é uma questão apenas do(a) estudante, mas, também do(a) docente – o sujeito que ensina-aprende e da instituição que oferece as condições objetivas de trabalho.

Para dar conta dessa visão formativa da avaliação, vários instrumentos podem ser incorporados ao processo. Neste PPC, como um dos mecanismos de diagnóstico acerca do cumprimento dos objetivos do curso e para a construção de uma cultura científica e dos saberes necessários à prática da docência, foram incorporados os Seminário de Pesquisa e Extensão e Práticas Pedagógicas Integrativas (PPIs), respectivamente.

Os Seminário de Pesquisa e Extensão permitirão aos(as) licenciandos(as) que articulem, (re)liguem, argumentem e pensem de forma global os conteúdos dos diferentes componentes curriculares ministrados, oportunizando-os a elaboração de projetos de pesquisa e extensão que correlacionem à corrente do pensamento das temáticas do curso às práticas

pedagógicas. Acreditamos que esses seminários também se tornarão um importante instrumento de *feedback* e de metodologia avaliativa bastante eficaz, uma vez que evitará a fragmentação do conteúdo e permite, através de ações investigativas, meios para que os(as) licenciandos(as) adquiram experiências nos diferentes cenários procurando assim atingir uma visão global de educação.

O acompanhamento dos Seminário de Pesquisa e Extensão deverá se dá de forma planejada desde o início de cada período. Os(as) licenciandos(as) receberão orientação não só do(a) docente do componente curricular, mais dos(as) docentes que ministram componentes curriculares durante os períodos. Creditamos na existência desses seminários no currículo do curso a possibilidade de num futuro próximo ser criado um Programa de Tutoria para os(as) licenciandos(as) de Pedagogia.

Quanto às Práticas Pedagógicas Integrativas (PPIs), essas permitirão aos(as) licenciandos(as) a construção de saberes não apenas referentes ao exercício da docência, visto que a prática pedagógica não se reduz apenas à docência, mas esses diferentes espaços educativos escolares e não-escolares, propiciarão vivências basilares ao(a) pedagogo que desejamos formar. Caberá à Coordenação do Curso fornecer carta de apresentação, quando solicitada, bem como informações sobre os aspectos legais e administrativos a respeito das atividades práticas interdisciplinares.

Quanto à Ufersa, esta manterá convênios e/ou parcerias com as instituições da região, permitindo aos(as) licenciandos(as) fácil acesso para o desenvolvimento de seus estudos, de pesquisas e das ações de extensão.

Ainda, para a realização das atividades dos Seminário de Pesquisa e Extensão e as PPIs, serão disponibilizados os laboratórios de Informática e de Matemática para pesquisa e produção de materiais. A culminância dos seminários e das práticas pedagógicas podem acontecer em uma seção de pôster, comunicação oral ou exposição de produtos, fruto do processo formativo aberta à comunidade acadêmica.

Os Seminário de Pesquisa e Extensão e PPIs propiciarão a complementação do ensino e da aprendizagem, pois serão planejados e executados em conformidade com este PPC, respeitando o calendário acadêmico, constituindo-se em um instrumento de formação, de diagnóstico da realidade socioeconômica, cultural e política, de diálogo com a comunidade, de integração, de oportunidade de estreitar a relação teoria-prática, de aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de desenvolvimento de atitudes de respeito à diversidade.

Por fim, ainda em relação à avaliação da aprendizagem, os/as educadores/as em conformidade com os objetivos pretendidos, poderão realizar atividades como: relatório de

atividades de campo, dinâmicas de grupo (Grupo de Verbalização e Grupo de Observação – GVGO, Painel Integrado, Grupos com uma só tarefa, Grupos com tarefas diferentes, Debate, etc.), portfólio, produção de diferentes gêneros textuais (resumo, resenha, artigos, crônica etc.), provas, seminários, elaboração de projeto de pesquisa, diário de aprendizagem, diário vivencial, memorial, relatório analítico do Estágio Supervisionado, elaboração e apresentação de TCC, dentre outros instrumentos que poderão compor o processo avaliativo.

Quanto à avaliação somativa na Ufersa, consta em resolução própria que o número de avaliações será no mínimo 3 (três) em cada componente cursado. Os resultados das avaliações são expressos em notas que variam de 0,0 a 10,0 (zero a dez), com uma casa decimal (pontos computados cumulativamente). Será aprovado no componente curricular o(a) licenciando(a) que obtiver Média Parcial (MP) igual ou maior que 7,0 (sete vírgula zero) ou Média Final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco vírgula zero).

O(a) licenciando(a) que obtiver a Média Parcial (MP) igual ou superior a 3,5 (três vírgula cinco) e inferior a 7,0 (sete vírgula zero) se submeterá a uma prova final (PF), em caráter cumulativo para obtenção de sua Média Final (MF).

Quanto ao Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA), consiste em um instrumento de avaliação do desempenho do(a) licenciando(a) nos componentes curriculares cursados. Este coeficiente será calculado, ao final de cada período letivo, individualmente, em função das médias, desistências, aprovações e das reprovações de cada componente curricular.

11.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO NO ÂMBITO DO SINAES

Os cursos de graduação da Ufersa desenvolvem processos avaliativos que se inserem no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sistema este instituído pelo MEC no ano de 2004. O SINAES tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior (públicas e privadas), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus(suas) licenciandos(as).

A avaliação dos cursos de graduação visa identificar as condições de ensino oferecidas aos(as) licenciandos(as), em especial às relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

Em relação à avaliação do desempenho dos(as) licenciandos(as) dos cursos de graduação, essa é realizada por meio da aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que consiste em um instrumento de avaliação que integra o SINAES e,

tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos licenciandos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

De acordo com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 5º, § 5º: o Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os(as) licenciandos(as) selecionados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para participarem do Enade deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar.

São avaliados pelo Exame todos os(as) licenciandos(as) do primeiro ano do curso, como Ingressantes, e do último ano do curso, como Concluintes. Ingressantes são todos aqueles que, até uma determinada data estipulada a cada ano pelo Inep, tiverem concluído entre 7% e 22% da carga horária mínima do currículo do curso. Já os concluintes, são todos os(as) licenciandos(as) que integralizaram pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do respectivo curso, até uma determinada data estipulada pelo Inep a cada ano, ou ainda, os que tenham condições acadêmicas de conclusão do curso durante o referido ano letivo.

A Ufersa, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, realiza a inscrição junto ao Inep, de todos os(as) licenciandos(as) habilitados a participar do Enade (Ingressantes e Concluintes).

Importante destacarmos que o Ministério da Educação alterou a forma de avaliar os cursos de graduação e divulgou a Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008, publicada no DOU em 07 de agosto de 2008, instituindo o **Conceito Preliminar de Curso (CPC)**.

Estes conceitos variam de 1 a 5. Considera Conceito Preliminar satisfatório o igual ou superior a três. O CPC é calculado com base em informações de cada curso e das notas do Enade. Os cursos que obtiverem no CPC conceitos de 3 a 5, terão sua Portaria de Renovação de Reconhecimento automaticamente publicada no Diário Oficial da União. Cursos com conceito **igual ou superior a 3** são aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Considera-se conceito preliminar satisfatório e ficam dispensados de avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento. Os cursos que obtiverem conceitos 1 e 2, obrigatoriamente terão que passar pela avaliação *in loco* para terem seu Reconhecimento Renovado.

12 PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E DOS DIREITOS HUMANOS NA Ufersa

Os princípios educativos, epistemológicos e pedagógicos deste curso orientam para uma formação onde o diálogo e a interdisciplinaridade estejam presentes em toda formação do pedagogo na Ufersa. Ainda destacamos que, o currículo propõe que temas como a diversidade e os direitos humanos sejam transversais durante a formação. Logo, necessário se faz que determinadas ações aconteçam em diálogos com setores, movimentos e coordenações existentes dentro da própria Ufersa que trabalham em função da promoção da inclusão social e dos direitos humanos, a exemplo do que faz a Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (Caadis) e o Centro de Referência de Direitos Humanos – CRDH Ufersa SEMIÁRIDO.

12.1 A COORDENAÇÃO DE AÇÃO AFIRMATIVA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL (CAADIS)

A Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (Caadis) é vinculada ao Gabinete do Reitor, em articulação com as Pró-Reitorias, Setores, Campi Avançados e segmentos discente, docente e técnico, implementa desde 31 de outubro de 2012 (aprovada pelo Conselho Universitário – Resolução nº 005/2012), realiza um conjunto de ações voltadas para estudos e adoção de medidas de políticas afirmativas de inclusão social, que envolvam o acesso e permanência estudantil na universidade, no contexto de democratização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade. Privilegia o ambiente educacional universitário e dialoga com as comunidades, pois entende que a universidade é um espaço propício para o tratamento e reconhecimento da diversidade. A Caadis atua nas áreas de ações afirmativas, diversidade e inclusão das pessoas com necessidades específicas, educação étnico-racial, quilombola, indígena, do campo, contribuindo para a construção de um ambiente inclusivo na educação superior em diálogo com as comunidades.



As ações afirmativas, diversidade e inclusão social, incluem atividades e ensino, pesquisa e extensão para estudantes oriundos de espaços populares por meio do pioneiro Programa Conexões de Saberes (MEC/SECADI-Edital N°. 11/2009). A Ufersa, integrada ao Fórum de Educação para as Relações Étnico-raciais do RN, por meio da parceria com a Coordenadoria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (COEPPIR) executa formações gerais e específicas sobre a temática da diversidade étnico-racial. Nesse contexto, foram executadas várias ações extensionistas de inclusão, entre as quais: o Curso Pré-Universitário Popular, ação iniciada no Programa Conexões de Saberes, nos Câmpus da Ufersa, Mossoró, Angicos e Caraúbas, em parceria com as Escolas Públicas da Rede Estadual e Municipal, atividade em interface com ensino e pesquisa, objetivando o acesso e a permanência de estudantes populares na universidade e o agendamento de temáticas entre os segmentos acadêmicos e a comunidade.

12.2 CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS (CRDH)

O Centro de Referência de Direitos Humanos – CRDH Ufersa SEMIÁRIDO é financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com Sede em Mossoró (Ufersa) e visa contribuir para o cenário de promoção dos Direitos Humanos no Semiárido Potiguar, através de atendimento jurídico e social e ações de educação em Direitos Humanos.



Dentre as áreas de atuação do CDRH, destacamos: contextos do Sistema Socioeducativo e do Sistema Penitenciário; em questões Agrárias e de conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais; em questões ambientais, cooperativismo e associativismo; em direitos da mulher, gênero e feminismo; em questões que envolvam o direito à diversidade sexual e ao combate à homofobia; também atua frente à população em situação de rua.

Dentre as atividades desenvolvidas, o CDRH oferece: atendimento jurídico e social, acompanhamento e encaminhamento de casos coletivos e individuais; prestação de informações sobre direitos e serviços; promoção de eventos em Direitos Humanos; formação em Direitos Humanos; acompanhamento itinerante em comunidades; mediação de conflitos; articulação da Rede Jurídica e Assistencial; e atuação junto aos Movimentos Sociais da Região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. _____. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS, Brasília: MEC; SESu, 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio**: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Brasília, DF: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/cartilha_lei_estagio.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, MEC. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28. ago. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 05, de 13 de dezembro de 2005**: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2013.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Licenciatura – Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006**, do Conselho Nacional de Educação. Brasília: CNE/CP, 2006.

_____. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid>. Acesso em: 12 jul. 2012.

_____. **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Diretrizes Gerais. Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília: MEC, 2007.

_____. **Censo da Educação Básica 2012**. Brasília, DF: INEP, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=12219&tmpl=component&format=raw&Itemid=>>. Acesso em: 12 jul.2014.

_____. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**: 2016. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1165810>>. Acesso em: 27 set.2016.

_____. **Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-

res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 set.2016.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016**. Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. Brasília, 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1997.

FAZENDA, Ivani Catarina A. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Edição Especial 1000.000 de exemplares).

_____. **A educação na cidade**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Política e Educação: ensaios**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 23.ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 4).

_____. **Educação e mudança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 14.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

ADOTTI, Moacir. **Por uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos**. São Paulo: Moderna; Fundação Santillana. 2014.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GENRO, Tarso. Ministério da Educação: Exposição de Motivos – Anteprojeto de Lei da Educação Superior. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, n.30, v., p.165-206, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/viewFile/1302/1348>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **As lições de Paulo Freire: filosofia, educação e política**. Barueri, SP: Manole, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Síntese de Indicadores 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61566.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-Ideb/o-que-e-o-Ideb>>. Acesso em: 15 maio 2013.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de Professores**: unidade teoria e prática? 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROSAS, Judy Mauria Gueiros. **O analfabetismo na fase atual do capitalismo**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 38.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUZA E SILVA, Conceição de Maria de; et. al. **Semiárido Piauiense**: Educação e contexto. Campina Grande: INSA, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (Ufersa). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: 2015-2019. Mossoró, RN, 2015.

_____. **Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2013, de 15 de maio de 2013**: estabelece normas para o Programa de Monitoria da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Disponível em: <https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/arquivos/consuni/2013/RESOLUCOES/RESOLUCAO_CONSUNI_003_2013.pdf>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. **Resolução Consepe/UFERSA nº 012/2013, de 17 de setembro de 2013**: Regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade à distância nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.

_____. **Resolução Consepe /Ufersa n 001/2013, de 14 de março de 2013**: estabelece normas gerais relativas aos Trabalhos de Conclusão de Curso da Ufersa. Disponível em: <https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/arquivos/consepe/2013/RESOLUCOES/RESOLUCAO_CONSEPE_001_2013.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. **Resolução do CONSEPE nº 003/2006, de 07 de junho de 2006**: institui o regime de créditos no âmbito da Ufersa. Mossoró, 2006. Disponível em: <http://www2.Ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/83/arquivos/consepe/RESOLUCOES_CONSEPE_2006_ALTERADA_POR_EMENDA.pdf>. Acesso em: 03 maio 2013.

_____. **Resolução do CONSEPE/Ufersa nº 01/2008, de 17 de abril de 2008**: dispõe sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Ufersa. Mossoró, 2008. Disponível em: <http://www2.Ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/15/decisoes/2008/RESOLUCAO_CONSEPE_001_2008.pdf>. Acesso em: 03 maio 2013.

_____. **Resolução Consepe/Ufersanº 08/2010, de 21 de outubro de 2010**: dispõe sobre o Conselho dos Cursos de Graduação da Ufersa. Disponível em: <https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/arquivos/consepe/2010/RESOLUCOES/RESOLUCAO_CONSEPE_008_2010.pdf>. Acesso em: 02 set.2016.

_____. **Resolução Consepe/Ufersa nº 09/2010, de 21 de outubro de 2010**: dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Disponível em: <https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/arquivos/consepe/2010/RESOLUCOES/RESOLUCAO_CONSEPE_009_2010.pdf>. Acesso em: 03 set.2016.

_____. **Decisão Consepe nº 22/2005, de 17 de novembro de 2005**: altera as normas de realização do estágio supervisionado na Ufersa. Disponível em: <<file:///C:/Users/Rita/Documents/UFERSA%202016/PEDAGOGIA/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Consepe%2022%20-%202005%20-%20Norma%20estagio%20supervisionado.pdf>>. Acesso em: 03 set.2016.

_____. **Resolução Consepe nº 15/2015, de 15 de abril de 2015**: altera o artigo 2º Resolução Consepe/Ufersa nº 08/2010, de 21 de outubro de 2010.

_____. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**. Mossoró, 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA GRADUAÇÃO

Para: Pró-Reitor de Graduação da UFERSA – Prof. Dr. Rodrigo Nogueira de Codes

De: Prof.^a Dr.^a Rita Diana de Freitas Gurgel

Objeto: Justificativas de ajustes (não) realizados no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia a partir do parecer do relator do Comitê de Graduação da UFERSA

Ilmo. Sr. Pró-Reitor,

No dia 05 de outubro do corrente, participei da reunião do Comitê de Graduação desta Universidade (a primeira convocação não compareci por estar participando do processo seletivo de novos bolsistas do Pibid).

Perante os membros do Comitê, expus verbalmente e utilizei-me de projeções em datashow de alguns registros (e-mails e parecer ao primeiro projeto, anexo) para justificar porque não atendi, em sua grande maioria, as “sugestões” do relator do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Prof. Dr. Sueldes Araújo.

Antes de passar a elencar as razões pelas quais não alterei os princípios epistemológicos e pedagógicos que orientam o curso em tela, conforme insistentemente o relator deseja que eu o fizesse, informo que, quanto ao parecer do Setor Pedagógico da Prograd, após analisar as sugestões e recomendações, assim procedemos:

a) Atendemos a sugestão de retirar do objetivo geral o termo “modalidade normal”, apesar de alguns estados brasileiros ainda ofertarem essa modalidade de ensino na educação básica (Ensino Médio), como por exemplo, o estado vizinho nosso, a Paraíba. No relatório do Prof. Sueldes Araújo, sugere “suprimir a modalidade normal de todo o texto [...]. Esse tipo de formação deixou de existir no Brasil.”

b) A sugestão da inclusão na estrutura curricular de disciplina “direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas”, conforme reza o Art. 13, § 2 da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, não foi

atendida, visto que, essa matéria está contemplada no componente curricular **Educação em Direitos Humanos**. Ou seja, não foi incluído um componente específico para tratar unicamente da matéria em tela;

c) O texto “padrão” acerca do histórico da Ufersa, foi mantido quase integralmente. Entretanto, foram feitas correções na escrita e acrescentado o histórico do Campus de Angicos. Não ficou padronizado ao dos demais projetos, tendo em vista que cada campus tem sua história. Sobre esse modelo de histórico a ser seguido, tomei conhecimento na reunião do Comitê, que foi recomendação do Procurador que fosse omitido do histórico da Ufersa toda e qualquer alusão à ESAM. Enquanto historiadora da educação que pesquisa a “história das instituições escolares”, analiso que essa determinação contraria toda as discussões no campo da historiografia. Não se muda a história por despacho. As instituições têm memória;

d) A carga horária do curso supera a mínima de 3.200 horas, em função da extensão constar no currículo como componente curricular, bem como pela ampliação da carga horária do estágio supervisionado que era de 300 horas e passou para 405h e das práticas pedagógicas que passaram a compor o currículo, somando mais 405h, conforme reza a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015;

e) Adequação da bibliografia básica e bibliografia complementar ao mínimo exigido pelo MEC.

Quanto ao parecer do relator do Comitê de Graduação Prof. Dr. Sueldes Araújo, farei uma breve contextualização histórica acerca da construção do PPC de Pedagogia, com o objetivo elucidar alguns “equivocos” cometidos pelo relator, que na minha opinião, não foram cometidos por desconhecimento da trajetória desse curso (inúmeras vezes tentei explicar as razões pelas quais o curso teria os princípios freireanos), mas atribuo às razões de ordem políticas ou por não reconhecer e respeitar nosso engajamento institucionalmente em defender o projeto de educação (e de sociedade) defendido por Paulo Freire.

Assim sendo, devo esclarecer que quando foi constituída a primeira comissão para elaboração de uma minuta de Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Campus de Angicos (Portaria Ufersa/GAB nº 138/2013, de 30 de janeiro de 2013), sob a presidência da Prof. M.Sc. Alessandra Miranda Mendes Soares, eu era integrante da comissão. Todavia, por meio do Memorando nº 01/2013, solicitei ao então Diretor do Campus de Angicos, Prof. Joselito Medeiros que informasse ao Magnífico reitor que eu abdicava de participar da

Comissão de elaboração de Minuta do Curso de Pedagogia, com ênfase na Pedagogia Freiriana.

Em função da minha saída, uma nova portaria foi expedida (Portaria UFERSA/GAB nº 0249/2013, de 26 de fevereiro de 2016), sob a presidência da Prof.^a Alessandra Soares. Embora, na segunda portaria não fizesse constar que o PPC fosse elaborado “com ênfase na Pedagogia Freiriana”, creio eu, que essa omissão foi um erro material de quem digitou a portaria, o que não impediu que a nova comissão trabalhasse no sentido de construir um projeto alinhado aos princípios freireanos.

Na análise do relator Prof. Sueldes Araújo, quando trata da **concepção do curso de Pedagogia da Ufersa**. São suas palavras:

O curso de pedagogia proposto, nas condições iniciais, limitava a atuação do egresso, tendo em vista que essa abordagem pedagógica não daria conta da formação do pedagogo(a) em sua totalidade. Foi por esta razão que o Ministério da Educação, devolveu o PPC de Pedagogia à reitoria da Ufersa, a fim de que ele fosse ajustado às diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia.

Importante frisar, que a ideia de criação do curso de Pedagogia na UFERSA surgiu num contexto, ainda no ano de 2012, a partir da constituição de uma Comissão Nacional “Paulo Freire – 50 anos de Angicos” que tinha como objetivo construir uma Agenda Nacional de comemorações ao Cinquentenário das “40 horas de Angicos” que se aproximava. Eram membros dessa comissão: Prof. José de Arimatea de Matos (reitor da UFERSA), Prof.^a Betânia Leite Ramalho (então Secretária de Estado de educação do RN); Prof. Moacir Gadotti (Instituto Paulo Freire de São Paulo), Eliete Santiago (UFPE), Prof. José Estáquio Romão (CNE), Timothy Ireland (Cátedra Unesco de EJA) e Prof. Francisco das Chagas Fernandes (MEC).

E por quais razões a Ufersa passa integrar essa comissão? Pela privilegiada localização do Campus de Angicos no local onde Paulo Freire, por meio de sua proposta pedagógica alfabetizou 300 trabalhadores, em 40 horas e também pelas ações que vínhamos desenvolvendo por meio do Grupo de Pesquisa: “Paulo Freire: Gnoseologia, Realidade e Educação”.

Desde que essa comissão foi criada, o reitor da Ufersa foi sistematicamente à Brasília participar das reuniões, e eu fazia a “ponte”, prestando informações (Memorial Paulo Freire, eventos etc.) para que prof. Arimatea discutisse em BSB, na comissão, nas nas dependências do próprio MEC. Enquanto Prof. Arimatea integrava a Comissão Nacional, eu integrava à

Comissão Regional (RN, PB e PE). Portanto, interagiu com alguns membros (que faziam parte das duas comissões: Betânia Ramalho, Timothy Ireland e Eliete Santiago), além de manter contatos sistemáticos com prof. Moacir Gadotti, diretor do IPF/SP. Num desses contatos, por e-mail, em 17/12/2012, o informei acerca da elaboração de um projeto de curso de Pedagogia diferenciado, etc. Observe, que a criação desse curso tem uma história, que o relator desconsidera.

Dentre essas ações dentro de um projeto freireano, realizamos o “I Encontro de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Popular de Angicos: Contribuição e Apropriação da Pedagogia de Paulo Freire no combate Hodierno ao Analfabetismo”. Evento esse que foi o **pontapé** inicial para a criação dessa Agenda Nacional, conforme matéria na página do IPF/SP <http://angicos50anos.paulofreire.org/2013-50-anos-de-metodologia-freiriana-em-angicos/#more-427>. Também ainda, pelo fato de termos elaborado o projeto do “Memorial Paulo Freire: museu e centro de formação” (além da minha pessoa, a equipe que elaborou o projeto contou com a participação do Prof. Dr. Éder Jofre Marinho Araújo e Prof. M. Sc. Alceu Câmara Júnior).

Exatamente pelo fato do MEC, assumir o financiamento da primeira etapa da construção do Memorial (já vínhamos pleiteando o financiamento do projeto com a Petrobras), foi ventilada a ideia de criar o curso de licenciatura em Pedagogia alinhado à pedagogia freireana.

Já em fevereiro de 2013, realizamos o **Simpósio Internacional Múltiplas Visões de Paulo Freire na Contemporaneidade**, com o objetivo de dar início a agenda de comemorações no âmbito da UFERSA, dos 50 anos da exitosa experiência de alfabetização de adultos.

No período de 02 a 03 de abril de 2013, realizamos um grande evento nas dependências do campus de Angicos em comemoração ao Cinquentenário das 40 Horas e na abertura do evento, o magnífico reitor entregou o PPC de Pedagogia ao Prof. Chagas Fernandes (presidente da Comissão Nacional e representante do MEC), conforme <http://angicos50anos.paulofreire.org/467/#more-467>.

Alguns meses depois, o PPC foi devolvido pela Comissão Nacional, com parecer (anexo) elaborado por representante do IPF/SP, porque não estava em sintonia com a pedagogia freireana.

No parecer do relator Prof. Sueldes, menciona que “corroborar com os técnicos do MEC quando apontam que o PPC de Pedagogia deva seguir as diretrizes curriculares nacionais”.

Nesse quesito, reconheço que o relator desconhece que não houve parecer elaborado pelo MEC, mas por assessor do IPF, conforme já mencionado.

Considerando o retorno do projeto, foi constituída uma nova comissão, sob minha presidência para “revisar” o PPC, sob Portaria Ufersa/GAB Nº 1.629/2013, de 27 de novembro de 2013. Entretanto, não fizemos uma revisão e sim, elaboramos um novo projeto, conforme pode ser visto nos anexos (PPC elaborado pela primeira comissão). Logo, não procede o julgamento de valor do relator quando afirma que “fica perceptível, inicialmente, que há uma inversão temporal na organização do documento quando secundariza a comissão inicial, responsável pela proposta, sob a portaria 1.629/2013, apontando a comissão de revisão como responsável pela proposta”. Todavia, em todas as versões do PPC a que chegamos, foi mencionada a colaboração da primeira comissão.

Em 2014, por meio da Decisão Consuni/Ufersa nº 126/2014, de 14 de agosto de 2014, foi criado o Curso de Licenciatura em Pedagogia, no Campus de Angicos. Em seguida, por meio da Decisão Consuni/Ufersa nº 127/2014, de 25 de setembro de 2014, foi homologada a indicação do nosso nome para assumir a primeira coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Angicos.

Conforme pode ser observado, muito tempo se passou até chegarmos no atual contexto: realização de concurso público, em outubro passado, para 5(cinco) vagas de docentes efetivos para o Curso de Pedagogia. Mas essas “idas e vindas para consolidação” do PPC não se deveu a nenhuma dúvida gerada quanto à concepção do curso, mas sim em função de embates teóricos e políticos travados em torno do curso, principalmente, a partir da entrada do Prof. Sueldes Araújo no Comitê de Graduação. Faço essa afirmação, em função da devolução do PPC da Prograd, em junho de 2015, “sob orientação do Comitê de Graduação” para que o PPC fosse colocado dentro das “diretrizes” elaboradas pelo próprio Comitê (uma espécie de sumário, roteiro ou modelo). Todavia, como membro do Consuni, já vi passar pelas minhas mãos enquanto conselheira outros projetos de cursos, elaborados muito depois das “diretrizes” do Comitê e que tiveram sua tramitação com êxito. Onde estaria então, o problema com este PPC de Pedagogia?

Ao tratar do currículo do curso, o relator enfatiza:

Reconhecemos a importância do trabalho de Paulo Freire para a educação popular, principalmente, para jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade regular, mas a formação do(a) pedagogo(a) exige muito mais, exige conhecimento da didática, do currículo, da política educacional, da organização e do trabalho pedagógico, da avaliação da aprendizagem, das diversas formas de planejamento em espaços escolares e não escolares, de

psicologia, de sociologia, de filosofia, de antropologia, de projetos político-pedagógicos, dentre outros conhecimentos que qualifique a atuação do pedagogo ou pedagoga.

O relator chegou a ler o currículo do curso?

Em seguida, propõe “a *práxis* como concepção educacional na formação do pedagogo(a)”. Não entrarei no mérito da discussão teórica acerca se a *práxis* dá ou não conta da formação do(a) pedagogo(a), mas conheço dezenas de instituições de educação superior que ofertam o curso de Pedagogia, que a *práxis* enfeitam seus projetos. Como resultado desses projetos enfeitados, temos milhares de crianças com 10 anos que não sabem ler nem escrever e uma população acima de 15 anos que integram os elevados índices de analfabetismo (mais de 13 milhões de analfabetos no Brasil, conforme último censo do IBGE). Ao recomendar-me leituras para que eu me aproprie da teoria da *práxis*, aqui recomendo ao relator realizar a leitura de algumas obras de Paulo Freire, para que ele saiba como se dá a *práxis*.

Em todo texto, é possível verificar que o relator ficou “preso” às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia (BRASIL, CNE, 001/2006) para fazer suas “sugestões”. Em nenhum momento, demonstra ter se apropriado da Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O relator também sugere que seja retirada a expressão **formação ao longo da vida**, quando esse termo é amplamente defendido nos projetos da UNESCO e que foi, inclusive, temática da CONFINTEA BRASIL+6, conforme pode ser visto no endereço <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002446/244672POR.pdf>.

Nas sugestões do relator de referências bibliográficas para nossa leitura e nos proporcionar “um maior aprofundamento no estudo sobre as abordagens pedagógicas”, não foi percebido que todo esse quadro teórico embasa grande parte dos componentes curriculares.

Mais adiante reforça que deve ser revisto “o termo aprendizagem significativa (pedagogia ativa), porque não se alinha a *práxis*”. Mais uma vez, percebemos nitidamente, o interesse político do relator em mudar a orientação teórica do PPC.

Conclusão que chegamos: o parecerista, mesmo tendo se esforçado para fazer um histórico dos pontos objetivos do processo de criação do PPC do Curso de Pedagogia, levamos a crer que para ele a história é uma categoria importante, mas ignora (?), deliberadamente

toda a discussão gerada pelos propositores da criação deste curso com o diferencial da pessoa de Paulo Freire, em Angicos.

Suas suposições, tentam construir um quadro que levou o PPC de Pedagogia a ainda está em discussão. Não concordo com o ponto de vista do relator, no tocante ao tempo decorrido do início da construção do PPC até o presente momento. Quero dizer que as questões de concepções, construção, revisão e até mesmo de debates, não foram as causadoras do prolongado tempo perdido no processo de dar início ao curso de Pedagogia da UFERSA, mas aos entraves que se seguiram decorrentes, como este parecer que busca redirecionar a linha do curso para área de conhecimento do interesse pessoal do relator. A questão em jogo aqui não é ditada por problemas nas concepções dos fundamentos que orientam o projeto, pois o que não falta, para quem entende, são bases sólidas que edificam todo o projeto.

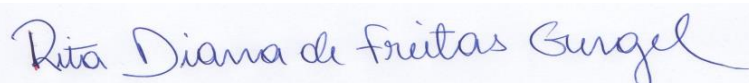
Acrescento, que em diálogo com a competente Celeneh, foram feitos os ajustes de ordem técnica no PPC e encaminhado à Prograd, no prazo determinado.

Desejo que esta Pró-Reitoria acredite no projeto elaborado, pois uma vez que apresente venha apresentar limitações na formação do(a) pedagogo(a), é possível e bom que apresente, pois nenhum projeto deve ser pronto e acabado, nem uma camisa de força, existirá o NDE para que, acompanhe e monitore sua execução e reelaboração.

Fico à disposição desta Pró-Reitoria para prestar maiores esclarecimentos.

Por fim, reitero votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Prof.^a Rita Diana de Freitas Gurgel
UFERSA – Campus Angicos



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
4ª Reunião Extraordinária de 2016

4º PONTO

Apreciação e deliberação sobre programas de disciplinas da Pós-Graduação em Ecologia e Conservação (encaminhado por meio do Memorando Nº 201/2016 – PROPPG); e da Pós-Graduação em Manejo de Solo e água (encaminhado por meio do Memorando Nº 151/2016 – PROPPG).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 201/2016 - PROPPG (11.01.03)
(Identificador: 201643484)**

Nº do Protocolo: 23091.010240/2016-75

Mossoró-RN, 28 de Setembro de 2016.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Programa de Disciplinas do PPGE

Prezados (as), encaminhamos em anexo sete programas de disciplinas do Programa de Pós-Graduação e Ecologia e Conservação para ser apreciado na próxima reunião do CONSEPE. Segue também o MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 7/2016 - CCBS, onde consta a aprovação dos referidos programas.

Atenciosamente,

(Autenticado em 28/09/2016 11:25)
JEAN BERG ALVES DA SILVA
PRO-REITOR
Matrícula: 2359110

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 7/2016 - CCBS (11.01.00.07)
(Identificador: 201643377)**

Nº do Protocolo: 23091.010097/2016-56

Mossoró-RN, 26 de Setembro de 2016.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Título: Programas de Disciplinas Ecologia e Conservação Encaminhamento

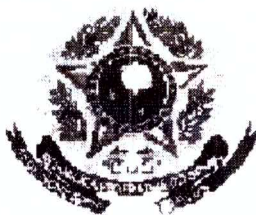
Prezados,

encaminhamos anexos, conforme listagem abaixo, os Programas das Disciplinas do Programa de Pós Graduação em Ecologia e Conservação aprovados na 1ª Reunião Ordinária do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde para encaminhamento ao CONSEPE:

Comunicação Científica;
Biomonitoramento Aquático;
Análise De Dados De Comunidades Em R;
Ecologia De Peixes Estuarinos;
Ecologia Trófica De Organismos Aquáticos;
Ecologia De Insetos Sociais;
Química Analítica Como Ferramenta Para O Estudo Da Ecologia De Organismos Aquáticos.

Atenciosamente,

(Autenticado em 27/09/2016 08:30)
RODRIGO SILVA DA COSTA
DIRETOR DE CENTRO - TITULAR
Matrícula: 1574667



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO	CIÊNCIAS ANIMAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO
	ANÁLISE DE DADOS DE COMUNIDADES EM R	ANUAL
PROFESSOR		
RODRIGO FERNANDES		

AULAS				Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL		
		45		03	45

OBJETIVOS
A disciplina visa demonstrar a aplicação de métodos algébricos e estatísticos para avaliação de propriedades ecológicas de comunidades usando o programa R.

EMENTA
Curvas de rarefação, estimadores de riqueza paramétricos e não-paramétricos, índices de diversidade de Shannon, Simpson, medidas de uniformidade, CA, DCA, NMDS, CCA, RDA, índices de diversidade beta, medidas de dissimilaridade de Jaccard, Sorensen, Bray-Curtis, métodos de partição de dissimilaridade, PERMANOVA, BETADISPER, teste de Mantel e análise de agrupamento.

PRÉ-REQUISITOS
Noções básicas de programação em R e de Ecologia de Comunidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	Medidas de diversidade da comunidade <ul style="list-style-type: none">• Curva de rarefação			8

	<ul style="list-style-type: none"> Estimadores de riqueza Índices de diversidade 			
II	Métodos de ordenação (<i>unconstrained</i>) <ul style="list-style-type: none"> Análise de correspondência (CA) Análise de correspondência não tendenciosa (DCA) Escalonamento multidimensional (NMDS) 			8
III	Análise de gradiente direta (<i>constrained ordination</i>) <ul style="list-style-type: none"> Análise de correspondência canônica (CCA) Análise de redundância (RDA) 			8
IV	Análises baseadas em dissimilaridade <ul style="list-style-type: none"> Dissimilaridade como medida de diversidade beta Partição de dissimilaridade em componentes de <i>turnover</i> e <i>nestedness</i> ANOVA de dissimilaridades Dispersão multivariada Teste de Mantel 			13
V	Análise de agrupamento <ul style="list-style-type: none"> <i>Cluster analysis</i> 			8
TOTAL				45

TÉCNICAS	MÉTODOS RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Aula teórico-prática	Quadro branco Projeter Multimídia Computadores Programas R e Rstudio	Prova escrita Listas de exercícios com estudos de caso

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: <ul style="list-style-type: none"> Magurran, A. E. (2004). Measuring biological diversity. Willey-Blackwell Publishers, 264 p. Legendre, P. & L. Legendre. (2003). Numerical Ecology. Elsevier Publishers, 870 p. Bocard, D., Gillet, F. & P. Legendre (2011). Numerical Ecology with R. Springer Publishers, 319 p. Quinn, G. P. & M. J. Keough (2002). Experimental design and data analysis for biologists. Cambridge University Press, 557 p. Mardener, M. (2014). Community Ecology: analytical methods using R and Excel. Pelagic Publishing, 556 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Artigos recomendados

- Anderson, M. (2001). A new method for non-parametric multivariate analysis of variance. *Austral Ecology* 26: 32-46.
- Anderson, M., Ellingsen, K. E. & B. H. McArdle. (2006). Multivariate dispersion as a measure of beta diversity. *Ecology Letters* 9: 683-693.
- Baselga, A. (2010). Partitioning the turnover and nestedness components of beta diversity. *Global Ecology and Biogeography* 19: 134-143.
- Hortal, J., Borges, P. A. & C. Gaspar. (2006). Evaluating the performance of species richness estimators: sensitivity to sample grain size. *Journal of Animal Ecology* 75: 274-287.

APROVAÇÃO	
COLEGIADO	
<u>12</u> / <u>julho</u> / 2016 DATA	<u>[assinatura]</u> Coordenador do PPEC.
CONSEPE	
_____/_____/2016 Nº REUNIÃO DATA	<u>1342048</u> SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 2016



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO	CIÊNCIAS ANIMAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
Não preencher	BIOMONITORAMENTO AQUÁTICO	ANUAL
PROFESSOR		

CARGA HORÁRIA SEMANAL				Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL		
30	15		45	3	45

OBJETIVOS

Apresentar diferentes métodos e métricas de coleta e análise de dados para biomonitoramento e avaliação da qualidade ambiental em sistemas aquáticos continentais.

EMENTA

Conceitos de biomonitoramento; indicadores ecológicos e suas Aplicações; desenvolvimento e aplicação de protocolos de biomonitoramento; métodos de coleta e análise de dados aplicados ao biomonitoramento aquático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	Elementos de biomonitoramento	3		
	Indicadores ecológicos	3		
	Espécies indicadoras da saúde ambiental	3		
	Impactos dos poluentes sobre as espécies bioindicadoras	3		
	Delineamento de estudos em biomonitoramento	3		
	Protocolo de coleta e avaliação de dados de habitat e parâmetros físico-químicos	6	6	
	Protocolos coleta e avaliação de dados de componentes bióticos: algas, invertebrados e peixes;	6	6	
	Procedimentos de análise de dados		6	
TOTAL		27	18	

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Aulas expositivas; leitura e interpretação de artigos científicos; coleta e análise de dados; viagens de campo; seminários; aulas práticas.	Aulas práticas em laboratórios específicos; quadro branco; multimídia.	Seminários Relatórios das aulas práticas Provas Produção de Artigo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)
Allan, J.D.; Castillo, M.M. 2007. Stream ecology: Structure and function of running water. 2 th edition, Springer, Dordrecht, 436p.
David J. Hoffman, Barnett A. Rattner, G. Allen Burton, Jr., John Cairns, Jr. 2002. Handbook of Ecotoxicology. Lewis Publishers, second edition, 1312 p.
Flotemersch, J. E., J. B. Stribling, and M. J. Paul. 2006. Concepts and approaches for the bioassessment of non-wadeable streams and rivers. EPA 600/R-06/127. Office of Research and Development, US Environmental Protection Agency, Cincinnati, Ohio.
Hurford, C. (Ed.), <i>et al.</i> 2009 Conservation Monitoring in Freshwater Habitats: A Practical Guide and Case Studies, Springer.
Jamil, Kaiser. 2001. Bioindicators and Biomarkers of Environmental Pollution and Risk Assessment. Science Publishers. 204p.
Jungwirth, M.; S. Muhar; S. Schmutz (Ed.) 2000 Assessing the Ecological Integrity of Running Waters: Proceedings of the International Conference, held in Vienna, Austria, 9–11 November 1998. Springer, Netherlands
Lampent, W.; Sommer, U. 2007. Limnoecology: The ecology of lakes and streams. Oxford University Press. New York, 324p.
Likens, G.E. 2010. River ecosystem ecology: A global perspective. Academic Press. San Diego. 412p.
Stanley E. Manahan. 2002. Toxicological chemistry and biochemistry. Lewis Publishers, third edition, 425 p.
Thorp. J.H.; Thoms, M.C.; Demohg, M.D. 2008. The riverine ecosystem synthesis: Toward conceptual cohesiveness in river science. Academic Press, London, 208p.
Williams, D.D. The biology of temporary water. Oxford University Press. New York, 337p. 2006.
Ziglio, G; Siligardi, M.; Flaim, (Ed) 2006. Biological monitoring of rivers : applications and perspectives. John Wiley and Sons: UK, 469p.

APROVAÇÃO COLEGIADO	
<u>12</u> / <u>julho</u> / 2016 DATA	<u>[assinatura]</u> Coordenador do PPEC. 1342048
CONSEPE	
Nº DA REUNIÃO _____ / _____ / 2016 DATA	ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 2016



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO	CIÊNCIAS ANIMAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
Não preencher	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	SEMESTRAL
PROFESSOR		
DANIEL CUNHA PASSOS		

CARGA HORÁRIA SEMANAL				Nº DE	CARGA HORÁRIA
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL	CRÉDITOS	TOTAL
15	15		30	3	45 H

OBJETIVOS

Capacitar para execução de atividades intrínsecas do exercício da função de pesquisador:

1. Redação de manuscritos científicos;
2. Submissão de artigos para publicação;
3. Divulgação e popularização da ciência.

EMENTA

Linguagem científica (objetividade, clareza e o princípio da parcimônia), estrutura textual (elementos, seções e formatação de artigos científicos), seleção de periódicos (Sistema Qualis, Fator de Impacto e Índice H), submissão de trabalhos (cartas de apresentação, sistemas digitais, indicação de revisores), revisão por pares (imparcialidade, críticas e sugestões), divulgação científica para pares (apresentações orais e painéis), divulgação científica para leigos (sites, blogs, jornais e revistas).

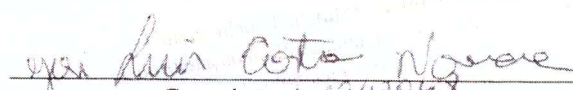
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	Linguagem científica (objetividade, clareza e o princípio da parcimônia)	3	3	
II	Estrutura textual (elementos, seções e formatação de artigos científicos)	3	3	
III	Seleção de periódicos (Sistema Qualis, Fator de Impacto e Índice H)	3	3	
IV	Submissão de trabalhos (cartas de apresentação, sistemas digitais, indicação de revisores)	3	3	

V	Revisão por pares (imparcialidade, críticas e sugestões)	3	3	
VI	Divulgação científica para pares (apresentações orais e painéis)	3	3	
VII	Divulgação científica para leigos (sites, blogs, jornais e revistas).	3	3	
VIII	Avaliação (apresentação das atividades)		3	
TOTAL		21	24	

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Aula expositiva-dialogada.	Computador portátil; Projeter Multimídia; Apresentação de slides; Livros.	Participação continuada; Redação de manuscrito; Apresentação de seminário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)
British Ecological Society (2013) A Guide to Peer Review in Ecology and Evolution. Charles Darwin House, 36p.
Figueiredo L.C. (1995) A Redação pelo Parágrafo. 1. ed. Brasília: Editora UnB
Swales J.M. & Feak C. (2000) English in Today's Research World: A Writing Guide. University of Michigan Press, 293p.
Volpato G.L. (2007) Bases Teóricas para Redação Científica. Vinhedo: Cultura Acadêmica Scripta, 125p.
Volpato G.L. (2010) Pérolas da Redação Científica. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 189p.
Volpato G.L. (2011) Método Lógico para Redação Científica. Botucatu: Best Writing Editora, 320p.
Volpato G.L., Barreto R.E., Ueno H.M., Volpato E.S.N., Giaquinto P.C. & Gonçalves-de-Freitas E. (2013) Dicionário Crítico para Redação Científica. Botucatu: Best Writing, 216p.

APROVAÇÃO COLEGIADO	
12, julho / 2016 DATA	 Coordenador do PPEC
CONSEPE	
_____/_____/2016 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, 30 de Maio de 2016



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO	CIÊNCIAS ANIMAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
Não preencher	Ecologia de Insetos Sociais	ANUAL
PROFESSOR		
Daniela Faria Florencio		

CARGA HORÁRIA SEMANAL				Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL		
30 h				2	30 h
OBJETIVOS					
1. Discutir acerca da ecologia e evolução dos insetos sociais; 2. Entender as relações intra e interespecíficas entre os insetos sociais e entre outros organismos; 3. Propiciar discussões sobre a importância ecológica dos insetos sociais.					

EMENTA
Introdução ao estudo e a ecologia dos insetos sociais. Diversidade e Evolução de Castas. Ecologia Comportamental de forrageamento. Ninhos: Arquitetura, Regulação e Defesa. Relações Ecológicas em ninhos de Insetos Sociais. Insetos Sociais e o bioma da Caatinga.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	Introdução a Ecologia de Insetos Sociais.	6		6
	Evolução da sociedade: regra de Hamilton, cooperação altruísmo e conflitos.			
II	Comportamento e Ecologia de Forrageamento em Cupins.	16		16
	Diversidade e Evolução de Castas.			
	Ninhos: Arquitetura, Regulação e Defesa.			
	Relações Ecológicas em ninhos de Insetos Sociais.			
III	Insetos Sociais no bioma da Caatinga: nível atual do conhecimento e sua importância.	4	4	8
TOTAL		30		

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Aulas expositivas dialogadas; Leitura e discussão de artigos científicos; Seminários.	Data show, caixa de som e pincel para quadro branco.	Apresentação de Seminários. Prova discursiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)

ABE, T.; BIGNELL, D. E.; HIGASHI, M (Ed.). **Termites: evolution, sociality, symbioses, ecology**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.

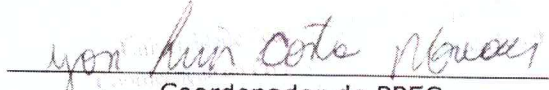
ALMEIDA, CAMILLA S.; CRISTALDO, P. F.; FLORENCIO, D. F.; CRUZ, NAYARA G.; SANTOS, ABRAÃO A.; OLIVEIRA, ALEXANDRE P.; SANTANA, ALISSON S.; RIBEIRO, EFREM J.M.; LIMA, ANA P.S.; BACCI, LEANDRO; ARAÚJO, ANA P.A. Combined foraging strategies and soldier behaviour in *Nasutitermes aff. coxipoensis* (Blattodea: Termitoidea: Termitidae). **Behavioural Processes** (PRINT), V. 126, P. 76-81, 2016.

FLORENCIO, DANIELA F.; MARINS, ALESSANDRA ; ROSA, CASSIANO S. ; CRISTALDO, PAULO F. ; ARAUJO, ANA P. A. ; SILVA, I.R. ; DESOUSA, OG . Diet Segregation between Cohabiting Builder and Inquiline Termite Species. **Plos One**, v. 8, p. E66535, 2013.

GULLAN, P. J.; CRANSTON, P. S. **The Insects: an outline of entomology**. 3rd.ed.: Wiley-Blackwell, 2004.

HÖLLDOBLER, B.; WILSON, E. O. **The Superorganisms**. The Beauty, Elegance and Strangeness of Insect Societies. New York and London: W. W. NORTON & COMPANY, N. 2009.

WESTNEAT, D.; FOX, C (Ed.). **Evolutionary Behavioral Ecology**. 1st ed. New York: Oxford University Press, 2010.

APROVAÇÃO COLEGIADO	
12, julho / 2016 DATA	 Coordenador do PPEC.
	CONSEPE 1342018
_____/_____/2016 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, 18 de julho de 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO	CIÊNCIAS ANIMAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
Não preencher	Ecologia de peixes Estuarinos	ANUAL/SEMESTRAL
PROFESSOR		
Jorge Iván Sánchez Botero		

CARGA HORÁRIA SEMANAL				Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL		
24	26		60	4	60
OBJETIVOS					

EMENTA
A disciplina Ecologia de peixes estuarinos compreende duas etapas: uma parte teórica, com ênfase em ecologia de peixes de estuário, e uma parte experimental em campo. A parte teórica envolve a dinâmica físico-química e aspectos ecológicos da ictiofauna de estuários. As atividades práticas englobam as etapas de observação, elaboração de hipóteses e delineamento experimental para a execução de pequenos projetos de pesquisa em tópicos sobre estuários da região semi-árida, envolvendo técnicas de amostragem de peixes, variáveis físico-químicas e análises de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
1	Características físicas e químicas dos estuários	4		
2	Classificação de peixes estuarinos em guildas	4		
3	Diversidade funcional aplicada a peixes estuarinos	2		2
4	Metodologias de amostragem de peixes em estuários	2		2
5	Análises de dados em ecologia de peixes estuarinos	4		
6	Serviços ambientais e estratégias de conservação da fauna íctica nos estuários.	4		
7	Metodologias de avaliação socioambiental com as	4		

	comunidades que exploram recursos estuarinos			
	Excursão de campo		22	
Total		24	22	4

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Exposições dialogadas Aulas mediadas por construções grupais Atividades de campo e laboratório.	Quadro branco Retroprojeter Datashow Textos Laboratório com lupas e microscópios Transporte Aparelhos para medições de variáveis físico-químicas da água Redes de pesca Reagentes: álcool e formol Sacos plástico e potes	Relatório de atividades práticas. Seminários

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)

ANDRADE-TUBINO, M.F., RIBEIRO, A.L.R. & VIANNA, M. 2008. Organização espaço-temporal das ictiocenoses demersais nos ecossistemas estuarinos brasileiros: uma síntese. *Oecologia Australis*, 12(4): 640-661.

ARAÚJO, M.E., TEIXEIRA, J.M.C. & OLIVEIRA, A.M.E. 2004. Peixes estuarinos marinhos do Nordeste brasileiro. Fortaleza: Edições UFC, 260p.

BEZERRA, D.M.M., NASCIMENTO, D.M., FERREIRA, E. F., ROCHA, P. D. & MOURÃO, J. S. 2012. Influence of tides and winds on fishing techniques and strategies in the Mamanguape River Estuary, Paraíba State, NE Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências* 84(3): 775-787.

CASTRO, P. & HUBER, M.E. 2012. *Biologia Marinha*. 8ª. Edição. AHMG Ltda.

ESKINAZI-LEÇA, E; NEUMANN-LEITÃO, S. & COSTA, M.F. (ORGS). 2004. *Oceanografia, um Cenário Tropical*. Editora Bagaço.

DAY Jr., J.W., CRUMP, B.C., KEMP, W.M., YÁÑEZ-ARANCIBIA, A. 2013. *Estuarine ecology*. Wiley-Blackwell, 2 ed. Hoboken. 554p.

ELLIOTT, M. & MCLUSKY, D.S. 2002. The Need for Definitions in Understanding Estuaries. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 55,815-827.

ELLIOTT, M; WHITFIELD, A.K; POTTER, I.C; BLABER, S.J.M; CYRUS, D.P; NORDLIE, F. G. & HARRISON, T.D. 2007. The guild approach to categorizing estuarine fish assemblages: a global review. *Fish and Fisheries*, 8: 241-268.

FARBER, S.C., COSTANZA, R. & WILSON, M.A. Economic and ecological concepts for valuing ecosystem services. *Ecological Economics*, 41:375-392. 2002.

GREEN, J. 1968. *The Biology of Estuarine Animals*. Sidgwick & Jackson, 401p.

LACERDA, L.D. (Ed.). *Mangrove Ecosystems. Functions and Management*. 2002. Springer

MCLUSKY, D.S. & ELLIOT, M. 2004. *The Estuarine Ecosystem*. Oxford. 223p.

MOURÃO, K.R.M., FERREIRA, V., LUCENA-FRÉDOU, F. 2014. Composition of functional ecological guilds of the fish fauna of the internal sector of the Amazon Estuary, Pará, Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências* 86(4): 1783-1800.

POTTER, I.C., TWEEDLEY, J.R., ELLIOTT, M., WHITFIELD, A.K. 2015. The ways in which fish use estuaries: a refinement and expansion of the guild approach. *Fish and Fisheries*, 16: 230-239.

TURNER, R.K., PAAVOLA, J., COOPER, P., FARBER, S., JESSAMY, V. AND GEORGIU, S. Valuing nature: lessons learned and future research directions. *Ecological Economics*, 46: 493-510. 2003.

Jornais científicos na Internet:

www.periodicos.capes.gov.br

www.springerlink.com

APROVAÇÃO COLEGIADO	
<u>12, julho</u> / 2016 DATA	<u>Yoni Luiz Costa Nogueira</u> Coordenador do PPEC.
CONSEPE	
_____ / _____ / 2016 Nº DA REUNIÃO DATA	_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 2016



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO	CIÊNCIAS ANIMAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
Não preencher	Ecologia Trófica de Organismos Aquáticos	ANUAL
PROFESSOR		
Guelson Batista da Silva		

CARGA HORÁRIA SEMANAL				Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL		
30	15		45	3	45

OBJETIVOS
Demonstrar aos alunos da Pós-Graduação em Ecologia e Conservação as ferramentas e técnicas utilizadas na realização de estudos sobre análise de conteúdo estomacal, caracterização de dieta e estratégias alimentares.

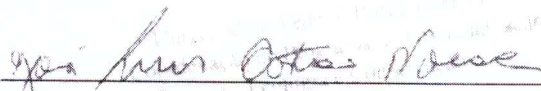
EMENTA
Noções sobre cadeia trófica e teia alimentar no ambiente aquático. Quantificação do conteúdo estomacal: Índices de Repleção e Retenção Estomacal. Caracterização de Dietas: Medidas Relativas de Quantificação de Presas (MRQPs); Índice de Importância Relativa; Métodos gráficos de caracterização de estratégia alimentares: Diagrama de Costello e Diagrama 3D. Sobreposição de Dietas e Variações Ontogenéticas na Alimentação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	Apresentação da Disciplina; Noções sobre cadeia trófica e teia alimentar no ambiente aquático	2		
II	Quantificação do conteúdo estomacal: Índice de Repleção; Índice de Retenção Estomacal; Índice Alimentar.	4	3	
III	Caracterização de Dietas: Medidas Relativas de Quantificação de Presas (MRQPs); Índice de Importância Relativa (IIR).	8	5	

IV	Métodos gráficos de caracterização de estratégia alimentares: Diagrama de Costello e Diagrama 3D	8	5	
V	Sobreposição de Dietas e Variações Ontogenéticas na Alimentação	8	2	
TOTAL		30	15	

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDATICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Aulas expositivas; Leitura e discussão de artigos científicos; Aulas práticas em laboratório.	Data show; Desktop: Utilização de Softwares Específicos;	Seminários Relatórios das aulas práticas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)
AMUNDSEN, P. A., H. M. GABLER & F. J. STALDVIK. 1996. A new approach to graphical analysis of feeding strategy from stomach contents data – modification of the Costello (1990) method. <i>Journal of Fish Biology</i> , 48: 607-614.
COSTELLO, M. J. 1990. Predator feeding strategy and prey importance: a new graphical analysis. <i>Journal of Fish Biology</i> . 36: 261–263.
CORTÉS, E. 1997. A critical review of methods of studying fish feeding based on analyses of stomach contents: applications to elasmobranch fishes. <i>Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Sciences</i> . 54: 726-738.
FONTELES-FILHO, A.A. Oceanografia, Biologia e Dinâmica Populacional de Recursos Pesqueiros . Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011. 464 p. il.
HYSLOP, E.J. Stomach content analysis: a review of methods and their applications. Journal of Fish Biology , v. 17, p. 411-429. 1980.
KAWAKAMI, E.; VAZZOLER, G. 1980. Método gráfico e estimativa do índice alimentar aplicado no estudo de alimentação de peixes. Boletim Instituto Oceanográfico , 29(2): 250-207.
PEREIRA, R.C.; SOARES-GOMES, A. Biologia Marinha . Rio de Janeiro. 2ª Ed. Interciência, 2009. 382 p. il.
PINKAS, L.; M. S. OLIPHANT & I. L. K. IVERSON. 1971. Food habits of albacore, bluefin tuna, and bonito in California waters. Fish Bulletin , 152: 1-105.

APROVAÇÃO COLEGIADO	
12 / julho / 2016 DATA	 Coordenador do PPEC.
	CONSEPE 7342048
Nº DA REUNIÃO _____ / _____ / 2016	ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.

MOSSORÓ-RN, _____ de _____ de 2016



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO		
CURSO	DEPARTAMENTO	
MESTRADO EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO	CIENCIAS ANIMAIS	
PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA		
CÓDIGO	DISCIPLINA	POSIÇÃO NA INTEGRALIZAÇÃO.
	Química analítica como ferramenta para o estudo da ecologia de organismos aquáticos	ANUAL
PROFESSOR		
Cristiano Queiroz de Albuquerque		

CARGA HORÁRIA SEMANAL				Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL		
31	14		45	03	45

OBJETIVOS
Apresentar aos alunos conceitos relacionados à isótopos estáveis e química de otólitos para a avaliação de ecologia trófica e movimentação de peixes. Espera-se que, após este curso, os alunos sejam capazes de propor experimentos e desenhos amostrais, preparar amostras e interpretar dados relacionados à análise de isótopos estáveis e microquímica de otólitos.

EMENTA
A química analítica é uma ciência fundamentalmente prática que visa desenvolver métodos precisos de medição de elementos químicos. Sua associação com a ecologia tem crescido rapidamente e tem possibilitado observar, cada vez mais detalhadamente, a natureza através das informações químicas existentes nos ambientes e organismos e através dos rastros químicos deixados por processos biogeoquímicos. Serão abordados os temas: -Isótopos instáveis e decaimento radioativo -Isótopos estáveis mais usados em ecologia -Análise química e notação δ -Fracionamento - Introdução -Determinação de níveis tróficos -Fracionamento químico -Otólitos, estrutura e função -Otólitos, composição elementar e formação -Determinação analítica de elementos-traço -Processamento de otólitos e tecidos para análise de isótopos estáveis

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Nº DA UNIDADE	UNIDADE	Nº de HORAS		
		T	P	T-P
I	História da química: principais descobertas	4		
II	Isótopos estáveis, instáveis e decaimento exponencial	4		
III	Notação δ e Fracionamento	4		
IV	Processamento de tecido para análise de isótopos		7	
V	Otolitos: Estrutura, função, formação e composição	5		
VI	Determinação analítica de elementos-traço	4		
VII	Processamento de otólitos		7	
VIII	Seminários	5		
IX	Trabalhos	5		
TOTAL		31	14	

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDÁTICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Aulas expositivas, discussão em grupo, análise de textos	Quadro branco Retroprojeter Datashow Textos	Seminários Trabalhos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (ABNT 2000)
<p>Referências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fry, B. 2008. Stable Isotope Ecology. Springer, 308p - Green, B. <i>et al.</i> 2009. Tropical Fish Otoliths: information for Assessment, Management and Ecology. Springer, 310p. - Campana, S.E. 1999. Chemistry and composition of fish otoliths: pathways, mechanisms and applications. Mar. Ecol. Prog. Ser. 188: 263 – 297.

APROVAÇÃO COLEGIADO	
<p>12, julho / 2016</p> <p>DATA</p>	<p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Coordenador do PPEC.</p>
<p>CONSEPE</p> <p>1342048</p>	
<p>_____/_____/2016</p> <p>Nº DA REUNIÃO DATA</p>	<p>_____ ASS. DA SECRETÁRIA DO CONSEPE.</p>

MOSSORÓ-RN, ____ de _____ de 2016



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 151/2016 - PROPPG (11.01.03)
(Identificador: 201642481)**

Nº do Protocolo: 23091.008826/2016-35

Mossoró-RN, 23 de Agosto de 2016.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Programa Analítico de Disciplina - PPGMSA

Prezados (as), encaminhamos em anexo o Programa Analítico da Disciplina denominada "Ecofisiologia Vegetal" do Programna de Pós-Graduação em Manejo de Solo e Água, para ser apreciado na próxima reunião do CONSEPE.

Atenciosamente,

(Autenticado em 23/08/2016 16:41)
VANDER MENDONCA
PRO-REITOR - TITULAR
Matrícula: 1547955

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA

PROGRAMA ANALÍTICO DE DISCIPLINA

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

CÓDIGO	NOME	NATUREZA
	ECOFISIOLOGIA VEGETAL	[] Obrigatória [X] Optativa
PROFESSOR RESPONSÁVEL:		
Elton Camelo Marques		
PROFESSORES COLABORADORES:		
-		

CARGA HORÁRIA SEMANAL				Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL		
4	-	-	4	4	60
PRÉ-REQUISITO					
-					

OBJETIVOS

- Discutir os principais processos vegetais que sustentam a produtividade das culturas, sob uma visão ecofisiológica;
- Interpretar a influência do ambiente sobre os processos fisiológicos das plantas;
- Discutir as principais respostas das plantas a diferentes tipos de estresse abiótico;
- Fornecer noções de instrumentação e apresentar as principais metodologias empregadas no estudo da fisiologia das plantas.

EMENTA

Introdução à Ecofisiologia Vegetal. O balanço de carbono nas plantas. Relações hídricas. Crescimento e alocação. A planta sob estresse.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA

MÉTODOS		
TÉCNICAS	RECURSOS DIDATICOS	INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
Aulas expositivas e práticas em estufa ou laboratório; discussão de artigos científicos apresentados em seminários	Projedor de imagens, quadro branco, pincel e apagador	Provas e apresentação de seminários (artigos científicos)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Básica

LAMBERS, H.; CHAPIN III, F. S.; PONS, T. L. *Plant Physiological Ecology*. 2. ed. New York: Springer, 2008. 604p.

LARCHER, W. *Ecofisiologia Vegetal*. 1. ed. São Carlos: RiMa, 2000. 531p.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. *Fisiologia Vegetal*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 954p.

Suplementar

PEARCY, R. W. (Ed.); EHLERINGER, J. R. (Ed.); MOONEY, H. (Ed.); RUNDEL, P. W. (Ed.). *Plant Physiology Ecology: Field methods and instrumentation*. 1. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991. 472p.

REIGOSA ROGER, M. J. (Ed.). *Handbook of Plant Ecophysiology Techniques*. 1. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. 452p.

APROVADO:

COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MANEJO DE SOLO E ÁGUA (PPGMSA):

10 / 05 / 2016

DATA

Nildo da Silva Dias

Coordenador do PPGMSA

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICAS (DCAT/UFERSA):

22 / 07 / 2016

DATA

Rodrigo Nogueira de Codel

Chefe do DCAT

Rodrigo Nogueira de Codel
Chefe do Departamento de
Ciências Ambientais e Tecnológicas
Mat. SIAPE: 1806868

CONSELHO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFERSA

19 / 08 / 2016

DATA

Prof. Vander Mendonça
UFERSA
Pro-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Presidente do Conselho de Pós-Graduação

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFERSA (CONSEPE):

 / /

DATA

Presidente do CONSEPE



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
4ª Reunião Extraordinária de 2016

5º PONTO

Apreciação e deliberação sobre alteração do Calendário Acadêmico da Pós-graduação do ano de 2016, prorrogando o final do semestre letivo para o dia 18 de fevereiro de 2017, encaminhado por meio do Memorando Eletrônico Nº 187/2016 – PROPPG.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 187/2016 - PROPPG (11.01.03)
(Identificador: 201643093)**

Nº do Protocolo: 23091.009668/2016-96

Mossoró-RN, 14 de Setembro de 2016.

SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS

Título: Solicitação de inclusão de ponto de pauta - CONSEPE

Prezados (as), considerando que a próxima reunião do CONSEPE está agendada para o dia 21 do mês corrente, solicitamos que seja incluído ponto de pauta referente solicitação de alteração no calendário letivo da Pós-Graduação, com prorrogação do final do semestre letivo para o dia 18/02, tendo em vista a necessidade de adequação do calendário dos programas em Rede PROFIAP e POSENSINO. Segue em anexo o atual calendário já aprovado anteriormente pelo COSEPE

Atenciosamente,

(Autenticado em 14/09/2016 14:15)
VANDER MENDONCA
PRO REITOR ADJUNTO
Matrícula: 1547955



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

DECISÃO CONSEPE/UFERSA Nº 001/2016, de 24 de fevereiro de 2016.

Aprova o calendário acadêmico da pós-graduação para o ano letivo 2016.

O Presidente do **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **1ª Reunião Ordinária de 2016**, em sessão realizada no dia 24 de fevereiro,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico Nº 220/2015 – PROPPG;

CONSIDERANDO o Art. 51, inciso V, do Regimento Geral da UFERSA;

DECIDE:

Art. 1º Aprovar o calendário acadêmico da pós-graduação para o ano letivo 2016, conforme anexo.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor a partir desta data.

Mossoró-RN, 24 de fevereiro de 2016.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'José de Arimatea de Matos', written over a faint circular stamp or watermark.

José de Arimatea de Matos
Presidente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

CALENDÁRIO ACADÊMICO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO 2016.1

FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL						
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
01	02	03	04	05	06	07		01	02	03	04	05	06					01	02	03
08	09	10	11	12	13	14	07	08	09	10	11	12	13	04	05	06	07	08	09	10
15	16	17	18	19	20	21	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17
22	23	24	25	26	27	28	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24
29							28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	
							Dias Letivos: 21							Dias Letivos: 25						
Feriados: 09/02 = Carnaval; 25/03 = Sexta-feira da Paixão; 21/04 = Tiradentes.																				
MAIO							JUNHO							JULHO						
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
						01			01	02	03	04	05					01	02	03
02	03	04	05	06	07	08	06	07	08	09	10	11	12	04	05	06	07	08	09	10
09	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31
30	31																			
Dias Letivos: 25							Dias Letivos: 26							Dias Letivos: 02						
Feriados: 26/05 = Corpus Christi.																				

PÓS-GRADUAÇÃO	ATIVIDADE	DATA
<i>Stricto Sensu</i>	Matrícula 2016.1	01 a 03/03
	Período letivo	07/03 a 02/07
	Exames finais	Até 09/07
	Lançamento de notas e faltas no SIGAA	Até 09/07
	Defesa de dissertação ou de tese	Fluxo contínuo
<i>Lato Sensu</i>	Matrícula 2016.1	Fluxo contínuo
	Lançamento de notas e faltas no SIGAA	Fluxo contínuo
	Consolidação das turmas no SIGAA	Até 20 dias após o encerramento da disciplina
	Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso	Fluxo contínuo



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

CALENDÁRIO ACADÊMICO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO 2016.2

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO						
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
				01	02	03	01	02	03	04	05	06	07				01	02	03	04
04	05	06	07	08	09	10	08	09	10	11	12	13	14	05	06	07	08	09	10	11
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25
25	26	27	28	29	30	31	29	30	31					26	27	28	29	30		
							Dias Letivos: 27							Dias Letivos: 24						
Feriados: 07/09 = Independência do Brasil; 30/09 = Libertação dos escravos																				
OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
				01	02			01	02	03	04	05	06				01	02	03	04
03	04	05	06	07	08	09	07	08	09	10	11	12	13	05	06	07	08	09	10	11
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					26	27	28	29	30	31	
31																				
Dias Letivos: 23							Dias Letivos: 24							Dias Letivos: 03						
Feriados: 03/10 = Mártires do RN; 12/10 = Padroeira do Brasil; 28/10 = Servidor Público; 02/11 = Finados; 15/11 = Proclamação da república; 13/12 = Padroeira de Mossoró; 25/12 = Natal.																				

PÓS-GRADUAÇÃO	ATIVIDADE	DATA
<i>Stricto Sensu</i>	Matrícula 2016.2	26 a 29/07
	Período letivo	01/08 a 03/12
	Exames finais	Até 10/12/2015
	Lançamento de notas e faltas no SIGAA	Até 10/12/2015
	Defesa de dissertação ou de tese	Fluxo contínuo
<i>Lato Sensu</i>	Matrícula 2016.2	Fluxo contínuo
	Lançamento de notas e faltas no SIGAA	Fluxo contínuo
	Consolidação das turmas no SIGAA	Até 20 dias após o encerramento da disciplina
	Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso	Fluxo contínuo